

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS – MG

GABRIELA TAÍSE POIATI XAVIER

**MULHERES NA QUESTÃO AGRÁRIA: UM ESTUDO SOBRE O
COLETIVO “RAÍZES DA TERRA”, DO ACAMPAMENTO QUILOMBO
CAMPO GRANDE, CAMPO DO MEIO-MG**

ALFENAS – MG

2022

GABRIELA TAÍSE POIATI XAVIER

**MULHERES NA QUESTÃO AGRÁRIA: UM ESTUDO SOBRE O
COLETIVO “RAÍZES DA TERRA”, DO ACAMPAMENTO QUILOMBO
CAMPO GRANDE, CAMPO DO MEIO-MG**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação *Stricto sensu* em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG) como requisito final para obtenção de título de Mestre em Geografia. Área de concentração: Análise Sócio-espacial e Ambiental.

Orientador: Prof. Dr. Estevan Leopoldo de Freitas Coca.

Co-orientador: Prof. Dr. Adriano Pereira Santos.

ALFENAS, 2022

Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Alfenas Biblioteca
Unidade Educacional Santa Clara

Xavier, Gabriela Taíse Poiati.

Mulheres na questão agrária: um estudo sobre o coletivo "Raízes da Terra" do Acampamento Quilombo Campo Grande, Campo do Meio-MG / Gabriela Taíse Poiati Xavier. - Alfenas, MG, 2022.

163 f.

Orientador(a): Estevan Leopoldo de Freitas Coca.

Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, MG, 2022.

Bibliografia.

1. Agroecologia. 2. Feminismo Camponês Popular. 3. Territórios. 4. Coletivo de Mulheres Raízes da Terra. 5. Acampamento Quilombo Campo Grande. I. Coca, Estevan Leopoldo de Freitas.

Ficha gerada automaticamente com dados fornecidos pelo
autor.

GABRIELA TAISE POIATI XAVIER

**MULHERES NA QUESTÃO AGRÁRIA: UM ESTUDO
SOBRE O COLETIVO “RAÍZES DA TERRA”, DO
ACAMPAMENTOQUILOMBO CAMPO GRANDE, CAMPO DO
MEIO-MG**

A Banca examinadora abaixo-assinada aprova a
Dissertação apresentada como parte dos requisitos
para obtenção do título de Mestre em Geografia
pela Universidade Federal de Alfenas. Área de
concentração: Análise Sócio-espacial e
Ambiental.

Aprovada em: 03 de março de 2022

Prof. Dr. Estevan Leopoldo de Freitas Coca
Instituição: Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL-MG

Prof. Dr. Adriano Pereira Santos
Instituição: Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL-MG

Profa. Dra. Janaina
Francisca de Souza
Campos Vinha
Instituição: Universidade
Federal do Triângulo
Mineiro - UFTM

Prof. Dr. Flamarion Dutra Alves
Instituição: Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL-MG



Documento assinado eletronicamente por **Flamarion Dutra Alves**,
Professor do Magistério Superior, em 03/03/2022, às 19:29, conforme
horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº](#)

[8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Estevan Leopoldo de Freitas
Coca, Professor do Magistério Superior**, em 04/03/2022, às 09:30,
conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do
[Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Adriano Pereira Santos**,
Professor do Magistério Superior, em 04/03/2022, às 11:16, conforme
horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º,
§ 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Janaina Francisca de Souza Campos Vinha, Usuário Externo**, em 17/03/2022, às 14:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unifal-mg.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_a_cesso_externo=0, informando o código verificador **0684506** e o código CRC **9B7BC790**.

Dedico às mulheres que historicamente tiveram seus espaços negados, em especial às mulheres sem-terra que ainda lutam pela conquista de seus territórios.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao corpo docente do curso de Geografia da UNIFAL-MG e do PPGeo/UNIFAL-MG pela troca e conhecimento adquirido ao longo dos anos de graduação e pós-graduação.

Agradeço especialmente a confiança e incentivo do orientador da pesquisa Prof. Dr. Estevan Leopoldo de Freitas Coca que graças a sua indignação com a fome e miséria, sua crença e construção de um mundo melhor, permitiu a compreensão do nosso papel social e coletivo enquanto pesquisadores.

Agradeço também a confiança, parceria e construção do coorientador Prof. Dr. Adriano Pereira Santos, que com seu olhar social crítico, auxiliou para que a pesquisa e pesquisadora obtivesse caminhos concretos e materiais de análise de mundo.

Agradeço aos amigos e amigas, companheiros que já se foram e aos que estão pelo apoio e luz em momentos de escuridão. Agradeço especialmente ao amigo, geógrafo e companheiro de luta José Roberto Salvaterra, a quem tanto me qualificou nos debates do marxismo e da geografia agrária crítica.

Agradeço às mulheres do MST, pela luta exercida diariamente pela emancipação feminina, em especial as entrevistadas pela confiança em abrir suas portas e seus corações para que a pesquisa pudesse ser realizada.

Agradeço que graças a luta das mulheres acampadas, e a conquista de uma Emenda Parlamentar, gerida pela PROEX, pude dedicar alguns meses somente à pesquisa, da qual foi essencial para os esforços na qualidade dessa.

Por fim, agradeço a minha família pelo apoio, carinho e compreensão nos momentos felizes em que me ausentei em matéria, em especial as crianças. É por vocês e para vocês a fé e construção de um mundo melhor.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 e da Universidade federal de Alfenas - UNIFAL-MG.

Mulher camponesa
Desata a alegria
Do teu ventre
Que o teu silencio grite
E espalhe sua semente!

Ocupa o ar
Com teu boné vermelho
E marcha
Sobre as terras
Que invadiu o latifúndio!

Não há maior vitória
Que dar à luz
Do outro lado
Da cerca derrubada
À luz das terras
Recuperadas!

(Carlos Prinzato)

RESUMO

O modo como as mulheres e homens experienciam os espaços são diferenciados pela classe e raça, e também pelo fator gênero, o que torna necessário compreender geograficamente tais espaços. Apesar de ocorrer um aumento dos estudos geográficos na abordagem de gênero, esses ainda são escassos na geografia agrária, o que torna necessário a ampliação de tais estudos. Devido a divisão social e sexual do trabalho ancorada no patriarcado e intensificada pelo capitalismo, as mulheres são distanciadas dos espaços sociais, econômicos e políticos. No campo, esse fator se agrava, já que além de lutar pela inserção nos espaços, as mulheres camponesas também lutam pelo acesso e permanência nos territórios. Aliadas com sua classe em movimentos socioterritoriais, como o MST, as mulheres camponesas permanecem em constantes disputas e conflitos pelos espaços e territórios. No acampamento Quilombo Campo Grande, em Campo do Meio-MG, através da metodologia da pesquisa militante que valoriza a *práxis* e ação social, foram aplicadas 8 entrevistas semiestruturadas e diversos trabalhos de campo que demonstraram que as mulheres camponesas estão em luta em escala local, nacional e internacional, pensando estratégias, ações e conquistando esses espaços há tanto negados. O Coletivo de Mulheres Raízes da Terra, criado em 2011 demonstra a territorialização da luta das mulheres camponesas no acampamento. A partir da agroecologia, do feminismo camponês popular lutam não somente pela reforma agrária, mas também pela emancipação social, econômica e política das mulheres camponesas, compondo o que os estudos agrários críticos compreendem como “questões agrárias” já que a luta passa a ser não somente por um pedaço de chão, mas por uma nova sociedade antipatriarcal, antirracista e anticapitalista.

Palavras chave: Agroecologia; Feminismo camponês popular; Territórios; Acampamento Quilombo Campo Grande; Coletivo de Mulheres Raízes da Terra.

ABSTRACT

The way women and men experience spaces is differentiated by class and race, and also by the gender factor, which makes it necessary to geographically understand such spaces. Although there is an increase in geographic studies in the gender approach, these are still scarce in agrarian geography, which makes it necessary to expand such studies. Due to the social and sexual division of work anchored in patriarchy and intensified by capitalism, women are distanced from social, economic and political spaces. In the countryside, this factor is aggravated, since in addition to fighting for insertion in spaces, peasant women also fight for access and permanence in the territories. Allied with their class in socio-territorial movements, such as the MST, peasant women remain in constant disputes and conflicts over spaces and territories. At the Quilombo Campo Grande encampment, in Campo do Meio-MG, through the methodology of militant research that values praxis and social action, 8 semi-structured interviews and several fieldworks were applied that demonstrated that peasant women are in struggle on a local scale, nationally and internationally, thinking about strategies, actions and conquering these spaces that have been denied for so long. The Coletivo de Mulheres Raízes da Terra, created in 2011, demonstrates the territorialization of the struggle of peasant women in the camp. From agroecology and popular peasant feminism, they fight not only for agrarian reform, but also for the social, economic and political emancipation of peasant women, composing what critical agrarian studies understand as “agrarian issues” since the struggle becomes not only for a piece of ground, but for a new anti-patriarchal, anti-racist and anti-capitalist society.

Keywords: Agroecology; Popular Peasant Feminism; Territories; Quilombo Campo Grande; Collective of Women Roots of the Earth.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de Localização do Município de Campo do Meio-MG.....	17
Figura 2 - Localização dos municípios envolvidos na presente pesquisa.....	27
Figura 3 - Síntese das raízes da exploração	41
Figura 4 - Geografia das ocupações e retomadas de terra - 1988 -2019.....	69
Figura 5 - Distribuição de terras por raça/etnia no Brasil, 2017	80
Figura 6 - Distribuição de terras por gênero na Agricultura Não Familiar no Brasil, 2017.....	81
Figura 7 - Distribuição de terras por gênero na Agricultura Familiar no Brasil, 2017	82
Figura 8 - Distribuição por gênero e finalidade da produção na Agricultura Familiar no Brasil, 2017	82
Figura 9 -Distribuição por gênero e finalidade de produção na Agricultura Não Familiar no Brasil, 2017	83
Figura 10 - Distribuição produção café nas regiões do Brasil	86
Figura 11 - Produção de café nas Regiões Imediatas do Sul de Minas Gerais	87
Figura 12 - Territorialização do agronegócio cafeeiro no Sul de Minas Gerais	88
Figura 13 - Localização do Complexo Quilombo Campo Grande.....	91
Figura 14 - Distribuição dos lotes do Quilombo Campo e Fazenda Campo Verde .	93
Figura 15 - Mulheres na linha de frente na reintegração de posse no acampamento Quilombo Campo Grande	99
Figura 16 - Mulheres do Quilombo Campo Grande em manifestações urbanas ...	104
Figura 17 - Objetivos do Coletivo de Mulheres "Raízes da Terra"	108
Figura 18 - Frentes responsáveis pelas ações do Coletivo de Mulheres Raízes da Terra	109
Figura 19 - Mulheres do Coletivo trabalhando na Horta	111
Figura 20 - Mulheres do Coletivo em uma das reuniões e mística no espaço coletivo do Assentamento Nova Conquista II.....	112
Figura 21 - Mulheres do Coletivo com meios de transporte coletivo para ações ..	113
Figura 22 - Mulheres do Coletivo no curso de fitoterápicos na UNIFAL-MG.....	114
Figura 23 - Mulheres na comercialização na FACU (Alfenas-MG).....	115
Figura 24 - Mulheres na comercialização em feira livre de Campo do Meio-MG	116

Figura 25 - Trabalho ocupacional e de partilha desenvolvido pelas mulheres do Coletivo	121
Figura 26 - Dolores e sua análise sobre o Coletivo de Mulheres Raízes da Terra	122
Figura 27 - Ações de solidariedade durante a pandemia no Quilombo Campo Grande	126
Figura 28 - Interação dos movimentos, construções e temáticas:	128
Figura 29 - Caderneta Agroecológica desenvolvida pelo CTA	130
Figura 30 - Caderneta Agroecológica elaborada para aplicação com mulheres do Coletivo	130
Figura 31 - Diversidade de produtos do quintal agroecológico de Catarina.....	133
Figura 32 - Diversidade de produtos dos quintais agroecológicos Karolina	133
Figura 33 - Distribuição da comercialização das Cestas do Quilombo Campo Grande.....	134
Figura 34 - Diversidade de produtos presentes na Cesta Agroecológica do Quilombo Campo Grande	135
Figura 35 - Soledad e seu quintal produtivo	137
Figura 36 - Célia e seu quintal produtivo.....	138
Figura 37 - Laudelina e seu quintal produtivo	140
Figura 38- Maria com seu companheiro em sua casa	142

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -Histórico do território Quilombo Campo Grande (1983-2020).....	18
Quadro 2 –Pesquisa militante desenvolvida entre os anos de 2019 e 2022:	32
Quadro 3 -Comunidades e número de família/área média do lote do Acampamento Quilombo Campo Grande	92
Quadro 4 -Produtos do Coletivo de Mulheres Raízes da Terra nas CQC.....	116

LISTA DE SIGLAS

ANMTR	Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
ASFAPSUL	Associação dos Agricultores Familiares do Assentamento Primeiro do Sul
CAPIA	Companhia Agropecuária dos Irmãos Azevedo
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares
CRDH-SUL	Centro de Referência em Direitos Humanos do Território de Desenvolvimento Sul de Minas Gerais
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
ENFF	Escola Nacional Florestan Fernandes
FETAEMG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais
IFSULDEMINAS	Instituto Federal de Minas Gerais
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MMC	Movimento de Mulheres Camponesas
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
NETASA	Núcleo de Estudos sobre Trabalho, Agroecologia e Soberania Alimentar
OXFAM	Comitê de Oxford para Alívio da Fome
PPGEO	Programa de Pós-Graduação em Geografia
PROEX	Pró Reitoria de Extensão
PT	Partido dos Trabalhadores
QCG	Quilombo Campo Grande
SEDESE	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social
UNIFAL- MG	Universidade Federal de Alfenas-Minas Gerais

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	OBJETIVOS	22
2.1	OBJETIVO GERAL	22
2.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	22
3	OS CAMINHOS DA PESQUISA	23
3.1	DEFININDO A TEORIA	23
3.2	APLICANDO A METODOLOGIA: PESQUISA MILITANTE E A PRÁXIS	24
3.3	HORIZONTALIDADE: A ESCOLHA DO TEMA.....	26
3.4	PRODUÇÃO DE DADOS	28
4	RAÍZES DA EXPLORAÇÃO: O ENOVELADO PATRIARCADO, RACISMO E CAPITALISMO	37
4.1	A FAMÍLIA, A TERRA E O ESTADO NAS SOCIEDADES PRÉ-CAPITALISTAS	38
4.2	A QUESTÃO DA MULHER NAS SOCIEDADES PRÉ- CAPITALISTAS E CAPITALISTA	42
4.3	AS MULHERES NAS LUTAS URBANAS.....	48
4.4	AS MULHERES NO CAMPO E A ORGANIZAÇÃO DA CLASSE CAMPONESA.....	55
5	AS MULHERES NA QUESTÃO AGRÁRIA E A GEOGRAFIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS	63
5.1	MOVIMENTOS SOCIAIS ENQUANTO UMA CATEGORIA GEOGRÁFICA.....	67
5.2	O DEBATE PARADIGMÁTICO	71
5.3	ESTUDOS AGRÁRIOS CRÍTICOS E AS “QUESTÕES AGRÁRIAS”	77

5.4	NAS MÃOS DE QUEM ESTÁ A TERRA? UMA ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DE TERRAS NO BRASIL.....	79
6	QUILOMBO CAMPO GRANDE: A DISPUTA DOS TERRITÓRIOS E A CONQUISTA DOS ESPAÇOS POLÍTICOS FEMININOS	85
6.1	HISTÓRICO DE UM TERRITÓRIO COLONIAL: OCUPAR É RESISTIR!.....	85
6.2	AS OCUPAÇÕES DO TERRITÓRIO: ESSA TERRA É NOSSA!	89
6.3	ROMPER COM AS RAÍZES DA EXPLORAÇÃO: FATOR GÊNERO NO ACAMPAMENTO	96
6.4	REINTEGRAÇÃO DE POSSE: A PRESENÇA DAS MULHERES NA LINHA DE FRENTE DOS CONFLITOS DE TERRA	98
6.5	SEMENTES DA ESPERANÇA: O COLETIVO DE MULHERES RAÍZES DA TERRA E A EXPERIÊNCIA DA AUTO-GESTÃO NO QUILOMBO CAMPO GRANDE	105
6.6	POR UMA NOVA SOCIEDADE: A RELAÇÃO DA AGROECOLOGIA NO ACAMPAMENTO QUILOMBO CAMPO GRANDE.....	123
6.6.1	Cadernetas agroecológicas.....	129
6.6.2	Cestas agroecológicas quilombo campo grande	133
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	144
	REFERÊNCIAS	150
	APÊNDICES	157

1 INTRODUÇÃO

O sistema capitalista, para se consolidar enquanto modo de produção hegemônico, explorou e dominou os sujeitos pela classe, pela raça e pelo gênero. Modificou a estrutura familiar e privatizou a terra, concentrando o poder econômico e político nas mãos da classe dominante. Na medida em que ele centralizou o poder e a tomada de decisões sobre o homem, excluiu, explorando e sujeitando principalmente as mulheres da classe trabalhadora que, devido a ideologia patriarcal e capitalista, estão cada vez mais sujeitas aos empregos subalternos, com baixos salários. Historicamente, encontram-se ainda com menor acesso à educação, menor poder de decisão, e representação política, submetidas às maiores taxas de violências, fome, vulnerabilidade social e dependência econômica (MARX; ENGELS, 2008; FEDERICI, 2017; SAFIOTTI, 2013).

O capital, quando chega no campo, violentamente expropria os sujeitos que se encontram no território, forçando-os a migração para os centros urbanos ou a continuar na luta pela terra. Esses sujeitos são homens, mulheres e crianças camponesas, indígenas e quilombolas que, dialeticamente, lutam pela permanência ou retorno ao território que lhes foram tomados, gerando conflitualidades estruturais e permanentes, uma vez que essa Questão Agrária ainda não foi resolvida (ANDRADE, 1986; MOREIRA, 1990; OLIVEIRA, 2001; 2002; 2007; FERNANDES, 2000; 2005; SOUZA, 2013.)

Todavia, as mulheres camponesas são, por vezes, invisibilizadas nessa luta, assim como os trabalhos produtivos e reprodutivos que são desenvolvidos por elas. Por muito tempo, no campo das discussões marxistas acreditava-se que somente a luta de classes bastaria para findar a exploração pelo capital sobre raça e gênero. No entanto, não é de hoje que novas abordagens, na perspectiva marxista, também compreendem que a classe trabalhadora é heterogênea, e assim, suas explorações também são (SOUZA, 2015; GANDHI, 2018; ALAMBERT 1996)

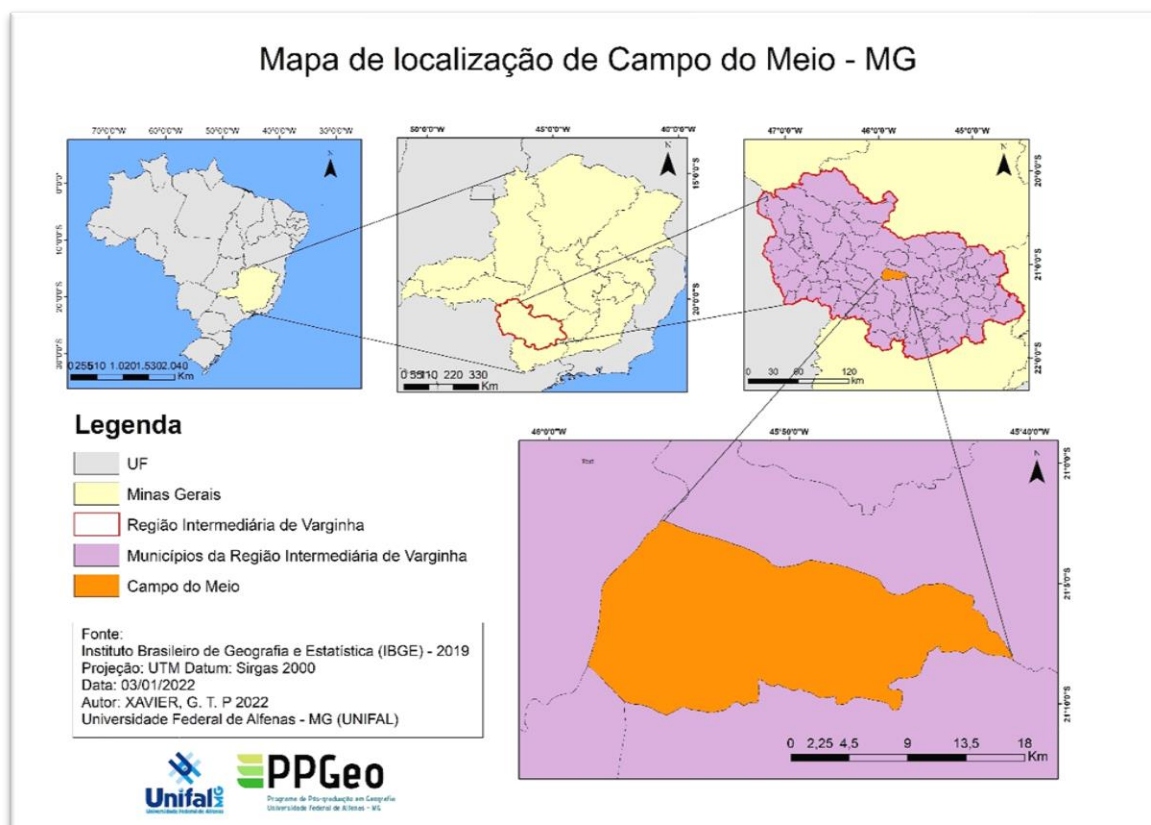
No Brasil, dentre os movimentos camponeses socioespaciais e socioterritoriais que visam a reconfiguração e solução dessas questões destaca-se o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), que marca a luta da classe camponesa pelo acesso e permanência na terra. Por compor um movimento que envolve a família toda, o MST desde sua criação passa a criar estratégias de inclusão da mulher para massificar a luta, bem como a pautar o debate sobre os direitos das mulheres na tomada de decisão, direito

a terra, trabalho, educação, saúde, e fim das violências e desigualdades (DEERE, 2004; DEERE; LEON, 2002; DESMARAIS, 2007; MST, 1996; 2021).

Com muitos avanços em relação ao direito das mulheres e ainda muito chão para caminhar, buscaremos compreender como se desenvolveu essa pauta de gênero dentro do MST em escala nacional e sua ligação com a *La Via Campesina*. Em escala local, buscaremos compreender os esforços que vêm sendo realizados pelo MST em diminuir as desigualdades dentro dos acampamentos e assentamentos da reforma agrária através do Coletivo de Mulheres “Raízes da Terra” criado em 2010 no Acampamento Quilombo Campo Grande.

O Acampamento Quilombo Campo Grande está localizado no município de Campo do Meio, região Sul de Minas Gerais, como destacado na Figura 1. O Sul de Minas Gerais, devido suas características geológicas e geomorfológicas, possui solo, clima e relevo propício à agricultura, assim, desde o período colonial, atraiu latifundiários, inicialmente no cultivo da cana-de-açúcar e atualmente com o café.

Figura 1- Mapa de Localização do Município de Campo do Meio-MG



Fonte: Xavier, 2022.

O Quilombo Campo Grande, assim como qualquer acampamento e assentamento, tem sua história marcada pela opressão e exploração geradas por latifúndios com intensas explorações de trabalho e de terra. Da falência de uma usina de cana-de-açúcar em 1994, deixando trabalhadores e trabalhadoras sem receber seus direitos trabalhistas, deu origem a esse território de luta e resistência a partir da ocupação.

Apesar da conquista de 2 assentamentos (Primeiro do Sul e Nova Conquista II), ainda há 11 acampamentos¹ que abrigam atualmente cerca de 500 famílias e que vivem em constantes conflitos com o agronegócio, com ameaças às famílias e despejos.

No quadro 1 constam os principais conflitos pela terra ao longo do tempo de ocupação daquele território, bem como as ligações com os eventos externos que auxiliaram ou prejudicaram a conquista de terras:

¹ Os assentamentos Primeiro do Sul e Nova Conquista II, somados aos 11 acampamentos, formam o complexo do Quilombo Campo Grande

Quadro 1 - Histórico do território Quilombo Campo Grande (1983-2020)

(Continua)

Ano	Histórico
1983	1ª falência da Usina Ariadnópolis, em Campo do Meio-MG e venda para outros donos
1984	Encontro Nacional de Camponeses em Cascavel, no Paraná: criação do MST
1994	Greve de 90 dias por direitos trabalhistas de 2000 trabalhadores da Usina Ariadnópolis
1996	Falência total da Usina Ariadnópolis que deixa imensas dívidas trabalhistas
1996	Ocupação da Fazenda Jatobá, pelo MST, em Campo do Meio-MG
1997	Criação do Assentamento Primeiro do Sul em Campo do Meio-MG, na Fazenda Jatobá. Criação do Acampamento Girassol por militantes do MST e ex-trabalhadores na Usina Ariadnópolis
1998	Despejo do Acampamento Girassol
1999	Retorno do Acampamento Girassol. Fundação do Acampamento Vitória da Conquista.
2001	Ocupação do território central da Usina. Criação do Acampamento Tiradentes
2001	Fundação do Acampamento Betinho
2002	Fundação dos Acampamentos: Chico Mendes, Herbert de Souza, Fome Zero, Resistência
2003	Fundação e despejo do Acampamento Irmã Dorothy
2004	Reocupação do Irmã Dorothy
2005	Despejo do acampamento Tiradentes Reocupação do Acampamento Tiradentes
2007	Fundação do Acampamento Sidney Dias
2008	Fundação do Acampamento Rosa Luxemburgo
2009	Despejo violento dos Acampamentos: Irmã Dorothy, Sidney Dias, Rosa Luxemburgo e Tiradentes. Fundação do Acampamento Nova Conquista II
2010	Retorno dos Acampamentos: Tiradentes, Irmã Dorothy, Sidney Dias e Rosa Luxemburgo; Criação do Coletivo de Mulheres “Raízes da Terra”
2014	Criação do Assentamento Nova Conquista II nas terras da Usina Ariadnópolis
2015	Governador Pimentel assina decreto (n. 365/2015) desapropriando a maior parte da Ariadnópolis, auxiliando na conquista da terra pelo MST
2016	Governador Pimentel assina 2º decreto (n. 107/2016) desapropriando outra área da Ariadnópolis para fins de Reforma Agrária
2016	Golpe parlamentar, jurídico e midiático no Brasil

Quadro 2 - Histórico do território Quilombo Campo Grande (1983-2020)

(Conclusão)

Ano	Histórico
2018	Tentativa de despejo
2020	Despejo violento de algumas áreas e destruição da Escola do Campo Eduardo Galeano

Fonte: MOREIRA, 2017; AMARAL, 2019; MST, 2020. Organizado pela autora, 2021.

Como apontado no quadro 1, há um constante movimento de territorialização-desterritorialização e reterritorialização já que mesmo com constantes ameaças, insegurança, violências e destruições, dialeticamente, os acampados e acampadas do Quilombo Campo Grande, seguem se reconstruindo há mais de 20 anos.

As mulheres, que são as principais responsáveis pelo cuidado com as crianças cotidianamente e também nos despejos, estão na produção para autoconsumo, garantindo a soberania alimentar de suas famílias e também no preparo dos alimentos que sustentam as vigílias nos despejos. São elas que estão na construção e direção de escolas e na linha de frente dos conflitos e negociações. Um espaço em que lhes foi negado historicamente, e que elas vêm ocupando e conquistando.

Todavia, ainda estão caminhando para o reconhecimento e valorização desse trabalho. Isso porque, historicamente, as mulheres camponesas possuem menor poder de decisão no núcleo familiar, devido à divisão sexual do trabalho, e maior dependência econômica, já que a produção voltada à economia ainda é mais centrada no trabalho masculino.

Entendendo isso, o Coletivo de Mulheres “Raízes da Terra” nasce com o intuito de expansão da consciência política sobre as desigualdades e violências contra as mulheres, tanto dentro no núcleo familiar, quanto na sociedade, além de lutar constantemente pela autonomia financeira da mulher camponesa, garantindo sua autonomia e poder de escolha.

A escolha do tema partiu de uma demanda das próprias mulheres do MST, em que possuímos aproximação dado as ações desenvolvidas nos projetos de extensão da UNIFAL-MG ligadas ao Núcleo de Estudos sobre Trabalho, Agroecologia e Soberania

Alimentar (NETASA). Elas demandam mais estudos sobre o Coletivo “Raízes da Terra”, que completou no ano de 2021, 10 anos de existência.

Apesar de já caminhar pela Geografia Agrária, tratar sobre mulheres foi um desafio, já que ainda temos uma lacuna e uma resistência histórica dos estudos de gênero dentro da Geografia Agrária. Isso porque talvez, ainda, se acredita que a análise da luta de classes seja suficiente para a compreensão de todas as formas de exploração dos sujeitos. Esforços e avanço teóricos já existem dentro dos Estudos Agrários Críticos mas ainda temos um longo caminho, principalmente quando nos apoiamos no materialismo histórico e dialético.

Às mulheres camponesas, foram negados, além de empregos, cargos, educação, saúde, direitos e salários dignos, também a terra, território material para sua existência cotidiana. Mesmo com seus trabalhos invisibilizados e sub-remunerados, elas ainda assim permanecem na luta pelo território. Esses são fatos que geraram muitas inquietações e a necessidade de se compreender a condição de ser mulher e ser camponesa.

Buscando compreender esse fenômeno, partiremos para análise de um movimento socioterritorial misto², organizado e que tem como objetivo pôr fim às desigualdades sociais e de gênero, para assim, de fato, romper com o sistema de exploração promovido pelo capitalismo patriarcal.

Os Coletivos de Mulheres no MST não são presentes em todos os territórios da reforma agrária. Temos aqui no nosso local de estudo, portanto, uma enorme potencialidade para compreender como avançamos nos direitos das mulheres no acesso à terra e sua participação política, já que os direitos conquistados no campo, ainda que emergentes, foram fruto dessas lutas da classe camponesa, em que metade delas são mulheres.

Um Coletivo exerce uma influência no território ocupado, além de unir mulheres e criar uma rede de apoio, a estimula em sua inserção e formação política, com ações e estratégias para romper com essas explorações. Isso, enquanto geógrafos nos instiga também a compreender e nos incentivou na formulação da presente pesquisa.

A estrutura da dissertação divide-se em quatro partes, onde buscaremos trazer vivências, conceitos e teorias adquiridos pela pesquisadora ao longo dos dois anos da

² Utiliza-se o termo movimento socioterritorial misto para designar os movimentos que são compostos por homens, mulheres e crianças. Diferente, por exemplo do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) que é composto somente por mulheres.

pós-graduação. Na primeira parte, apresentamos os caminhos da pesquisa, escolha do método, metodologias que buscaram sempre ser baseadas na *práxis* e na horizontalidade entre sujeitos e pesquisadora.

Na segunda parte, iniciamos a análise do campo teórico sobre tríade da exploração das mulheres, compreendendo o patriarcado e o racismo enquanto sustentação do modelo de desenvolvimento capitalista em que afeta a classe camponesa e a classe trabalhadora, e principalmente as mulheres camponesas. Ainda nessa segunda parte, buscamos trazer como contraditoriamente, as mulheres se organizam para conquistar seus espaços políticos, tanto no espaço urbano, como no espaço rural.

Na terceira parte, realizamos a análise geográfica da organização da classe camponesa, em específico as conquistas femininas. Ainda elucidamos como a geografia agrária crítica pode auxiliar nos estudos da questão agrária e da questão de gênero, contribuindo para a emancipação política, social e econômica das mulheres camponesas.

Na quarta parte, trouxemos as teorias, conceitos, métodos e metodologias para o nosso território de estudo, e a partir da realidade local, as experiências e ações que vêm sendo realizadas para a construção da autonomia da mulher camponesa, bem como, a construção e disputa de um modelo de desenvolvimento agrário que considere a questão ambiental, social e econômica, trazendo a família para a centralidade na tomada de decisões, contribuindo assim, para a autonomia da mulher camponesa e para sua classe.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

- Compreender as conquistas das mulheres camponesas na luta pela terra e pela autonomia a partir do estudo de caso do Coletivo de Mulheres Raízes da Terra, no acampamento Quilombo Campo Grande, em Campo do Meio-MG.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Evidenciar as origens das opressões das mulheres, ressaltando o patriarcado e o capitalismo;
- Compreender as lutas das mulheres nas sociedades pré-capitalistas e capitalistas, evidenciando a luta da mulher camponesa;
- Analisar a contribuição geográfica aos movimentos sociais do campo e na luta das mulheres;
- Compreender avanços e ações que são desenvolvidos pelas mulheres camponesas nos movimentos socioterritoriais, em específico o MST para a inserção política, social e econômica das mulheres camponesas;
- Compreender os conflitos no território do acampamento Quilombo Campo Grande e o papel exercido pelas mulheres na luta pela terra e pela autonomia;
- Contribuir teoricamente aos estudos agrários críticos, por meio de uma análise de classe, raça e gênero no campo.

3 OS CAMINHOS DA PESQUISA

3.1 DEFININDO A TEORIA

Os caminhos percorridos na trajetória da pós-graduação em Geografia pelo PPGeo-UNIFAL-MG incluíram disciplinas obrigatórias e eletivas, participação em eventos, discussão de livros e artigos em grupos de estudos e construção de artigos, que de certa forma, contribuíram para a construção da presente pesquisa.

Dentre as disciplinas obrigatórias que contribuíram para a definição teórica e epistemológica de pesquisa destaca-se “Metodologia de Pesquisa em Geografia”, ministrada pelo Profº Drº Gil Carlos Silveira Porto (UNIFAL-MG) e pelo Profº Drº Rodrigo José Pisani (UNIFAL-MG) e “Fundamentos Teóricos e Epistemológicos da Geografia” ministrada pelo Profº Drº Evânio dos Santos Branquinho (UNIFAL-MG) e pelo Profº Drº Clibson Alves dos Santos (UNIFAL-MG).

Com o auxílio das disciplinas, foi possível compreender a formação do pensamento geográfico, do pré-científico ao *status* de ciência, além de destacar as escolas e correntes e a construção da Geografia no Brasil, suas matrizes e instituições e a importância da pesquisa científica para a sociedade, além de questões éticas. Foi possível também analisar e compreender os métodos de abordagem em Geografia, como o hipotético-dedutivo; analítico-dialético e fenomenológico-hermenêutico, além da diferenciação entre pesquisa qualitativa e quantitativa em Geografia.

Dessa forma, compreendemos a teoria marxista como a principal para compreensão da nossa problemática de investigação. A partir da teoria marxista, conseguimos compreender a materialidade e a dimensão histórica e geográfica da opressão e exploração das mulheres e da classe camponesa sob o modo capitalista de produção.

Assumindo a perspectiva marxista, assumimos também que a ciência comprometida com a luta de classes e com a transformação social, deve partir do método materialista histórico e dialético, do qual, buscamos nos orientar ao longo da presente pesquisa.

É através do materialismo histórico e dialético, aliado ao feminismo, que analisamos criticamente as desigualdades socialmente construídas, sua dimensão histórica e materialidade existencial. É através do materialismo histórico e dialético, que se permitiu a desnaturalização da subordinação da mulher. Ele possibilitou a análise para além da produção, também da reprodução social e diversas teorias do feminismo

marxista comprometido com o fim de todas as explorações (REIS, 2015; BHATTACHARYA, 2019).

O materialismo histórico e dialético é também o método que aplicado rigorosamente, rompe com a neutralidade científica herdada da ciência positivista. É o método que possibilita a aproximação de sujeito e objeto e que nos coloca em constante construção da luta de classes e da ciência a favor do povo.

O método que é sustentado pela *práxis*, constrói a ciência junto do povo, valoriza o conhecimento tradicional e retira a hierarquia entre pesquisador e objeto. Entende, como coloca Fals Borda (origens iap, p. 78) que o “conocimiento popular siempre há sido fuente del conocimiento formal”, construindo assim, uma pesquisa horizontal.

3.2 APLICANDO A METODOLOGIA: PESQUISA MILITANTE E A PRÁXIS

Orlando Fals Borda, sociólogo colombiano, se impôs fortemente contra a neutralidade científica, defendendo que enquanto pesquisadores de países latino-americanos devemos ter um procedimento de análise próprio, horizontal e que valorize os conhecimentos tradicionais.

Contrapondo-se ao científicíssimo, ao funcionalismo e “empiristas enlouquecidos”³ Fals Borda, na década de 1970, propõe a metodologia da Investigación-Acción Participativa (IAP). Nessa metodologia de pesquisa, defende o envolvimento direto do pesquisador nas ações territoriais, devendo haver além de uma relação horizontal entre sujeito e objeto, o compromisso-ação.

Fals Borda (1999) defende que para além de uma metodologia de pesquisa, a IAP seja uma filosofia de vida, baseada no *Ethos* altruísta pronto para subverter o cientificismo e criar formas heterogêneas de cultura, tempo, espaço e população. Para o autor:

En fin, el paradigma alterno que aquí se dibuja por somatoría parece confirmar el trabajo anterior y actual de la I(A)P, en especial el del Tercer Mundo donde nació, al combinar la praxis con la ética, el conocimiento académico con la sabiduría popular, lo racional con lo existencial, lo sistemático con lo fractal. Rompo la dicotomía sujeto-objeto. Se inspira en un concepto democrático pluralista de alteridad y de servicios, que favorece vivir con las diferencias, y que introduce perspectivas de género, clases populares y pluriétnicidad en los proyectos. Pero este paradigma no aparece aún como algo redondeable o final: sigue vivo el rico desafío estratégico de la apertura del proyecto, que la IAP no se construya como algo excluyente o totalista (FALS BORDA, p. 85, grifos nossos).

³ Refere-se aos pesquisadores que vão à campo com a imposição teórica e prática ao sujeito, fazendo o papel de pesquisador-colonizador.

O princípio da horizontalidade e da valorização do conhecimento popular aliado ao conhecimento científico, auxilia que sujeito e objeto construam conjuntamente, de acordo com cada localidade e especificidade, o conhecimento científico. Nota-se que há a inclusão da perspectiva de gênero e pluriétnicidade são consideradas concomitantes à luta de classe nessa metodologia. Essa é uma visão dialógica e de totalidade da luta contra as opressões e explorações, subvertendo a partir dos paradigmas científicos, a moral e a ciência positivista. Bringel e Mandonado (2016) descrevem essa metodologia como a junção da “ciência rebelde” vinculada à “luta do povo”.

É nesse mesmo período que no Brasil temos também a consolidação de intelectuais comprometidos com a ciência a favor do povo, como Paulo Freire e Carlos Rodrigues Brandão, que defendem o humanismo científico, e aplicando metodologias horizontais se impõem contrariamente à neutralidade científica, defendendo o envolvimento com o político do pesquisador.

Para Freire (2014) “Não há um “penso”, mas um “pensamos”. É o “pensamos” que estabelece o “penso”, não o contrário (p. 66)” e dessa forma, se dá a aplicação da comunicação com o objeto a ser estudado, no diálogo e na construção coletiva, a fim de refletir conjuntamente e compartilhar os conhecimentos adquiridos. É assim, que para ele, se dá a *práxis* concreta, “Práxis na qual a ação e a reflexão, solidárias, se iluminam constante e mutuamente” (p. 80).

Brandão (1999), na mesma perspectiva de horizontalidade na pesquisa e construção coletiva, desenvolve a técnica de pesquisa da observação participante, para que ao adentrar em uma comunidade, para realizar a coleta de dados nos coloquemos em envolvimento com a comunidade.

Fals Borda (1999), Freire (2014) e Brandão (1999; 2006), contribuíram fortemente para que a pesquisa científica latino-americana tomasse rumos mais humanos, horizontais e inserisse politicamente o envolvido com a transformação social, ao delimitarem metodologias e técnicas de pesquisa, contribuindo para o que se entende atualmente, como a pesquisa militante.

Na verdade, para Brandão (2006), a pesquisa militante confere a mesma metodologia da pesquisa participativa, ou investigação-ação, mas que “a tradição europeia uniformizou os seus termos, a tradição latino-americana multiplicou nomes” (p. 12).

No entanto, consideramos que a defesa das terminologias se faz necessárias, uma vez que tais metodologias podem se aproximar ou se distanciar, mas que ao trazer a militância para dentro de uma técnica, supõe-se que o pesquisador já esteja envolvido política e socialmente com seu objeto de estudo (BRINGEL, VARELLA, 2016).

Para Fernandes (2001), além dos pesquisadores envolvidos aos movimentos sociais se vincularem ao objeto de estudo, há uma opção em política em militar ou não:

Os pesquisadores militam por opção. Essa é uma condição da política: a liberdade. O que torna um pesquisador militante é seu compromisso e/ou identificação com determinadas organizações, com definidas visões de mundo. Essa condição aproxima ainda mais a universidade da sociedade, dos seus inúmeros problemas. Para o pesquisador-militante, a ciência tem como significado a perspectiva da transformação das realidades estudadas, bem como da sociedade. Desse modo, há um intenso compromisso com as pessoas que são os sujeitos de seu objeto de pesquisa, o que também contribui - e muito - com o desenvolvimento da ciência. (p. 17)

Na geografia agrária crítica, há um crescimento da utilização da metodologia da pesquisa-militante, compreendendo que essa, construída com rigor no método, metodologia e teoria, possibilita a convergência entre o saber popular e acadêmico, e integra a pesquisa à transformação social contra hegemônica (COCA, et al, 2021).

Compreendemos, portanto, que ao nos posicionar ao lado de movimentos socioterritoriais ⁴em construção horizontal de pesquisa, baseada na *práxis* concreta, e com rigor na utilização de método, teoria e metodologia, assumimos a metodologia da pesquisa militante como central para a construção do presente trabalho.

3.3 HORIZONTALIDADE: A ESCOLHA DO TEMA

Através de projetos de extensão da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), que se deu a vinculação da Universidade e movimentos sociais, no nosso caso, do MST com a construção coletiva, comunicação e diálogo, onde ocorreram diversos trabalhos, projetos e ações. O programa de extensão “Semeando a terra: ações de fortalecimento da cadeia produtiva do Sul de Minas Gerais”, envolve professores acadêmicos, graduandos e pós-graduandos, que exercem estudos, ações, pesquisas e formações nas áreas do Acampamento Quilombo Campo Grande, com temáticas voltadas ao fortalecimento da agroecologia, soberania alimentar, comercialização, luta

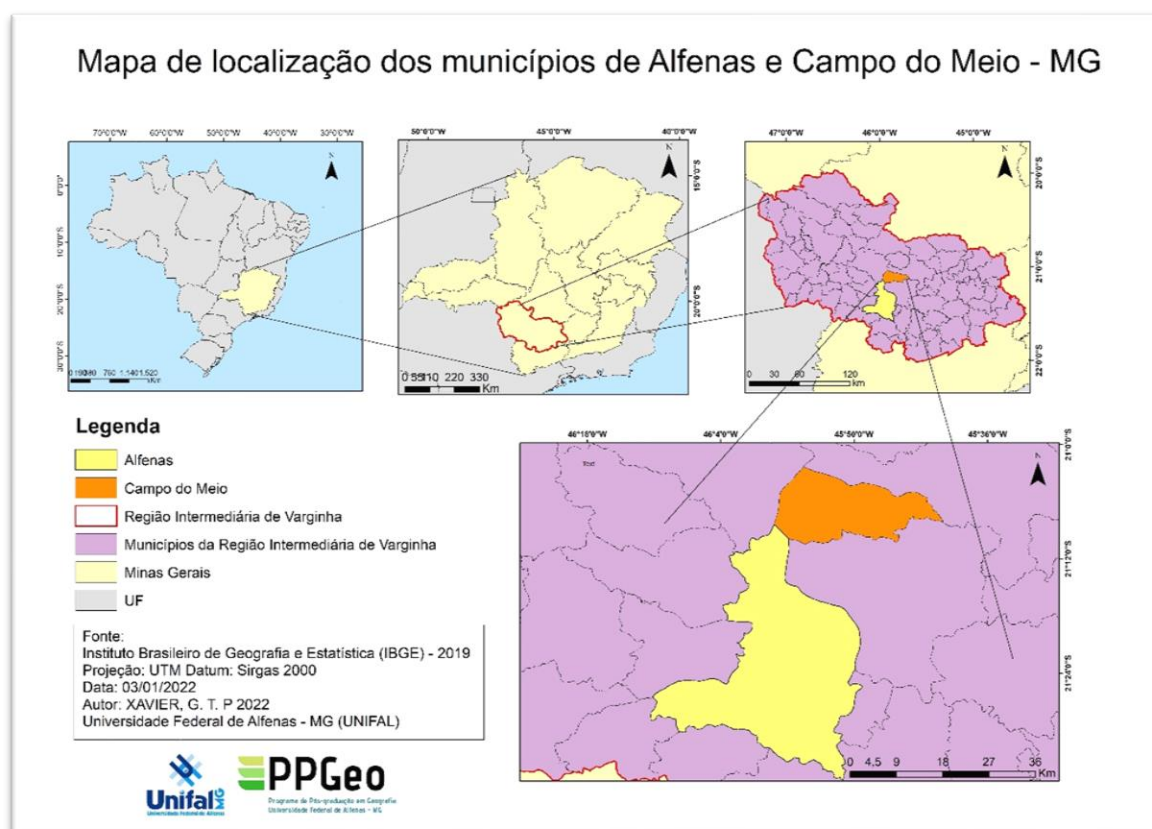
⁴ Movimentos socioterritoriais é a perspectiva geográfica dos movimentos sociais adotada por Fernandes (2000) que adotamos para a presente pesquisa e mais a frente, será abordado.

pela terra, reforma agrária popular e autonomia camponesa. Recentemente, a questão de gênero também passou a ser parte da preocupação dos pesquisadores-militantes.

A proximidade do município de Alfenas-MG (55 km), onde está localizado a sede da UNIFAL-MG, com o município de Campo do Meio-MG, onde se localiza o Acampamento Quilombo Campo Grande, facilita a frequência na realização de trabalhos de campo e desenvolvimento das atividades.

No mapa da figura 2 consta a localização dos municípios envolvidos na presente pesquisa:

Figura 2- Localização dos municípios envolvidos na presente pesquisa



Fonte: Xavier, 2022.

Para a definição da temática estudada, partimos da metodologia da pesquisa militante, onde buscou-se desde o primeiro momento, a horizontalidade no estudo, que culminou em diversas reuniões de articulação entre pesquisadores do Núcleo de Estudos sobre Trabalho, Agroecologia e Soberania Alimentar (NETASA), vinculado ao programa de extensão em questão, e representantes do MST. Foram nesses momentos

que ouvimos as demandas e discutimos sobre as temáticas que necessitam ser estudadas e construímos temas, distribuindo pesquisadores responsáveis por casa temática.

Nesses momentos de trocas e compartilhamentos de pesquisas e demandas, compreendemos que havia uma demanda de estudo sobre as mulheres camponesas a fim de auxiliá-las não somente no registro histórico, mas também na identificação de problemáticas e desafios para a consolidação do Coletivo de Mulheres. Dessa forma, houve a modificação da temática da pesquisa que havia sido previamente apresentada ao ingressar no programa, trazendo a pesquisa para uma construção coletiva, em consonância com as necessidades do objeto a ser estudado, confirmando que é fundamental que o pesquisador, comprometido com a transformação social, realize a comunicação prévia com o objeto de estudo para que a pesquisa contribua de fato para as demandas presentes.

Ao obter uma temática de estudo, portanto, iniciou-se a pesquisa bibliográfica sobre a temática apresentada, indicando que apesar da subjetividade em escala local/regional, o Coletivo é parte também de uma luta e conquista das mulheres em sua totalidade.

3.4 PRODUÇÃO DE DADOS

Ainda que a temática da questão de gênero fosse pouco conhecida, já havia por parte da pesquisadora estudos sobre os conflitos agrários presente no Acampamento Quilombo Campo Grande, que iniciaram ainda no ano de 2018, para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso, onde já haviam sido realizados 2 trabalhos de campo, ou seja, o território de estudo já era um território em conhecimento. Todavia, o espaço das mulheres ainda era um território desconhecido e necessitou vários momentos para leitura da totalidade, vivências e reflexões.

Para a coleta de dados sobre o tema das mulheres na questão agrária, foram utilizadas as seguintes técnicas de pesquisa: a) pesquisa bibliográfica; b) pesquisa documental. Com o enfoque no estudo local do Coletivo de Mulheres Raízes da Terra, foram aplicadas as técnicas de: c) observação livre; d) observação participante; e) trabalhos de campo; f) entrevistas semiestruturadas; g) diários de campo; h) fotografias; i) análise de imagens de satélite; j) construção de mapas para cartografar o espaço.

Para a etapa a) pesquisa bibliográfica, já tendo um objeto de estudo, buscamos nos apoiar em leituras feministas sobre a luta pela terra, como DEERE 1995; 2004;

DESMARAIS, 2007; REIS, 2015; GARCIA, 2004; entre outras feministas marxistas clássicas, como SAFFIOTI, 1987; 2013; BATHATYARA, 2013; FEDERICI, 2017; 2019; DAVIS, 2016. Além dessas, foram realizadas leituras de clássicos para compreender a opressão sob o sistema capitalista como MARX, ENGELS (2008); e sobre o campesinato CHAYANOV, 1974; KAUTSKY 1986; LENIN 1989.

Na etapa b) pesquisa documental, encontramos no próprio website do MST, cartilhas a partir do ano de 1996, com os fundamentos e orientações para o Movimento em escala nacional e internacional, nas quais buscamos nos orientar para compreender a luta e conquista das mulheres militantes. Também utilizamos de pesquisa documental em websites do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), e *La Via Campesina* para compreensão das lutas e conquistas das mulheres camponesas em outros movimentos e escalas de atuação, mas que nos orientaram para a totalidade dessas conquistas das mulheres camponesas.

Ao ir a campo para a etapa c) observação livre, buscamos no primeiro momento, não criar ideias prévias a respeito do local, pois compreendemos que seria importante para não manipularmos/direcionarmos nossa pesquisa a respeito do que queremos ouvir. Todavia, como apontado por Triviños (1987):

"Observar", naturalmente, não é simplesmente olhar. Observar é destacar de um conjunto (objetos, pessoas, animais etc.) algo especificamente, prestando, por exemplo, atenção em suas características (cor, tamanho etc.). Observar um "fenômeno social" significa, em primeiro lugar, que determinado evento social, simples ou complexo, tenha sido abstratamente separado de seu contexto para que, em sua dimensão singular, seja estudado em seus atos, atividades, significados, relações etc. Individualizam-se ou agrupam-se os fenômenos dentro de uma realidade que é indivisível, essencialmente para descobrir seus aspectos aparentiais e mais profundos, até captar, se for possível, sua essência numa perspectiva específica e ampla, ao mesmo tempo, de contradições, dinanismos, de relações etc. (TRIVIÑOS, 1987, p. 153)

Nesse primeiro momento, portanto, não foram realizadas entrevistas, somente diários de campo, onde diariamente eram anotadas as percepções e reflexões da observação livre que posteriormente foram analisadas juntamente com o arcabouço teórico e demais trabalhos de campo.

Para a etapa d) trabalhos de campo, devido a pandemia da COVID-19,⁵ e os necessários distanciamentos, em diversas vezes recuamos em sua realização, mas, ainda

⁵ Infecção viral altamente transmissível causada pelo novo coronavírus (CoV) gerando uma síndrome respiratória aguda grave (SARS-CoV). Foi detectado em um surto em Wuhan, China em

assim, com toda cautela e cuidado, foi possível realizar 2 momentos de maior contato em que nos utilizamos das diversas técnicas apontadas, como a observação participante, fotografias, e diários de campo.

O primeiro momento se deu em fevereiro de 2021 em que fomos convidados a auxiliar na aplicação dos questionários de pesquisa para construção do Laudo Socioeconômico e produtivo do Quilombo Campo Grande, que tem a UNIFAL-MG como parceiro para tratar os dados coletados. Nesse momento, aproveitando a oportunidade, foi realizado um trabalho de campo com duração de 7 dias em que consideramos de extrema importância para o “afunilamento” do olhar com o objeto a ser estudado. Além do caminhar pelas áreas e reconhecer cada comunidade, ouvir diversas mulheres e situações na aplicação do questionário, essa imersão nos gerou diversas reflexões sobre a luta pela terra, o ser mulher camponesa, seus desafios e alegrias. Aqui, também participamos do trabalho na horta com as mulheres, o que foi de extrema importância para a observação participante e envolvimento com as mulheres do Coletivo. Também realizamos fotografias e diários de campo.

O segundo momento em que nos adentramos com maior ênfase ocorreu em novembro de 2021 e teve a duração de 5 dias. Já com a observação livre daquele primeiro momento realizada e com uma carga teórica produzida, esse segundo momento direcionamos para a aplicação das entrevistas semiestruturadas com as mulheres.

A escolha das mulheres que seriam entrevistadas também partiu de uma horizontalidade com a dirigente nacional do MST e coordenação do Coletivo, das quais aplicaram o critério de participação no trabalho e na luta pela terra.

Ao todo foram realizadas 8 entrevistas, sendo: a) 5 mulheres participantes do Coletivo Raízes da Terra; b) 1 Dirigente Nacional do MST; c) 1 Coordenadora do Coletivo de Mulheres Raízes da Terra; d) 1 pioneira na construção do Coletivo.

A elaboração dos roteiros para aplicação das entrevistas, considerou os 4 tipos de sujeitos a quem nos interessava ouvir. Dessa forma, construímos 4 roteiros de

dezembro de 2019 e se espalhou rapidamente pelo mundo, gerando uma pandemia que exigia medidas de proteção principalmente na restrição de contato com pessoas. Devido ao rápido desempenho científico no desenvolvimento das vacinas em meados de 2020, foi possível diminuir os efeitos agravados da doença e com a vacinação em massa e devidos cuidados como evitar aglomerações, uso de máscaras e higienização das mãos, foi possível o retorno gradativo da circulação de pessoas. Sendo assim possível de realizar os trabalhos de campo. Fonte: [QUEM | Segurança das vacinas COVID-19 \(whofreebasics.org\)](https://www.who.int/pt-br/news-room/fact-sheets/detail/coronavirus-2019-ncov)

entrevista, que se encontram em anexo (Apêndice A) no final do presente trabalho. Todas as entrevistas foram gravadas com autorização das participantes e transcritas para melhor análise dos dados.

Nas entrevistas, optamos por utilizar pseudônimos dos sujeitos a) e d) para não expor as mulheres entrevistadas. Assim, escolhemos a utilização de nomes de mulheres históricas que exerceram importante papel para a emancipação política, social e econômica das mulheres ao redor do mundo, tanto espaço urbano, como do espaço rural. Nos sujeitos b) e d) mantivemos a posição de liderança como forma de identificar ao longo das entrevistas, por considerar que as falas utilizadas teriam mais ênfase com a posição política ressaltada.

Além dos trabalhos de campo com maior tempo de duração, realizamos alguns mais pontuais, como a participação de 2 módulos de cursos ofertados pela UNIFAL-MG.

Os 2 módulos do curso que presenciamos, se tratam de uma conquista do MST em parceria com a UNIFAL-MG, que entre os 2020 e 2021, recebeu uma verba de Emenda Parlamentar do deputado estadual Rogério Correia (PT) para fortalecimento da autonomia das mulheres camponesas com a finalidade de auxiliar tecnicamente as mulheres do Coletivo Raízes da Terra na produção de fitoterápicos, e construção da “farmácia viva”. Os ministrantes foram professores e graduandos bolsistas do curso de Farmácia da UNIFAL-MG. Além do enfoque na produção de fitoterápicos, a verba destinada da Emenda, teve também direcionamento à pesquisas sobre a produção do espaço político das mulheres, numa perspectiva geográfica, por parte de pesquisadoras também bolsistas do PPGEIO/UNIFAL-MG, do qual o presente trabalho fez parte.

Houve também nesse período, a participação em um minicurso de agrofloresta com a agrônoma Patrícia Vaz, referência técnica e humana dentro dos movimentos sociais que buscam a agroecologia enquanto modo de produção e de vida. Por isso, lembramos de Freire (2014), em “Comunicação ou extensão” e a importância de profissionais que valorizem os conhecimentos tradicionais, além de respeitar, constroem a ciência conjuntamente com a população.

Consideramos relevante também pontuar a participação na reintegração de posse⁶ que ocorreu em agosto de 2020 nas áreas do acampamento Quilombo Campo Grande em que foi possível realizar um valoroso papel e reflexão não somente como pesquisadora, mas como um ser social que se indigna com as desigualdades, explorações e opressões ocasionadas pelo modo de produção capitalista.

É importante mencionar, que ao utilizar da técnica de fotografar, mais do que registro, buscamos documentar e analisar as fotografias, seja as que foram registradas pela própria pesquisadora, ou aquelas que analisamos de websites oficiais e outras fontes.

Para a análise de imagens de satélite, compreendemos também que elas compõem um forte instrumento de poder de análise da paisagem (RAFESTTIN, 1993), e devem ser analisadas de acordo com uma totalidade da paisagem histórica, do que era, e do que se tornou ao deixar de ser um latifúndio e passar a ser da agricultura camponesa. O mesmo serve para a construção dos mapas de localização, dos quais buscamos tomar as devidas precauções compreendendo essas cartografias dos territórios como algo que devemos nos apropriar cada vez mais.

A síntese das ações desenvolvidas no território QCG, por meio da pesquisa participante e da investigação ativa, constam no quadro 2:

Quadro 3 – Pesquisa militante desenvolvida entre os anos de 2019 e 2022:

(Continua)

TIPO	AÇÃO	ANO
Pesquisa	<ul style="list-style-type: none"> Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “Agroecologia e Casas de Sementes Comunitárias no Sul de Minas Gerais” que envolveu a Casa de Sementes “Terra de Quilombo” no QCG; 	2019

⁶ [Após 60 horas de resistência, famílias do MST são despejadas | Geral \(brasildefato.com.br\)](https://brasildefato.com.br).

Quadro 2 – Pesquisa militante desenvolvida entre os anos de 2019 e 2022:

(Continua)		
TIPO	AÇÃO	ANO
Programa de extensão “Semeando a Terra”	<ul style="list-style-type: none"> • Debates de livros e artigos pelo Núcleo de Estudo sobre Trabalho, Agroecologia e Soberania Alimentar; • Construção de artigos coletivos; • Construção da Jornada Universitária em defesa da Reforma Agrária; 	2019-2022
Trabalhos de Campo	<ul style="list-style-type: none"> • Realizou-se cerca de 6 trabalhos de campo ao longo dos 3 anos, sendo 2 deles com duração de 5 à 7 dias para observação participante e aplicação das entrevistas semiestruturadas; 	2019-2022
Estágio obrigatório do bacharelado em Geografia pela Unifal-MG	<ul style="list-style-type: none"> • Trabalho de campo; • Coleta de coordenadas; • Contribuição teórica e de mapeamento para o Projeto de Desenvolvimento de Acampamento (PDA) das áreas do Quilombo Campo Grande; 	2020
Presença na Reintegração de posse de 2020 de áreas do Quilombo Campo Grande	<ul style="list-style-type: none"> • Auxílio em demandas internas (locais) e externas (mobilização de redes sociais); 	2020
Auxílio na divulgação das Cestas Agroecológicas do Quilombo Campo Grande	<ul style="list-style-type: none"> • Produção de Cards para divulgação de produtos e histórias nas redes sociais; 	2021

Quadro 4 – Pesquisa militante desenvolvida entre os anos de 2019 e 2022:

		(Conclusão)
TIPO	AÇÃO	ANO
Aplicação de questionários para levantamento de dados para Laudo Socio Econômico	<ul style="list-style-type: none"> Trabalho de campo para aplicação de questionários nas áreas do Quilombo Campo Grande 	2021
Aplicação da Caderneta Agroecológica;	<ul style="list-style-type: none"> Participação da formação/ mini-curso sobre a economia feminista, renda invisível com a finalidade de aplicação e explicação sobre as cadernetas agroecológicas; 	2021
Mutirão Agroflorestal	<ul style="list-style-type: none"> Participação no mutirão para implantação de canteiro agroflorestal da horta medicinal do Coletivo de Mulheres Raízes da Terra; 	2021
Inscrição coletiva para “Prêmio Mulheres Rurais” da Espanha Reconhece	<ul style="list-style-type: none"> Auxílio na produção de texto e vídeo sobre o Coletivo de Mulheres para concorrer ao “Prêmio Mulheres Rurais” da Espanha Reconhece e ONU Espanha e ONU Brasil. 	2021

Fonte: própria. Elaboração: 2022

Compreendendo que o caminho da pesquisa consiste em momentos de análise e reflexão das questões que envolvem a temática de estudo, e que essas, não se limitam aos “muros” acadêmicos, mas da *práxis* no geral, acreditamos que seja pertinente pontuar que nos últimos 4 meses a pesquisadora esteve com vínculo empregatício formal no Centro de Referência em Direitos Humanos do Território de Desenvolvimento Sul de Minas Gerais (CRDH-SUL) que tem sua sede em Alfenas-MG. O equipamento é vinculado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDESE) onde, por meio de edital público, a Associação dos Agricultores Familiares do Assentamento Primeiro do Sul (ASFAPSUL) com uma equipe técnica de advogado,

psicólogo e assistente social realização ações de promoção e proteção dos direitos humanos de todo o território do Sul de Minas Gerais.

Pelo território do Quilombo Campo Grande compor um conflito agrário de anos e viverem em constante ameaça, o CRDH, demonstra uma estratégia política já que esse, exerce uma importante função junto aos acampados e assentados, com apoio constante às famílias vulneráveis, além da presença de uma equipe técnica qualificada em casos de conflitos, como na reintegração de posse de 2020.

Além disso, o CRDH também possui campanhas permanentes como a “No meu Bule Não!”, que juntamente com os sindicatos rurais do sul de Minas Gerais investiga e realiza denúncias ao Ministério Público para findar o trabalho análogo ao escravo na cadeia produtiva do café. Essa experiência nos proporcionou adentrar em discussões que envolvem a temática do campesinato brasileiro, suas condições de trabalho e de vida na sociedade capitalista, principalmente no território cafeeiro do Sul de Minas Gerais, bem como suas contradições.

Em um dos momentos, conseguimos participar do “Seminário de Estrutura e Processo da Negociação Coletiva” no município de Varginha-MG, organizado pelo Comitê de Oxford para Alívio da Fome (OXFAM), Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), Repórter Brasil, Sindicatos locais e regionais. As organizações possuem o objetivo de investigar e denunciar as relações de trabalho escravo nas fazendas de café certificadas, além de instruir os sindicatos presentes, às negociações patronais e negociações coletivas.

Um fato interessante, que foi pontuado por uma mulher presente, foi que nos três dias do encontro, eles destinaram cerca de 20 minutos para o debate sobre as mulheres trabalhadoras rurais e suas especificidades de trabalho e suas presenças nos sindicatos. O questionamento dessa mulher fez com que fosse modificado a programação do evento, e que todos se pusessem a refletir sobre a mulher assalariada rural, o quão é invisibilizado seu trabalho e o quanto os é negado os espaços políticos e de lideranças.

Particularmente, poder participar desses espaços de debate, auxiliou na reflexão do quão são necessárias as políticas públicas voltadas à inserção da mulher no acesso à terra, créditos e financiamentos, além da necessidade da sua inserção política para que estejam a frente de sindicatos e movimentos organizadas, pois ninguém vai construir nada por elas, a não ser elas mesmas. Outro fato inevitável de reflexão enquanto geógrafa nesse espaço, é que as discussões giraram em torno de qualificar os líderes sindicais da região para negociações com os sindicatos patronais, visando mitigar as

péssimas condições impostas ao campesinato pelo modo de produção capitalista. Demonstrou-se, portanto, que há de fato a organização da classe camponesa no Sul de Minas Gerais por meio dos sindicatos rurais, mas ao mesmo tempo, neles não parece haver uma disputa por um outro modelo de desenvolvimento, como ocorrem nos movimentos socioterritoriais, como o MST, por exemplo, que tem como objetivo a reforma agrária, e disputa do modelo de desenvolvimento. O que fica de reflexão é a quão ampla é a classe camponesa e as suas formas de organização, com objetivos e propostas amplas, que horas se cruzam e hora se divergem, mas compõem o mesmo sujeito: explorados e oprimidos do campo lutando por um modo de vida mais digno.

A experiência da observação por essa outra ótica, a dos sindicatos rurais, que são também parceiros na luta pela terra, foi importante para as reflexões geradas também durante a pesquisa sobre a questão agrária e questão de gênero. O envolvimento direto e indireto com as pessoas que necessitam de políticas públicas, e que procuram um CRDH em caso de violações de direitos, também permitiu uma outra análise, para além da pesquisa, mas que também permeia ela. Lá, também percebemos que a fome, a miséria, o acesso aos direitos negados têm raça, tem classe e tem gênero.

4 RAÍZES DA EXPLORAÇÃO: O ENOVELADO PATRIARCADO, RACISMO E CAPITALISMO

O primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher [...] e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino.

(ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do Estado, p. 68, 2019).

Iniciamos este capítulo com o trecho de Engels para a reflexão sobre onde queremos chegar: a transformação da sociedade que queremos depende da inclusão da mulher. De sua inclusão no ambiente público, nas instituições públicas e políticas e na luta por uma sociedade igualitária... e para além disso, precisa incluir todo tipo de mulher, mulheres pobres, negras, periféricas e camponesas.

Devemos, portanto, compreender que por mais que já chegamos em um mundo tal como está hoje, nem sempre foi assim, e nem sempre será. Estamos a todo tempo modificando o mundo e sendo modificados por ele. Por isso, considera-se importante, olhar para o passado para interpretar o presente e pensar no futuro. A compreensão da questão material e histórica da exploração dos sujeitos e que compõe hoje nossa sociedade racista, machista e patriarcal é estrutural, por isso, também buscaremos nos aprofundar em suas raízes para compreender o presente e almejar nosso futuro.

É claro, vale lembrar do ponto que nos une: a luta de classes. Mas, de fato, se os sujeitos explorados e oprimidos são heterogêneos, suas lutas também o são. Não se trata de uma fragmentação na luta, mas de uma compreensão da totalidade da dominação e exploração desses sujeitos, para que de fato, possamos construir uma luta coletiva, de real transformação e que atenda a todos os sujeitos explorados e oprimidos.

É nesse sentido que o primeiro capítulo buscará se desdobrar na compreensão histórica da opressão e dominação sofrida por esses sujeitos no sistema capitalista, bem como destacar o modo de vida e produção nas sociedades pré-capitalistas e em consequência, da luta desses sujeitos pela emancipação social, que são conquistadas na sociedade capitalista.

Posteriormente, iremos nos aprofundar na questão da mulher no interior dessa sociedade patriarcal, capitalista e racista, buscando adentrar no nosso objeto de pesquisa, que é a luta das mulheres camponesas acampadas e assentadas do Quilombo

Campo Grande em Campo do Meio-MG, que, além de vivenciarem cotidianamente uma sociedade capitalista e patriarcal, ainda vivenciam os conflitos da questão agrária.

4.1 A FAMÍLIA, A TERRA E O ESTADO NAS SOCIEDADES PRÉ-CAPITALISTAS

Examinando a origem da família, da propriedade privada e do Estado, com base nos estudos de Morgan (1880-1881), Engels (2019) divide as sociedades pré-capitalistas em três estágios em que denomina como estado selvagem, barbárie e civilização. É importante ressaltar que na época em que Engels (2019) descreve esses estágios em seu livro “*Origem da família, da propriedade privada e do Estado*”, que foi publicado pela primeira vez em 1884, a teoria evolucionista era predominante. Com estudos antropológicos e etnográficos mais atuais, a utilização desses termos é questionada. Entendemos também, que a história bem como a ascensão do capitalismo não é linear e que essa obra de Engels (2019) tem problemáticas a serem questionadas a respeito de sua aplicação geral. No entanto, ela nos auxiliará tanto na compressão do papel que o patriarcalismo exerceu para consolidação da propriedade privada e do sistema capitalista, quanto para compreender como isso refletiu na colonização do Brasil e na conformação da propriedade privada e capitalismo.

Engels (2019), compreende o estágio denominado “selvagem” como o ser ainda em fase de adaptação com o meio físico disponível, a constituição familiar nessa fase se dava em casamentos grupais, onde os homens viviam em poligamia⁷ e mulheres em poliandria.⁸ Nessas sociedades de casamentos e relações grupais, como era impossível saber a linhagem paterna, somente a materna, as crianças eram comuns a todos e as mães responsáveis pelos cuidados dos filhos.

A divisão do trabalho entre os sexos se dava de modo natural, onde o homem ficava responsável pela caça, e a mulher na casa, cuidados dos filhos e aos arredores (ENGELS, 2019). Essa divisão do trabalho se deu supostamente pela necessidade de cuidado com o filho pequeno e amamentação que as mães são responsáveis, as mulheres com crianças pequenas na caça, poderiam afastar as presas e por isso, os homens

⁷ A poligamia refere-se aos homens que possuem diversas parceiras sexuais.

⁸ Poliandria é o termo designado às mulheres com diversos parceiros sexuais.

ficavam responsáveis por esse trabalho que demandavam as vezes dias fora da casa (SAFIOTTI, 1987).

Alambert (1996) defende que não houve um sistema matriarcal em que as mulheres detinham o poder sobre os homens, como é no sistema patriarcal a dominação do sexo masculino sobre o feminino, mas sim, que havia uma matrilinearidade, ou seja, já que a única linhagem familiar em que se tinha certeza, era a mãe/mulher, eram elas as responsáveis pela formação dos núcleos familiares.

A produção e as terras no estado “selvagem” eram comunais, isso significa que eram repartidos entre toda a comunidade. O homem e a mulher, ainda nessa fase, vão avançando as técnicas para melhorar o seu modo de vida e de produção, os homens com instrumentos para a caça e as mulheres com instrumentos para o cuidado doméstico, domesticação de plantas e animais, produção de hortas e cuidado com as crianças. A economia também era comum a todos, e a troca de produtos excedentes se inicia também nesse período.

A segunda fase que Engels (2019) denomina como “barbárie”, ele descreve quando já começam a declinar os casamentos grupais, iniciando os casamentos de pares e caminhando para o período em que denomina como “civilização”, onde a monogamia é fortemente instaurada. Para Engels (2019) foi na chamada “civilização”, em que houve o aprimoramento e melhoria das técnicas.

Como os homens ainda na divisão natural do trabalho já eram responsáveis pela caça, eles começam também a se especializar na criação de gado e outras culturas, supostamente também pela maior força física. Disso, começam a gerar grandes excedentes e a acumulação primitiva voltada ao sexo masculino, caminhando para a civilização onde há a completa divisão sexual do trabalho e a dominação do homem sobre a mulher (ENGELS, 2019).

Além da riqueza em mercadorias e escravos, também se inicia a riqueza fundiária e o direito de posse da terra e especulação, o que culminou rapidamente na concentração e centralização de bens nas mãos de uma classe e o empobrecimento de outra, junto com uma massa crescente de pobres. Para Engels (2019), portanto, a especialização e posteriormente, a criação de gado que, gerando excedentes e necessitando terras amplas, foi o que proporcionou a acumulação primitiva e a obtenção da propriedade privada.

A formação do Estado também foi uma característica fundamental da civilização, que representando a classe dominante, destina a sua força para reprimir a classe explorada. O aumento do capital devido a exploração e escravização dos povos e

a cisão de classes, com interesses econômicos conflitantes precisou de “um poder que está acima da sociedade e visa abafar o conflito, mantê-lo dentro dos limites da “ordem”; e esse poder, que é oriundo da sociedade, mas colocou-se acima dela e tornou-se cada vez mais estranho a ela, é o Estado” (ENGELS, p. 157, 2019).

Cabe, portanto, ressaltar que assim como o patriarcado, a segmentação em classes sociais também antecede o sistema capitalista. Por sua vez, a formação do Estado ao invés de romper com essa segmentação, aglutinou essa hierarquia agora também centralizando todo o poder político e econômico (MARX e ENGELS, 2008)

Esse Estado que representa a classe economicamente dominante adquire novos meios de exploração da classe oprimida. Assim, Engels (2019) define o Estado antigo, aquele dos donos de escravos, o Estado feudal que era órgão da nobreza, e o Estado moderno, que é o órgão que representando a burguesia, é responsável pela espoliação do trabalhador pelo trabalho assalariado.

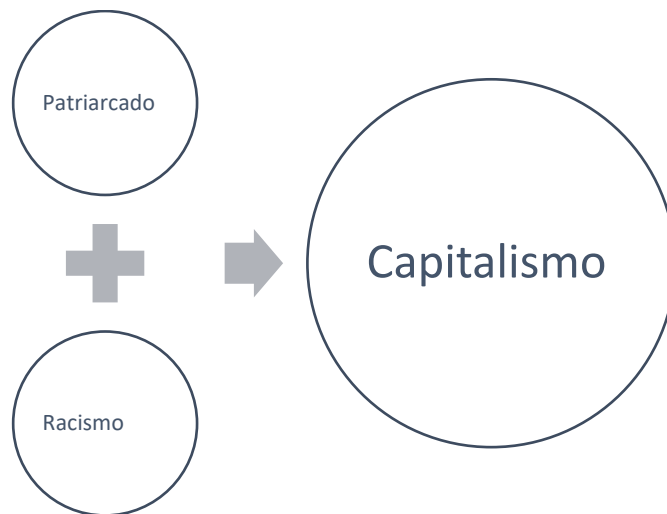
O Estado exerceu forte influência na privatização da terra, uma vez que, colocando preços exorbitantes, inviabiliza o acesso às massas pobres, contribuindo para a concentração de terras e capital e a massa de população assalariada nos centros urbanos. Esse fator promoveu a expropriação em massa do povo de suas terras, e constituiu a base do modo de produção capitalista (MARX, 2011).

A terra, que também era um bem comum, passa a ser cada vez mais privada. Juntamente com esse processo de privatização da terra e a modificação do núcleo familiar que centraliza o poder de decisão no homem, a opressão e exploração da mulher também avançam. Se antes seu trabalho era valorizado, agora passa cada vez mais a ser um mero auxílio para o trabalho do homem (ENGELS, 2019).

A escravidão moderna, juntamente com a riqueza privada e o patriarcalismo, foram as primeiras formas de exploração para acumulação primitiva do capital, em pleno desenvolvimento na era da “civilização”. A família que era individual passa a ser uma unidade econômica da sociedade, com a supremacia do homem sobre a mulher. O casamento, principalmente da burguesia, era realizado para manter as riquezas privadas e o poder econômico no núcleo familiar. Nas famílias proletárias, os filhos numerosos constituam a mão de obra ao capital. Os homens, que anteriormente não estavam presentes no lar, com a monogamia são introduzidos nele. O paternalismo exigia filhos legítimos e a necessidade de fidelidade feminina e, assim, a garantia da herança de seus dotes e da riqueza privada. Por isso, Engels (2019) afirma que “a monogamia foi a

primeira forma de família que não se fundou em condições naturais, mas em condições econômicas” (ENGELS, p. 67, 2019).

Figura 3 Síntese das raízes da exploração



Fonte: Safiotti (2013).

Nas sociedades pré-capitalistas a mulher participava ativamente do sistema produtivo, desempenhando importante papel econômico coletando, plantando, tecendo e vendendo seus produtos em feiras com seus filhos, mesmo sem a presença do marido. (SAFIOTTI, 2013).

Federici (2017) aponta sobre a questão da terra ainda no feudalismo, em que por mais que haja a relação senhor-servo, há de certa forma, uma autonomia camponesa sobre a terra, já que eles possuíam livre acesso a ela. Nos feudos, a produção era voltada para o autoconsumo, a divisão sexual do trabalho e a separação entre trabalho produtivo e reprodutivo não era tão evidente e, todo trabalho contribuía para o núcleo familiar.

As mulheres além de criar os filhos, lavar, cozinhar, fiar, também mantinham as hortas, ou seja, garantiam a soberania alimentar da família (FEDERICI, 2017). Somente quando há a ruptura do local de trabalho e local de moradia (SOUZA, 2015) e a ascensão da economia monetária é que esses trabalhos desempenhados pelas mulheres deixam de ser considerados de fato um trabalho. Cabe lembrar, entretanto, que apesar de haver o reconhecimento do trabalho privado desempenhado pelas mulheres, nas sociedades feudais a mulher já sofria essa dominação e exploração pelo homem (ENGELS, 2019).

Anteriormente à industrialização, portanto, as mulheres e homens viviam no campo com uma ligeira divisão sexual do trabalho, mas o trabalho reprodutivo e produtivo desempenhado pela mulher compunha uma importante contribuição ao

núcleo familiar. Além disso, a relação do núcleo familiar com a terra era de total dependência, pois eram delas que se extraíam, seu modo de vida, produção e reprodução, com a modernização e expulsão da população camponesa, cai essa dependência com a terra e aumenta a dependência com o trabalho.

4.2 A QUESTÃO DA MULHER NAS SOCIEDADES PRÉ-CAPITALISTAS E CAPITALISTA

Com a modificação do núcleo familiar, em consequência de uma economia que estava cada vez mais sendo monetizada, a relação da mulher com o restante da sociedade também é modificada. Se antes a mulher desempenhava ações honrosas e produtivas no núcleo familiar e na sociedade, com o trabalho exclusivista doméstico e a hegemonia do patriarca que é o dono da terra, dos escravos, das riquezas o trabalho desempenhado por elas passa a ser a ser meramente reprodutivo e auxiliar ao trabalho desenvolvido pelos homens. O homem passa a ser o “chefe” da família, e a mulher, reduzida à mero objeto de reprodução de crianças para auxílio na mão de mão de obra familiar no caso da população pobre, e produção de herdeiros no caso das famílias ricas (ENGELS, 2019).

A “domesticação” da mão de obra ocorre simultaneamente à domesticação da família e é nesse contexto que se dá a sociedade capitalista-patriarcal (SAFIOTTI, 1987).

Aliás, a “domesticação” para alguns, e a “libertação” para outros, foi posta em prática pelo contrato social. Desempenhado pelo Estado, e com o auxílio moral da Igreja, o contrato social permitiu que no contexto de um sistema monetário crescente, um forte controle dos patrões sobre os trabalhadores se exercesse através das regulamentações e legislações. Outro exemplo de serventia do contrato social foi na administração dos impostos e preço da terra, garantindo que permanecesse com a classe rica, expulsando camponeses e tornando-os proletários (FEDERICI, 2017).

Pateman (1988) avança na análise do contrato social, e o compreende como parte também, de um contrato sexual que atingia principalmente as mulheres. Para ela “os capitalistas podem explorar os trabalhadores e os maridos podem explorar as esposas porque trabalhadores e esposas constituem-se em subordinados através dos contratos de trabalho e casamento” (1988, p. 24).

Desde a Idade Média, a sexualidade foi um dos pontos em que o patriarcado mais atacou o sexo feminino. As mulheres que tinham conhecimento de plantas medicinais,

métodos contraceptivos, aborto e obtinham controle da fecundidade/natalidade eram julgadas como “bruxas” perseguidas e exterminadas. Isso também ocorreu com as/os hereges, curandeiras, e qualquer pessoa que ousasse incitar a rebelião e/ou soberania dos corpos e por sua vez, um empecilho para a ascensão do sistema capitalista. A destruição desses sujeitos foi auxiliada pela Igreja e esse período foi chamado Inquisição e ficou conhecido também como “Caça às bruxas” (FEDERICI, 2017)

Federici (2017) faz um paralelo da hostilidade com que as mulheres na Idade Média eram tratadas, com a população indígena na colonização. Para ela “o paralelismo não é casual [...] o ataque às mulheres justificou a apropriação do seu trabalho pelos homens e a criminalização de seu controle sobre a reprodução. O preço da resistência era, sempre, o extermínio” (p. 203). Em outras palavras, essa foi a “causa do desmoronamento do mundo matriarcal” e a partir disso, surge a feminilização da mulher, de esposa ideal, passiva e obediente, resultado de um “intenso terrorismo do Estado” (FEDERICI, 2017, p. 205).

Apesar da Caça às Bruxas acontecer na Europa, sua ideologia e práticas exerceram forte influência na colonização do Novo Mundo. As missões, o açoite, a força e assassinatos de indígenas, bem como a escravização dos povos negros, foram práticas que vieram da caça às bruxas, junto ao anseio do disciplinamento dos corpos “selvagens” que impediriam de prosperar o sistema capitalista. Desumaniza-los era a ferramenta que permitia sua exploração (FEDERICI, 2017).

Todavia, ao aplicar a teoria de Engels (2019) que compreende a primeira forma de exploração sendo a do homem sobre a mulher, mesmo entendendo a história e o avanço do capitalismo não foram lineares, pode-se analisar que Darcy Ribeiro (2006) ao descrever “*O povo brasileiro*” observou também as práticas patriarcais nas populações indígenas através do cunhadismo.

O cunhadismo, como destacado por Darcy Ribeiro (2006), foi uma prática amplamente utilizada pelas populações indígenas e foi para o autor, o fato que permitiu a aproximação dos colonizadores e seu “povoamento”. A prática consistia em “dar uma moça índia como esposa” para “incorporar estranhos à comunidade e realizar os laços das comunidades” (p. 61)

Para o autor:

Sem a prática do cunhadismo, era impraticável a criação do Brasil. Os povoadores europeus que aqui vieram ter eram uns poucos náufragos e degredados, deixados pelas naus da descoberta, ou marinheiros fugidos para

aventurar vida nova entre os índios. Por si sós, teriam sido uma erupção passageira na costa atlântica, toda povoada por grupos indígenas (RIBEIRO, 2006, p. 62).

A utilização de mulheres indígenas como moeda de troca e para criação de laços entre comunidades e colonizadores reforça o papel não somente que a colonização teve no processo de escravização de mão de obra para acúmulo do capital, mas a violência que as mulheres indígenas e negras sofreram, além dos trabalhos braçais, o trabalho doméstico e o trabalho reprodutivo para povoar o novo mundo por meio dos estupros.

Não obtemos conhecimento amplo e científico sobre todas as populações indígenas e suas práticas, talvez isso caiba mais nos estudos de outras ciências como antropologia, história e ciências sociais. Todavia, o que cabe aqui ressaltar, é que as práticas de submissão e dominação dos corpos femininos, foram frequentemente aplicadas, em diversas sociedades e normalizadas em diversas partes do globo.

A mudança dos núcleos familiares e a intensificação da divisão sexual do trabalho, vieram com colonização e a introdução da monogamia, centrada no poder ao homem. Mas antes disso, já havia a dominação dos corpos femininos. Ou seja, o patriarcado também já existia no Novo Mundo, somente foi reforçado e naturalizado pelas leis, pela religião e pelo Estado, sendo incorporado aos colonizadores europeus.

Gerda Lerner (2019) data o patriarcado em 2.600 anos (a.c) e em suas teorias, acredita que surgiu da capacidade reprodutiva da mulher e pela força física, posteriormente, utilizada para manutenção da acumulação primitiva, aplicada pela ideologia da religião, Estado e das leis.

Por isso Engels (2019), ao escrever “*A origem da família, da propriedade privada e do Estado*” desvenda importantes origens da exploração feminina, abrindo caminho para diversos autores que buscaram adaptar suas teorias. Ao compreender isso, portanto, entendemos que a relação de dominação desenvolvida pelo homem sobre a mulher foi a primeira opressão de classe, seguido da escravidão, que, juntamente com a riqueza privada foi capaz do desenvolvimento para alguns, sob a miséria e frustração de outros, gerando contradições e antagonismos de classe para ascensão do sistema capitalista.

Safiotti (1987) concorda que o patriarcado é o mais antigo sistema de exploração, e posteriormente, vem o racismo, já que o sistema capitalista é mais recente do que ambos. Mas, compreende também que na atualidade o patriarcado-racismo-capitalismo compõem uma simbiose. Para ela “esta fusão ocorreu em tal profundidade que é

praticamente impossível afirmar que tal discriminação provém do patriarcado, ao passo que outras se vinculam ao sistema de classes sociais e ou ao racismo” (SAFIOTTI, p. 61, 1987).

Quem se beneficia dessa simbiose, também chamado por ela como o “nó” ou “enovelado” do patriarcado-racismo-capitalismo são as classes dominantes, na medida em que consolida o “macho branco adulto”. As mulheres dessa classe, também usufruem de riqueza, principalmente da exploração de negros e mulheres. Por isso, mesmo que haja lutas e opressões em comum com essas mulheres, as diferenças de classes sociais amenizam ou intensificam esses sofrimentos e as distinguem (SAFIOTTI, 1987).

Essa simbiose, portanto, impera principalmente na naturalização dos fatos que são construídos socialmente como o argumento da inferiorização da mulher pela força física. Para Safiotti (1987), esse era um argumento que poderia ser uma realidade em sociedades rudimentares, mas não mais na modernidade com a presença de maquinários que realizam o trabalho bruto, tornando a força física já não mais necessária. O argumento da inferiorização do sexo feminino é parte da ideologia dominante do modo de produção capitalista e patriarcal que é imposto social e culturalmente.

Com o avanço da indústria e maquinários ficou dispensada a força física como um empecilho ao trabalho produtivo, anteriormente, somente destinado ao homem. Agora passa a ser também mulheres e crianças como peças fundamentais na indústria capitalista, que sem distinção de idade ou sexo, são cooptadas às fábricas, principalmente para garantir a ociosidade das camadas dominantes e aumentar o trabalho assalariado (MARX, 2011).

Isso remete ao que Marx (2011) define como trabalho produtivo, aquele que através da exploração do trabalhador gera a mais-valia. O trabalhador produtivo, portanto, é aquele que, através da sua força de trabalho, consegue gerar produtos/mercadorias para a acumulação do capital. Do ponto de vista capitalista, trabalho doméstico/privado de caráter gratuito desempenhado pela mulher é um trabalho improdutivo, já que diretamente não gera produtos ou mercadorias para o capital.

Por outro lado, para Engels (2019), a introdução da mulher no trabalho público, poderia representar a emancipação dessas:

(...) a emancipação da mulher e sua equiparação ao homem são e continuarão sendo impossíveis, enquanto ela permanecer excluída do trabalho produtivo social e confinada ao trabalho doméstico, que é um trabalho privado. A

emancipação da mulher só se torna possível quando ela pode participar em grande escala, em escala social, da produção, e quando o trabalho doméstico lhe toma apenas um tempo insignificante. Esta condição só pode ser alcançada com a grande indústria moderna, que não apenas permite o trabalho da mulher em grande escala, mas até o exige, e tende cada vez mais a transformar o trabalho doméstico privado em uma indústria pública (ENGELS, p 150, 2019).

Como podemos observar (e para as mulheres, vivenciar) após sua introdução no trabalho público, principalmente entre os séculos XX e XXI, não houve a sua total emancipação. Sujeitas a todo tipo de trabalho, com salários mais baixos em comparação ao mesmo trabalho desenvolvido pelos homens, e ainda com dupla jornada de trabalho, exercida pelo trabalho reprodutivo, onde são as principais responsáveis pelos trabalhos domésticos e de cuidado, sem acesso à terra, e agora também compondo o mercado de trabalho assalariado.

O trabalho doméstico não pago, faz autoras como Silvia Federici defenderem o salário para as trabalhadoras do lar, já que é o trabalho doméstico quem subsidia o trabalho “produtivo” para o capitalismo. Uma vez que o homem não precisa pagar para que façam sua comida, lavem suas roupas, limpem suas casas, eduquem seus filhos e entre outras tarefas que são impostas para as mulheres pela ideologia patriarcal, e sobra a ele, mais tempo para dedicar-se ao trabalho, a carreira profissional, lazer, etc.

Federici (2019) compreende que os salários para as mulheres desenvolverem o trabalho doméstico é uma forma do capital reconhecer esse trabalho como um trabalho de fato, e dar às mulheres que o desenvolvem, sua visibilidade. Para a autora: “Salários para o trabalho doméstico são, então, uma demanda revolucionária, não porque destroem por si só o capitalismo, mas porque forçam o capital a reestruturar as relações sociais em termos mais favoráveis para nós e, conseqüentemente, mais favoráveis à unidade de classe” (FEDERICI, 2019, p. 47).

Contudo, entendemos que um salário para continuar no trabalho privado, não garante que a mulher se equipare social, econômica e politicamente ao homem. No mesmo período em que as mulheres são introduzidas no trabalho público, é que temos também um grande avanço e maior participação política delas. É no contato com outras mulheres de sua classe, na organização das injustiças devido à exploração e dominação, que se dão reivindicações, manifestações, movimentos e conquistas. Por isso, compreendemos a partir de Engels (2019) que tanto a defesa do trabalho público às mulheres quanto a ocupação de espaços públicos permitem a elas reivindicar seus

direitos. Se fechadas no ambiente doméstico, o qual estavam destinadas pela ideologia dominante, seria mais difícil lutar e organizar-se com sua classe.

Outro ponto a ser destacado, são as correntes do feminismo liberal, ou feminismo “executivo” como destaca Bhattacharya (2019), em que inclui as mulheres “multiétnicas” em empresas e grandes corporações com discursos de empoderamento e emancipação financeira. Todavia, a quais interesses essas mulheres representam? Elas defenderão os interesses de todas mulheres? É por isso que não se pode a análise de gênero, com classe e raça, e é pelo mesmo motivo, que a luta na esfera do trabalho produtivo se combina com a esfera do trabalho reprodutivo.

O trabalho público/privado ou produtivo/reprodutivo, também pode ser compreendido com o processo de ascensão da industrialização e do sistema capitalista que promoveu um rompimento do local de produção e do local de moradia, que antes compunham o mesmo local. Esse rompimento e criação de um local de produção, afetou diretamente as mulheres, como afirma Souza (2015):

Ao separar esses mundos, valorizando moralmente o mundo da produção e tornando o da reprodução ideologicamente desvalorizado, o capital garantia ambos, enquanto dividia ao meio a classe trabalhadora entre homens e mulheres, e não remunerava as essenciais tarefas de reprodução. O trabalho da mulher continuava a existir, mas subsumido pelas atividades exercidas pelo homem fora de casa. Essa separação em que às mulheres coube a casa – excluídas, assim, da economia dominante, isto é, do sistema de assalariamento – reforça a opressão por meio desta nova dependência econômica (SOUZA, 2015, p. 479, grifos nosso).

A separação dos mundos em que Souza (2015) aponta, refere-se ao rompimento entre o espaço agrário e a urbano, que afetou principalmente as mulheres, exploradas agora no trabalho doméstico não pago e incorporadas à mão de obra industrial e fabril, recebendo menores salários.

Para Federici (2017), a dependência econômica é também uma forma em que o Estado e os empregadores utilizam para comandar o trabalho das mulheres. Com a sociedade cada vez mais monetizada, as mulheres ficam cada vez mais distantes do salário, e cada vez mais sujeitas a dependência econômica com o homem, a fome crônica e com a invisibilidade de seus trabalhos.

Entende-se, portanto, que a sociedade capitalista, para conseguir consolidar-se precisou fazer essa ruptura com o passado, mas não rompeu com as explorações existentes nas sociedades pré-capitalistas, aproveitando-se delas para acumulação do

capital e incorporando-as no ideal de sociedade e família. É importante compreender essas raízes para desvendarmos as explorações históricas e materiais em que camponeses, mulheres, negros, LGBTQIA+ e todos sujeitos que fogem aos ideais da “civilização” sofrem, com a exploração, discriminação, preconceitos e desigualdades.

É a partir dessa compreensão do sistema capitalista e patriarcal, bem como da divisão sexual do trabalho que é intensificada nesse modo de produção, que compreenderemos mais adiante, a luta das mulheres camponesas, dentro de um movimento organizado que visa romper com essas raízes da opressão e da exploração da mulher na sociedade de classes.

Compreendemos também, que essa exploração/opressão é modificada de acordo com o tempo e espaço em que os sujeitos vivem. Esses espaços, aqui compreendidos como cidade-campo, promovem modo de vida, cultura, acesso, negação, lutas e conquistas diferentes, e a partir disso, buscaremos compreender como se dá a luta feminina em ambos os espaços.

4.3 AS MULHERES NAS LUTAS URBANAS

O avanço do sistema capitalista e sua necessidade de garantir a ociosidade das camadas dominantes levou a incorporação de mulheres e crianças ao trabalho nas fábricas e indústrias. A mulher, no entanto, não deixou de ser a principal responsável também pelo trabalho reprodutivo. Agora, no mundo mercantilizado, e a necessidade do assalariamento, a mulher passou a desempenhar dupla e/ou tripla jornada de trabalho.

As mulheres, tradicionalmente submissas aos homens, em decorrência da ideologia patriarcal dominante se tornam “um ser fraco do ponto de vista das reivindicações sociais, portanto, mais passível de exploração” (SAFIOTTI, 2013, p. 69). e dessa forma, são obrigadas a aceitar os trabalhos subalternos nas fábricas. Seu salário também é um mero complemento ao salário do homem, que é o “provedor” da família. Por vezes, apesar de o capitalista absorver a mão de obra familiar, o único que recebia o salário, era o homem.

Para Safiotti (2013), a necessidade da integração nessa estrutura de classes e no trabalho familiar gera uma sobrecarga na mulher, a ponto de abrir mão da realização profissional em benefício da maior integração no núcleo familiar. Daí decorre a hierarquização dos trabalhos dentro do núcleo familiar. Para a autora: “como a atividade ocupacional feminina é posta em segundo lugar, não há para ela, nem motivo e nem

tempo para que se dedique eficazmente, através de organizações sindicais, a melhorar sua posição de barganha no mercado capitalista” (SAFIOTTI, 2013, p. 98).

A relação de possuir um trabalho no mundo feminino e masculino é diferenciada. Ao tempo que o homem, faz meramente pelo salário, para a mulher:

[...] ter um emprego significa, embora isso nem sempre se eleve a nível de consciência, muito mais do que perceber um salário. Ter um emprego significa participar da vida comum, ser capaz de construí-la, sair da natureza para fazer cultura, sentir-se menos insegura na vida. Uma atividade ocupacional constitui, portanto, uma fonte de equilíbrio. Toda via, o equilíbrio da mulher não pode ser pensado exclusivamente como resultado do exercício de uma atividade ocupacional (SAFIOTTI, 2013, p. 96).

Cabe, portanto, destacar que a inserção das mulheres não somente no trabalho privado, mas na participação política e sindical, reivindicando seus direitos e a frente dessa luta, é que torna possível romper com o sistema capitalista-patriarcal.

É em meados do século XIX e início do século XX que começam a surgir de fato os movimentos de mulheres organizadas nas cidades que debatiam e desvendavam teoricamente sobre a opressão das mulheres.

Gandhi (2018) nos recorda também que as mulheres e povos oprimidos já compreendiam as explorações sofridas por essa sociedade patriarcal e racista, mas a organização coletiva em movimentos surge somente com o desenvolvimento do capitalismo. Anterior aos movimentos, as mulheres expressavam suas indignações com canções, poemas, pinturas, etc.

No Brasil, como exemplo dessa expressão, temos registradas as vozes do samba, estilo de música que nasce como uma canção de protesto, de uma mistura das culturas africana e brasileira que foi duramente perseguido e marginalizado. As “tias baianas”, mulheres de terreiros de candomblé, a exemplo de Dona Ciata, foram importantes meios para reunir os sambistas marginalizados no Rio de Janeiro e Bahia, locais que tiveram forte presença dos escravos já no período do açúcar. A proibição e marginalização do samba, também registra a tentativa de embranquecer o país, haja vista que os sambistas cantavam sobre as condições de vida e trabalho da população negra. Além de Dona Ciata, temos Clementina de Jesus, Pixinguinha, Cartola, e outros importantes sambistas que falavam sobre a crescente urbanização e as favelizações, os homens e os trabalhos nas fábricas, na construção civil, as mulheres principalmente como lavadeiras, cozinheiras, serviços domésticos no geral.

Sobre a organização de movimentos de mulheres que surge na cidade, pode ser lido talvez, pelo fato levantado por Federici (2017), de como a vida citadina promovia a maior independência das mulheres em relação ao homem. Isso porque, elas poderiam trabalhar nas fábricas, serem sujeitas ao trabalho público assalariado. Também poderiam agora, viver sem a dependência financeira do homem e serem as chefes de família. Isso está diretamente ligado ao fator que agora a mulher poderia ser tão explorada quanto o homem, ou mais, já que sofre historicamente a opressão pelo gênero.

Com a urbanização, o número de famílias chefiadas por mulheres nas periferias cresce, em sua maioria, mulheres negras. O trabalho doméstico e educação são os principais trabalhos desenvolvidos por elas. Deixando seus filhos muitas vezes sozinhos para realizar o cuidado dos filhos das famílias brancas e burguesas, lavando, passando, limpando suas casas e preparando suas comidas. Elas também ocupam os empregos das fábricas, com salários mais baixos, empregos noturnos, sem creches para os filhos (DAVIS, 2016).

Vale destacar, que o trabalho do cuidado, aqueles que envolvem a educação, saúde e alimentação são no Brasil, majoritariamente desenvolvidos por mulheres, enraizados e naturalizados pela ideologia capitalista-patriarcal.

O feminismo surge também na cidade, e a primeira onda se espalha devido às influências da democracia, do liberalismo e da percepção das mulheres de que seus direitos, principalmente políticos, eram inferiores em relação aos dos homens. O movimento conhecido como sufragista foi marcado pela luta de mulheres de classe média e a pauta principal era o direito ao voto. O movimento sufragista se iniciou por mulheres dos EUA em meados do século XIX e início do século XX, com bases filosóficas liberais.

Na Europa com lutas operárias, as mulheres também se organizam teoricamente e dão luz aos movimentos do feminismo socialista e ao feminismo radical, se opondo teoricamente e em ações, ao feminismo liberal. Ambos movimentos estavam adaptando as teorias marxistas e buscando compreender a posição social da mulher dentro dela, mas, posteriormente, o feminismo radical rompe com o marxismo e se torna mais culturalista, se distanciando da discussão da classe (GANDHI, 2018).

É da luta operária-socialista na Europa, com destaque para II Internacional, liderada por Engels, entre 1889 e 1916, que iniciam as primeiras reivindicações, greves e piquetes para diminuição da jornada de trabalho dos operários para 8 horas e que conquistam o dia 1º de maio como Dia Internacional dos Trabalhadores.

Foi também através das mulheres marxistas-socialistas como Clara Zetkin, e Rosa Luxemburgo, e da liderança nas reivindicações, greves e lutas por salários iguais para as mulheres, que houve a conquista do dia 8 de março como Dia Internacional da mulher e as conquistas iniciais dos direitos.

Como pontua Souza (2015), por muito tempo o marxismo, mesmo compreendendo a sociedade patriarcal, acreditou que o rompimento da sociedade de classes bastaria para o fim da exploração/dominação de todos os sujeitos, homens, mulheres e negros. Mas, já na Comuna de Paris, as mulheres compreenderem que somente a luta de classes não as libertaria do patriarcado, enraizado mesmo nos seus companheiros de luta.

Atualmente, as feministas marxistas contemporâneas, compreendem os equívocos principalmente de Marx, que ao conceituar o trabalho produtivo, se “esqueceu” de quem dá luz a classe trabalhadora, ou seja, o trabalho reprodutivo. Todavia, foi a partir das percepções de Marx que se pôde compreender não somente as explorações da classe trabalhadora, mas avançar em suas teorias, compreendendo também, as opressões de gênero (BHATTACHARYA, 2019).

Cabe lembrar que enquanto essas lutas operárias já ocorriam nos países europeus, o Brasil estava ainda abolindo a escravidão. As estratégias de luta, como reivindicações, greves e piquetes chegam nos países de capitalismo tardio, mas tem em suas conquistas os reflexos de luta socialista-marxista, centrada na luta de classes e que ocorrem tanto no urbano, que passa por um “boom” da industrialização e êxodo rural, quanto no campo.

A segunda onda do feminismo surge sob influência da Revolução Cultural chinesa em 1960 e já começam as reivindicações políticas protagonizada por estudantes e professoras acadêmicas. Com diversos movimentos feministas de diversas bases filosóficas, movimentos negros e anarquista, as pautas nesse momento envolviam mais direitos civis e contracultura.

Pinto (2010) pontua que esse feminismo socialista e anarquista perde força na década de 1930 e retoma na década de 1960, marcando a segunda onda, com influências da Guerra do Vietnã, surgimento do movimento hippie e da pílula anticoncepcional, e o movimento feminista assume uma nova forma:

O feminismo aparece como um movimento libertário, que não quer só espaço para a mulher – no trabalho, na vida pública, na educação –, mas que luta, sim, por uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres, em

que esta última tenha liberdade e autonomia para decidir sobre sua vida e seu corpo. Aponta, e isto é o que há de mais original no movimento, que existe uma outra forma de dominação – além da clássica dominação de classe –, a dominação do homem sobre a mulher – e que uma não pode ser representada pela outra, já que cada uma tem suas características próprias (PINTO, 2010, p. 16).

No Brasil, a primeira onda começa com um movimento de mulheres também de elite na década de 1930. Com base em correntes liberais, as mulheres levantavam pautas pelo sufrágio, educação igualitária, e direito ao divórcio. Ao mesmo tempo, supõe-se que por influência da imigração italiana, cresce um movimento feminista operário e anarquista (PEREZ e RICOLDI, 2018). Ambos perdem força ao longo do tempo, retomando também na segunda onda do feminismo, que no Brasil ocorre fortemente influenciado pela ditadura militar.

No período da ditadura militar (1964-1985), as mulheres brasileiras também começam a se envolver diretamente nas lutas armadas, tendo com esse período como um enorme aprendizado, inclusive do quão suas pautas e capacidades em liderar movimentos e ações eram invisibilizadas e duvidadas até pelos companheiros de luta, como bem apontado por Maria Amélia de Almeida Teles (1993).

Maria Amélia foi uma das presas políticas no período da ditadura militar, e reúne no artigo “*Violação dos direitos humanos das mulheres na ditadura*”, publicado em 2015, relatos de presas políticas que testemunharam na Comissão Nacional da Verdade⁹ destacando que além das torturas físicas e psicológicas que os militares realizam nos militantes homens e mulheres que se opunham à ditadura, às mulheres ainda tinham os agravantes de estupros, abortos forçados e filhos frutos desses abusos sexuais.

Ainda assim, as mulheres participaram ativamente das lutas armadas contra a ditadura e resistiram bravamente as torturas e prisões. Telles (1993) destaca, com base no Comitê Brasileiro de Anistia que dos 340 nomes de desaparecidos nesse período, 40 são mulheres, ou seja 11,7%.

O documentário “*A torre das donzelas*” de Susanna Lira (2019) relata, com descrição e participação das próprias mulheres, os abusos e torturas sofridas, com participação da ex-presidenta Dilma Rousseff, quem foi também uma presa política e

⁹ A Comissão da Verdade construída na 11ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos, sendo incorporada formalmente ao 3º Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), publicado no final de 2009 pelo Governo Federal. Perdurou até o ano de 2015 e visava julgar as graves violações dos direitos humanos, mortos e desaparecidos no período da ditadura militar brasileira (1964-1985). Fonte: Comissão da Verdade (al.sp.gov.br)

durante seu mandato foi duramente perseguida, humilhada e injustiçada, por ser uma mulher a ocupar esse cargo em um país extremamente machista.

A partir da década de 1970 é que a luta das mulheres das periferias de São Paulo começa também a ganhar forma, organizando-se em associações de bairros, associações de mães e empregadas domésticas, reivindicando principalmente direitos às creches, salários iguais e custo de vida. Os debates sobre violência doméstica, aborto e estupro, por outro lado, eram proibidos, tanto pelos militares, quanto pela esquerda que passa a dar apoio as discussões e debate das mulheres as orientações. Como destacado por Telles (1993), a orientação era que as pautas nesse momento deveriam ser somente voltadas ao trabalho doméstico, educação e salários igualitários.

Em 1975, as mulheres brasileiras já ocupavam lideranças em movimentos sindicais nas fábricas e nos bairros, e a partir de então, ultrapassando diversos obstáculos, começam a questionar o papel de submissão da mulher. Em 1978 ocorreu o I Congresso da Mulher Metalúrgica, no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC Paulista, representada somente por homens, ainda assim, diversas mulheres foram demitidas.

Dolores,¹⁰ uma das camponesas entrevistadas, atualmente liderança e assentada no Quilombo Campo Grande, vivenciou enquanto mulher, trabalhadora e liderança nos sindicatos das metalúrgicas na região do ABC Paulista tanto a negação dos próprios companheiros de luta ao se depararem com mulheres nos movimentos, quanto a negação de emprego. Segunda ela, quando os patrões descobriam que ela era dos movimentos sindicais:

Aí a gente não encontrava mais emprego nas metalúrgicas. Eu fiquei banida. As firmas já sabiam... a gente estava articulando pra uma negociação... se eu perdia um emprego e a firma não dava (Dolores, em entrevista, 2021)

Dolores, ainda se lembra que “*essa época eram poucas mulheres dentro dos sindicatos, eram mais homens*”.

Todavia, mesmo compreendendo as negações dos espaços que tinha, destaca o papel que os movimentos sindicais tiveram em sua formação, tanto na militância, como educacional: “*O pouco que eu tive de escolaridade, fiz também dentro do sindicato*”.

Dolores ainda relembra de suas participações em piquetes e greves para negociações com patrões e destaca:

¹⁰ O pseudônimo é em referência à Dolores Cacuango, líder indígena equatoriana, pioneira da luta de indígenas e camponeses de seu país no início do século XX. Fonte: <https://asminanahistoria.wordpress.com/>

A entrevista foi realizada em 16/11/2021 presencialmente no acampamento Quilombo Campo Grande.

[...]Jera um verdadeiro cativo dentro das firmas... muitas coisas que tem de bom hoje em dia, tipo, um café da manhã de 15 minutos, um almoço de 1 hora... foram conquistas nossa dessa época (Dolores, em entrevista, 2021)

É com a redemocratização que há uma efervescência nas lutas: pelo direito das mulheres, contra o racismo, pelo direito a terra, contra violência etc. É também nesse período que há a maior aproximação do feminismo com os movimentos sociais e populares (PINTO, 2010).

A violência de gênero marca a história de uma sociedade patriarcal e como apontado por Federici (2018), a sexualidade feminina foi um dos pontos mais atacados pelo patriarcado. O capitalismo e a propriedade privada da terra rompem com o campo e criam outra espacialidade, revolucionando o modo de vida dos sujeitos. O campo não deixa de existir, mas com a modernização, passa a ser visto como um “atraso” que deve ser extinguido.

Os direitos trabalhistas, sindicatos, acesso à educação e saúde, e órgãos de combate à violência de gênero são conquistados no espaço urbano por também, concentrarem a maior parte da população devido ao êxodo rural, e por reunirem classes de trabalhadores insatisfeitos com as condições de trabalho ofertada pelos capitalistas, e no caso das mulheres, mães, chefes de família sem ter com quem deixar seus filhos.

Todavia, no campo, a classe camponesa estava sofrendo nesse mesmo período, do rápido crescimento urbano, as expulsões de terras, massacres e assassinatos. À mulher no campo, além de ter seu acesso à terra historicamente negado por ser mulher, também sofria da condição de ser camponesa, ou seja, possui acesso à terra negado duas vezes.

A dependência financeira que na cidade ocorre devido a maior taxa de desemprego ser feminina, ocorre mais fortemente no campo. A luta por acesso às creches ainda presentes na cidade, sequer chegaram no campo. A educação no campo vem sendo cada vez mais defasada.

As piores taxas de fome também estão no campo. Segundo o Relatório do Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, realizado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede PENSSAN) publicado em 2020, a insegurança alimentar afetou 9% da população brasileira, se concentrando principalmente nas regiões Norte e Nordeste. Desses, 11,1% dos domicílios chefiados por mulheres se encontram em situação de fome, enquanto o chefiado por homens, esse número cai para 7,7%. Em residências

habitadas por pessoas pretas e pardas, a fome estava presente em 10,7% enquanto o de pessoas brancas, o número cai 7,5%. 14,7% da fome, estava presente com lares de baixa escolaridade. Essa situação claramente se agrava no campo: cerca de 12% da população camponesa estava em situação de fome.

A infraestrutura de estradas e a distância das cidades afetam diretamente os as mulheres camponesas. Como denunciar por exemplo, uma violência doméstica, sem acesso à informação, automóvel, rede de apoio e delegacias, por exemplo? A pobreza, a miséria, a fome e a violência, tem classe, tem raça, tem gênero e tem também o agravante da diferença do espaço ocupado.

Mas.... porque ainda assim, pessoas e principalmente as mulheres, “escolhem” permanecer ou retornar ao campo, se há claramente um projeto político no Brasil, que defasa o campesinato, em que as mulheres, crianças e jovens são os que mais sofrem?

Nos próximos tópicos, buscaremos abordar como as mulheres camponesas lutaram ao longo do tempo no enfrentamento direto ao capital, buscando destacar o papel que os movimentos socioterritoriais do campo, especialmente o MST, exerceram e exercem na organização política, no acesso à saúde, educação, alimentação e combate as violências de gênero, de homens e mulheres.

4.4 AS MULHERES NO CAMPO E A ORGANIZAÇÃO DA CLASSE CAMPONESA

O trabalho doméstico, reprodutivo e privado desempenhado pelas mulheres no campo, por vezes mistura-se ao trabalho produtivo, já que essas, são as principais responsáveis pelo cuidado com a casa, e no campo. Esses trabalhos também vão se estender aos quintais produtivos e ao lote. Apesar disso, devido a ideologia patriarcal, tais trabalhos são invisibilizados e não remunerados. Isso é o que diferencia o trabalho feminino desenvolvido pelas mulheres no campo e o trabalho produtivo desenvolvido pela mulher na cidade.

Cabe destacar, todavia, que a agricultura camponesa é caracterizada pelo trabalho familiar, o que significa que ele é dividido entre toda a família, com base principalmente na divisão por gênero e faixa etária. Mas, centrado no chefe de família, a quem deve receber e redistribuir ao núcleo familiar o valor pago pelo empregador ou os pequenos lucros do trabalho desenvolvido pela família.

Outro ponto a ser destacado, é que a classe camponesa possui uma especificidade que é não depender de uma renda fixa, ou do trabalho assalariado para permanecer no

campo, compondo uma relação que Chayanov (1974) descreve como uma Unidade Econômica Familiar (UEF). Sua potencialidade de produção para autoconsumo e relações de trocas não monetárias, revela a potencialidade das relações compreendidas como não capitalistas de produção.

Inclusive, este foi um fator claro que notamos no Acampamento Quilombo Campo Grande na aplicação do laudo socioeconômico e produtivo. As famílias vivem com pouco ou nenhum dinheiro. Os que recebem, de vendas dos produtos em feiras livres, por exemplo, mal conseguem contabilizar essa renda, o que é considerada, no entanto, uma renda “invisível”. As relações de troca de alimentos e serviços e solidariedade, por outro lado, são muito presentes.

Ao compreender o que Chayanov fala sobre a UEF, compreendemos, portanto, que quando falamos da família, falamos de uma família com práticas patriarcais de hierarquia, a isso, compreendemos o que Deere (1995) distingue entre o sistema de cultivo patriarcal, em que as mulheres estão presentes no trabalho agrícola, nos lotes e criação de animais, mas o controle na tomada de decisões do núcleo familiar é centrado no homem, e no sistema de cultivo igualitário em que ambos participam do trabalho, tomada de decisões e a renda é compartilhada.

Deere (1995), ainda destaca como anterior à revolução verde, a agricultura camponesa de base familiar obtinha a participação do trabalho feminino mais homogênea. Apesar de variar a divisão do trabalho por região, gênero, classe social e raça. Mas, no sistema de cultivo capitalista-patriarcal hegemônico, em que há essa hierárquica dentro do núcleo familiar, há uma intensificação das relações de dependência e subordinação maior da mulher sob o homem.

Paulilo (1987) em “O peso do trabalho leve” aborda a divisão do trabalho no campo entre o trabalho “leve” e o trabalho “pesado” e caracteriza o trabalho “pesado” como aquele trabalho que exige maior força física e geralmente é desempenhado por homens, enquanto o trabalho “leve” apesar de exigir muito trabalho, por vezes um trabalho moroso e com riscos à saúde, é desenvolvido por mulheres e crianças, e assim, possuem menor remuneração e tido, apenas como “ajuda”, enquanto o salário do homem, chefe de família, é que compõe o sustento familiar.

Essa relação hierárquica no sistema de cultivo patriarcal, derivado da ideologia capitalista dominante, culmina na invisibilidade do trabalho feminino, menor acesso à terra e tomada de decisões e maior dependência econômica, gerando também, maior vulnerabilidade às violências domésticas.

Foi possível compreender essa relação do sistema de cultivo patriarcal-capitalista *versus* cultivo igualitário, e que essa relação não ocorre apenas com grandes produtores de terra. O sistema de cultivo patriarcal-capitalista é relação ideológica e cultural, que mesmo sendo sem-terra, pode-se propagar. Nas entrevistas com as mulheres do Quilombo Campo Grande, Dorcelina¹¹, uma de nossas entrevistadas, relata como seu pai era “*pobre com cabeça de capitalista*” em que apesar de ser sem-terra tinha uma perspectiva mais individualista, sem inserir sua companheira ou os filhos na tomada de decisões, eram 10 irmãos em que constantemente, devido os anseios de seu pai, se mudavam e conseqüentemente, tinham grande evasão escolar. Dorcelina ainda se emociona ao comparar a vida que sua mãe levou e a vida que ela leva, com um companheiro em que ela considera como seu “*cúmplice*”, marcando essa relação do sistema de cultivo igualitário, onde há comunicação, solidariedade e ambos participam das tomadas de decisões, cuidado com filhos e com a casa, onde seu trabalho é valorizado e percebido, ou seja, não é considerado um “*mero auxílio*”.

Todavia, apesar de os movimentos socioterritoriais e socioespaciais buscarem construir esse sistema de cultivo igualitário, a cultura e ideologia dominante é capitalista-patriarcal e faz com que ocorra maior segregação de gênero na força de trabalho e diferenciação salarial das mulheres, que acabam migrando com maior frequência do campo para a cidade, em busca de melhor remuneração em empregos subalternos ou maior qualificação.

Rossini (1993) ao realizar um estudo com as mulheres trabalhadoras na cana-de-açúcar na região de Ribeirão Preto-SP, identificou que a mecanização agrícola com a “nova face da agricultura” permitiu que as mulheres fossem inseridas no mercado de trabalho, e que o assalariamento dessas permitia que seu trabalho não fosse mais somente considerado uma “ajuda”. Considerando que:

À medida em que a mulher está entrando cada vez mais no mercado de trabalho, começa a se ver como trabalhadora e não mais como elemento que “ajuda”. Neste momento, ela começa a participar de sindicatos. É o prenúncio da mudança de vento. (p. 5, 1993)

¹¹ O pseudônimo é em referência à Dorcelina Folador, professora, poeta e ativista paranaense que foi correspondente do Jornal Sem Terra do MST e uma das fundadoras do Partido dos Trabalhadores (PT), foi prefeita de seu município, e assassinada na porta de sua casa em 1999 com 36 anos. Fonte: <https://asminanahistoria.wordpress.com/>

A entrevista foi realizada em 21/07/2021 virtualmente pelo Google Meet.

O contexto em que Rossini (1993) traz é das mulheres brasileiras passando por uma crescente incorporação no mercado de trabalho. Sua lógica, é que a mulher sendo inserida na agricultura capitalizada teria maior acesso aos sindicatos. Isso denota a própria dialética, já que as mulheres envolvidas no trabalho público estariam mais propensas a estar ativa politicamente com sua classe. Todavia, ao defender que isso geraria “consequências imediatas a nível da organização familiar” (ROSSINI, 1993, p. 6), levaríamos a uma subjetividade, e a uma possível emancipação financeira e não social/política, pois não visa romper com o sistema de cultivo patriarcal-capitalista, somente se incorporar a ele.

Rossini (1993) parte de um pressuposto de que a “nova face da agricultura” e a intensa mecanização do campo foram positivas ao inserirem o trabalho assalariado das mulheres já que as tecnologias e insumos permitiram a produção o ano todo, e o trabalho não mais somente sazonal. Considera ainda, que a “agricultura de subsistência tende a se tornar, cada vez mais uma "instituição" em extinção” (p. 5). Não considerando que permanecendo no modo de produção capitalista não há rompimento com as opressões sofridas pelas mulheres nem com a exploração sofrida pela classe camponesa, além, é claro, de não resolver o problema da concentração fundiária.

Partimos da compreensão de que é possível e necessário o rompimento com o modo de produção capitalista, já que ele se realiza também através do sistema patriarcal de cultivo, hierarquizando o núcleo familiar, invisibilizando o trabalho feminino e promovendo uma intensa exploração da classe camponesa e da natureza. Dessa forma, compreendemos que somente por meio da organização das mulheres camponesas, e a luta pela emancipação coletiva é que se dará o rompimento com as opressões e explorações da mulher camponesa.

Nesse sentido, vale mencionar que a emancipação financeira é necessária, mas não é o bastante para romper com suas opressões e explorações que são estruturais e advém das relações patriarcais intensificadas pelo sistema capitalista. A emancipação da mulher deve ser econômica, social e coletiva, e para ser coletiva, é preciso estar organizada. Nessa organização, as mulheres camponesas, chefes de família, que tiveram seus direitos à terra negados por longo período no Brasil,¹² conquistam seus espaços ao inserirem as pautas de gênero nos movimentos sociais rurais.

¹² Ver trabalho de Deere (2004).

No Brasil, na década de 1960, há também efervescência de organizações sindicais e movimentos sociais no campo, onde as mulheres passam a reivindicar seus direitos nesses espaços. Mas, desde as primeiras experiências das Ligas Camponesas, que iniciam em 1940, as mulheres estavam organizadas juntamente com os homens de sua classe.

O período do regime militar, com a intensa violência, perseguição e assassinatos de líderes e defensores de minorias cessou os movimentos sindicalistas. O mesmo ocorreu com as organizações de mulheres, que retornam com pautas e ações após a redemocratização, onde exerceram forte pressão para a inclusão das questões das mulheres na construção da Constituição Federal de 1988.

A Igreja, por meio das Comunidades Eclesiais de Base, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), juntamente com os sindicatos rurais, passou a levantar as pautas da mulher no campo que envolviam incorporação das mulheres nos sindicatos, e direitos trabalhistas como aposentadoria rural e licença maternidade (DEERE, 2004).

Apesar da movimentação das mulheres principalmente na região Nordeste e Sul do Brasil, Deere (2004) pontua como até 1996 as pautas de gênero dentro dos movimentos sociais, inclusive MST eram secundárias:

A primeira preocupação foi com a unidade do movimento – uma luta que exigia unidade de todos os membros da família. O temor de que as questões de gênero causassem divisão ao movimento é evidente em um documento de 1993 que afirma explicitamente que a incorporação de mulheres ao movimento deveria ser tratada como uma questão de classe e não como uma questão de gênero (p. 188).

A cartilha mais antiga encontrada no website do MST “A questão da mulher no MST” contém o Plano de Trabalho elaborado no Encontro Nacional de Mulheres Militantes do MST, de maio de 1996 e analisa a discriminação por gênero na sociedade e internamento no movimento, trazendo propostas e orientações práticas e políticas para as mulheres e para o movimento no geral. Nesse documento, reconhecem que “nos acampamentos e assentamentos se reproduzem os mesmos problemas da sociedade” (p. 3), de modo que delimitam os principais problemas relacionados: 1) à sociedade, a quem possui preconceito histórico com a mulher, e o atraso das relações sociais do campo e 2) a organização do movimento, que não compreende o problema, não incentiva à participação e formação dos membros.

É nesse período, portanto, que o movimento compreende a necessidade da própria conscientização do problema, bem como o enquadramento de gênero na luta de classes e reconhecem a qualidade do debate que as lideranças iniciaram.

Nesse documento, ainda destacam as normas gerais do MST, de 1989, onde já começam a aparecer os debates sobre a igualdade de gênero e inclusão da pauta dentro do movimento:

- Estimular a participação das mulheres em todos os níveis;
- Combater todos os tipos de discriminação e lutar contra o machismo que impede a igualdade de direitos e condições;
- Estimular comissões de mulheres nos acampamentos, assentamentos, para discutir problemas específicos;
- Estimular a participação do MST nos outros movimentos de mulheres;
- A nível nacional ter uma equipe nacional de mulheres (MST, p. 5, 1996)

Como orientação de “níveis de ação” desse documento, saem com a tarefa de:

- Conscientizar sobre a necessidade da participação das mulheres na luta pela terra e pela reforma agrária;
- Despertar as mulheres para seus problemas específicos;
- Projetar lideranças para as instancias;
- Fazer encontros municipais;
- Adequar horários de reuniões e assembleias para possibilitar a presença de mulheres;
- Reuniões com as mulheres para discutir questões específicas;
- Garantir que as mulheres tenham título da terra;
- Garantir a participação nas associações e cooperativas a nível de igualdade (MST, p. 7, 1996)
-

É a luta das próprias mulheres, portanto, que se inicia por regiões e começam a se articular nacionalmente que insere as pautas de gênero para dentro da luta no MST e protagonizam a formação de movimentos, reuniões, campanhas e encontros.

Apesar disso, o MST já demonstrava apoio a outros movimentos como a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR), atual Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) movimento protagonizado por mulheres a quem teve e tem um papel fundamental na luta e conquista de direitos e articulação de mulheres camponesas no Brasil.

O MST, todavia, além de ser central no nosso trabalho, já que o Acampamento Quilombo Campo Grande é organizado por ele, é o maior movimento do Brasil, por

meio da estratégia de ocupações de terras improdutivas, promove a organização dos camponeses pelo acesso e permanência na terra e no enfrentamento direto ao capital.

Por compor um movimento que insere a família toda, o MST é considerado um movimento misto, ou seja, diferente do MMC, que reúne mulheres camponesas, ele reúne toda homens, mulheres crianças, jovens, adultos e idosos no processo de ocupação e luta.

Deere (2004) destaca que a inserção das pautas de gênero dentro do MST:

Desde sua fundação, o objetivo primário do MST tem sido a luta pela reforma agrária e por “uma sociedade justa e igualitária”. O movimento reconheceu que, para realizar isso, “a participação de todos os trabalhadores rurais” era necessária, “estimulando a participação das mulheres em todos os níveis. As mulheres têm sido muito visíveis na condução das ocupações de terra do MST (estima-se que elas sejam entre um terço e a metade dos participantes), e muitas vezes estão na linha de frente nos confrontos com a polícia. Além disso, as mulheres geralmente desempenham um papel-chave e muito ativo nos acampamentos que resultam dessas ocupações (DEERE, 2004, p. 186).

Ao reconhecer a importância da mulher para massificar a luta, o MST começa a inserir também como ponto principal, superar as desigualdades de gênero e reconhecer que não haverá uma divisão na luta, uma vez é somente por meio da conjunção entre classe, gênero e raça é que romperemos com as raízes da exploração.

Como destacado anteriormente, a negação das pautas de gênero foi um processo que o próprio marxismo passou, em que posteriormente, passa a reconhecer que o sistema capitalista e patriarcal prejudica toda sociedade, intensificando a exploração por meio da opressão.

Nos movimentos sociais que tem como base a construção de um novo modelo de desenvolvimento e rompimento com o capitalismo, ocorre um processo parecido, em que passam a compreender essas especificidades, e compreendendo que para romper com essa exploração por classe, é necessário romper também com as opressões de gênero, e raça. Assim, os movimentos sociais passam a assumir diversas campanhas, participação em marchas, proposta da paridade de gênero dentro dos papéis de liderança e formação dos militantes.

Compreendendo que as pautas das mulheres camponesas quase nunca são consideradas pelas mulheres urbanas, e que as correntes feministas que existiam até então não abordam a mulher rural, recentemente, as mulheres camponesas do MMC, juntamente com a *La Via Campesina* perceberam que havia a necessidade de

desenvolver uma abordagem do feminismo que atendesse as demandas das mulheres rurais, denominada Feminismo Camponês Popular:

El feminismo Campesino y Popular es una construcción política ideológica que se diferencia de otras formas de feminismo que son urbanos y conservadores. Es “campesino” porque parte de la realidad del campo y no de la ciudad, y “popular” porque es un feminismo de las “clases populares” (campesinas, trabajadoras, migrantes, asalariadas agrícolas, indígenas, afrodescendientes, etc.) (La Vía Campesina, 2021)

Compreende-se, portanto, que as mulheres camponesas, tendo consciência de sua classe e condição, do acesso à terra negados, seus trabalhos produtivos e reprodutivos invisibilizados, estão em constante luta, e para além dessa luta coletiva nacional e internacional, de reconhecimento e valorização do trabalho, justiça, igualdade e fim das violências, compreendem que somente o rompimento com o sistema capitalista e patriarcal, que tem em sua base de sustentação o trabalho reprodutivo feminino e a exploração intensiva da natureza, será possível findar as opressões e explorações.

Em um sistema de cultivo igualitário, como foi pontuado por Deere (1995), há a valorização do trabalho feminino dentro do núcleo familiar, na participação na tomada de decisões. A proposta principal que vem sendo inserida pelos movimentos sociais do campo, como o MST e MMC, para rompimento com o modo de produção capitalista, é através da agroecologia, de relações de solidariedade e de respeito com o ser e natureza.

Pautando a totalidade e materialidade das relações capitalistas-patriarcais de produção em que, por meio da agroecologia e da soberania alimentar, visam romper para que de fato, seja construída uma sociedade mais justa e igualitária.

5 AS MULHERES NA QUESTÃO AGRÁRIA E A GEOGRAFIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

As mulheres a quem nos dedicamos estudar ao longo do presente trabalho compõem a classe do campesinato, qual é composta por homens e mulheres em sua maioria expropriados, migrantes e desempregados do campo e da cidade.

Essa classe camponesa, é reflexo de um país de capitalismo dependente, que através da escravização e da concentração de terras e riquezas, consolidou uma elite agrária com pouco interesse em redistribuir as terras e descentralizar a riqueza. O campesinato, portanto, é uma classe fruto dessa questão agrária não resolvida que é criado e recriado pelo próprio sistema capitalista, que ao concentrar terras e riquezas, expande também a pobreza e a miséria. Por sua vez, o campesinato também recria o sistema capitalista, se sujeitando em sua produção e vendendo sua mão de obra (FERNANDES, 2008).

A exploração intensa de recursos e pessoas realizada pelo modo de produção capitalista representada hoje no campo pelo agronegócio, se consolida através da apropriação do território capitalista. Com duas classes sociais de interesses distintos, permanecem em constantes conflitos que ocorrem pelo enfrentamento entre as duas classes. O enfrentamento das classes, se dá porque possuem interesses distintos para o desenvolvimento agrário.

Para Fernandes (2008), esses constantes conflitos, compõe as conflitualidades entre o agronegócio e o campesinato, e são disputas que não perpassam somente a questão do acesso à terra:

A conflitualidade é uma propriedade dos conflitos e está relacionada, essencialmente, à propriedade da terra, à renda da terra, à reprodução capitalista do capital, conseqüentemente à concentração da estrutura fundiária e aos processos de expropriação dos camponeses e assalariados por diversos meios e escalas e bases sociais, técnica econômica e política. A resposta é a luta pela terra, reforma agrária, resistência na terra e a perspectiva de superação da questão agrária. Esses processos não se referem apenas à questão da terra, mas também às formas de organização do trabalho e da produção, do abastecimento e segurança alimentar; aos modelos de desenvolvimento da agropecuária e seus padrões tecnológicos, às políticas agrícolas, às formas de inserção ao mercado e aos tipos de mercado; à questão campo - cidade, à qualidade de vida e dignidade humana. Por tudo isso, a questão agrária compreende as dimensões econômica, social, ambiental, cultural e política. A questão agrária é antes de tudo uma questão territorial (FERNANDES, 2008, p. 27)

As conflitualidades das classes, que possuem interesses distintos, portanto, produzem territórios de dominação e territórios de resistência. O território material reproduzido no espaço geográfico, é constituído pelos territórios imateriais. Esses,

compõem o mundo das ideias, ideologias, intencionalidades que se concretizam através da ação, nos territórios materiais, e o seu processo é denominado de territorialidade.

Essas territorialidades podem ser lidas também como espaços políticos que ao se colocarem contra o desenvolvimento hegemônico do sistema capitalista, recriam também outro modelo de desenvolvimento, que abrange as dimensões sociais, culturais, ambientais e políticas.

O modelo de desenvolvimento é o fator principal da disputa entre campesinato e agronegócio, abrangendo um território imaterial e material que são compostos por espaços sociais, culturais e políticos.

Esses espaços e territorialidades permanecem em constantes conflitos. O modelo do agronegócio, concentrador de terras e riquezas, constituído por relações capitalistas e patriarcais de produção, explorando intensamente recursos e trabalhadores, e propagando desigualdades. Ele produz espaços concentradores de poder, hierarquizados dentro dos núcleos familiares, e relações de dependência e exploração. Por outro lado, temos o modelo não capitalista de desenvolvimento contra hegemônico, o qual é descentralizador, produz espaços de diálogo, solidariedade, respeito, cultura e dignidade.

O modelo de desenvolvimento contra hegemônico, é o modelo proposto por movimentos sociais, como a *La Via Campesina*. Ele é, além de um modelo de desenvolvimento, um projeto político e social que visa romper com o sistema capitalista e patriarcal de produção promovendo, através da agroecologia, um sistema de cultivo igualitário, descentralizador de terras e poder até mesmo dentro do núcleo familiar.

Mesmo compreendendo, lutando e resistindo contra o modo de produção capitalista e patriarcal, este, ainda é o que detém o poder da informação e da propagação ideológica. Romper com esses territórios e espaços, construindo novos espaços de socialização, cultura e produção, não é tarefa fácil, é um processo que exige uma temporalidade. É fundamental, portanto, que haja uma permanência nesses fundamentos.

Com a pesquisa militante desenvolvida no Acampamento Quilombo Campo Grande, notamos que mesmo inseridas nos movimentos sociais de luta pela terra, há ainda aqueles que não se compreendem enquanto classe camponesa, há ainda aqueles, que devido as construções pejorativas da mídia hegemônica, demonizavam o movimento, e somente dentro dele, puderem se compreender enquanto classe. Isso demonstra claramente, o que é a disputa imaterial e ideológica proporcionada pelos

modos de desenvolvimento distintos. Essa disputa, é desigual, já que quem domina os meios de produção e informação é o modelo capitalista. Todavia, contraditoriamente, são criadas estratégias de enfrentamento a esse modelo por parte da classe camponesa.

Uma das formas de enfrentamento desenvolvidas pelo MST, por exemplo, foi percebendo que mulheres e crianças, além de estarem presentes ali no momento do conflito, em uma ocupação ou em uma reintegração de posse, precisariam de espaços de diálogos constantes, em reuniões, construções de coletivos e organizações permanentes, para que de fato, a luta fosse massificada.

Ao compreender isso e estimulares a criação de espaços de diálogos, envolvem um número maior de trabalhadores e trabalhadoras, que se reconhecem em histórias, lutas, e necessidades coletivas. Mas, para as mulheres conseguirem se dispor a participarem desses espaços políticos, foi necessário também a criação de outros espaços, já que ainda há a predominância da mulher no cuidado com as crianças e trabalho doméstico.

Assim, as mulheres conquistam o espaço das cirandas¹³, e dos Coletivos de Mulheres, ocupando esse espaço político que há tanto tempo foi negado:

A gente mulher, quando a gente tem consciência do que somos nós, do onde quer chegar, a gente faz primeiro a apresentação do espaço, porque pra nós não tem espaço. Eu lembro há uns 7 anos atrás que o Coletivo ainda estava se inserindo, que houve umas 2/3 reuniões onde as mulheres não foram convocadas, e aí a gente falou, vamos ocupar esse espaço, porque a gente tem muito o que contribuir com a sociedade, e foi lá e ocupou esses espaços [...] (Dorcelina, em participação na disciplina de Questão Agrária, Agroecologia e Soberania Alimentar, grifos nossos, 2021)

A criação das cirandas e dos Coletivos de Mulheres, demonstram a conquista dos espaços políticos pelas mulheres camponesas, portanto, uma territorialidade, já que as relações hegemônicas na sociedade são embebidas pelo poder capitalista-patriarcal. Ao territorialidades femininas contra hegemônicas geram também conflitualidades e concomitantemente formas de enfrentamento.

Dorcelina destaca os conflitos e conflitualidades existentes na busca de inserir mulheres e homens ao diálogo do feminismo, da autonomia feminina, emancipação financeira, temas esses que são abordados pelas mulheres em reuniões. E relata:

Ao longo desse tempo teve muitos casos de enfrentamento, a gente teve um caso, que estava no curso, e o marido da mulher arrancou ela de dentro da reunião, foi violento, nos se juntamos, chamamos a polícia. Escondemos ela. Hoje graças a deus ela é uma mulher libertada, quem viu ela antes, não

¹³ As cirandas são espaços culturais e de educação popular em que as mães deixam seus filhos enquanto participam de reuniões, manifestações e marchas.

conhece ela mais, do empoderamento dela. E a gente vem fazendo esse papel com os companheiros, chama pra conhecer. E não é fácil. A gente vem quebrando barreiras que ao longo dessa vida, que não é fácil, mas também não é impossível. E as mulheres leva esse conhecimento, esse diálogo com o companheiro, com os filhos pra casa, pra que a gente possa alcançar essa igualdade. Tem companheira que não consegue chegar no curso porque tem que fazer comida pra levar pro marido, tem outras que não como ir no espaço porque ela tem os afazeres da casa, porque não é dividido os trabalhos... mas não é da noite pro dia, é lutando, e levando consciência não só para as mulheres, mas familiar.
(Dorcelina, em participação na disciplina de *Questão Agrária e Agroecologia e Soberania Alimentar*, grifos nossos, 2021)

As conflitualidades e enfrentamentos diretos, como no caso citado por Dorcelina, ou indiretos, aqueles cotidianos dos diálogos e debates, compõem uma disputa que perpassa a materialidade e compõem também os territórios imateriais. O enfrentamento ao viés ideológico capitalista e patriarcal dominante, que é o modelo embutido nas relações sociais, ocorre mesmo em territórios que possuem um modelo de desenvolvimento contrário ao capitalista, pois acabam propagando também as ideologias dominantes.

Ao buscar romper com esses territórios imateriais embutidos nas relações sociais, o território feminino, representado aqui pelo Coletivo de Mulheres, passa a se impor contrário às opressões patriarcais e disputar uma outra ideologia, ou seja, um território imaterial. Essa disputa ocorre mesmo em escala local, de uma fração do território, pois o conceito de território possui princípios de multidimensionalidade, pluriescalaridade, intencionalidade, conflitualidade, soberania e totalidade (FERNANDES, 2009).

Dessa forma, conflitos e conflitualidades que ocorrem no campo material e imaterial, disputam também esse modelo de desenvolvimento e que, segundo os princípios do MST, perpassa pelo viés de romper com o patriarcado e findar as violências e opressões. A conquista desses espaços políticos pelas mulheres dentro de um movimento social, que há tanto tempo foi negada e excluída, é a materialização desse desenvolvimento e da busca pela sociedade igualitária. A Dirigente Nacional do MST, em entrevista, entende esse processo como uma “questão histórica da sociedade, e isso reflete na empresa, no movimento social” e compreende que “a diferença [em relação a sociedade capitalista-patriarcal] é que para gente é no sentido de superação, e passos a gente já deu”.

Nesse sentido, compreendemos que um território possui diversas territorialidades e escalas de análise. Ao buscar compreender as relações específicas das

mulheres camponesas, podemos perceber que um território ocupado se coloca de diferentes formas para os diferentes sujeitos que os compõem. Em uma ocupação de terra, por exemplo, o fato de ser mulher ou homem vai direcionar suas funções no conflito direto com policiais, ou latifundiários, por exemplo. Ou no caso de uma ocupação de terra nas beiras de estradas embaixo de lonas-preta, sem água e energia elétrica com seus 10 filhos. O fato é que a condição de gênero modifica as formas de experimentar e vivenciar os espaços, e principalmente o espaço político, que foi um espaço negado às mulheres historicamente, ocupa-los é uma tarefa árdua e necessária, mas aliada a uma luta coletiva, nacional e internacional, como ocorrem dentro dos movimentos, torna-se mais efetiva.

No próximo tópico, portanto, buscaremos compreender geograficamente como ocorrem essas ocupações realizadas pelo MST e em específico no caso do Quilombo Campo Grande como se deu essa ocupação, bem como, os esforços que vem sendo realizados para inserir as mulheres nesses espaços políticos ou que elas conquistem suas territorialidades.

5.1 MOVIMENTOS SOCIAIS ENQUANTO UMA CATEGORIA GEOGRÁFICA

Os movimentos sociais rurais como o MST, ou o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) no espaço urbano, são movimentos de massa que tem a conquista do território, de terra ou moradia, como fundamental para sua existência. Compreendendo esse processo geográfico, Fernandes (2005), na década de 1990, inicia uma leitura dos movimentos sociais a partir da ciência geográfica, considerando os conceitos de espaço e território nos movimentos, partindo da conceituação de espaço e território, com autores como Lefebvre (1991), Santos (1988 e 1996) e Raffestin (1993).

O espaço, é compreendido como essencial para a materialização da existência humana, ele é o “lugar geral dos objetos produzidos” (LEFEBVRE, p. 44, 2008).

O espaço geográfico, é parte da natureza transformada por meio das relações sociais, que produzem espaços materiais e imateriais, como espaço político, econômico, cultural e ciberespaços. Assim, “O Espaço geográfico contém todos os tipos espaços sociais produzidos pelas relações entre as pessoas, e entre estas e a natureza, que transformam o espaço geográfico, modificando” (FERNANDES, p. 26, 2008a). As relações sociais que exercem tal intencionalidade sob o espaço produz o território.

O território, por sua vez, é onde ocorre as relações de poder materiais ou abstratas, que são produzidas a partir do espaço social ou espaço geográfico. O espaço,

portanto, é anterior ao território, é um instrumento para a materialização do poder e essencial para a consolidação do território (RAFFESTIN, 1993).

No caso dos movimentos socioespaciais, não necessariamente há a construção de um território, apenas as reivindicações com ações com intencionalidades que provem espaços, como organizações não-governamentais, que criam espaços (político, cultural, econômico) mas não territórios.

Os movimentos socioterritoriais, através da ação e da intencionalidade, produzem espaços e territórios. Os movimentos socioterritoriais, portanto, além de ocuparem e criarem os espaços políticos, sociais, econômicos, culturais, etc, se espacializam, e ao se especializarem com objetivos de disputa de poder, exercem a territorialidade e ao conquistarem esses espaços políticos e territórios, se territorializam.

Nos movimentos socioterritoriais do campo, os sujeitos que compõe os movimentos são predominantemente camponeses, indígenas e quilombolas que anseiam territorializar-se ou reterritorializar-se.

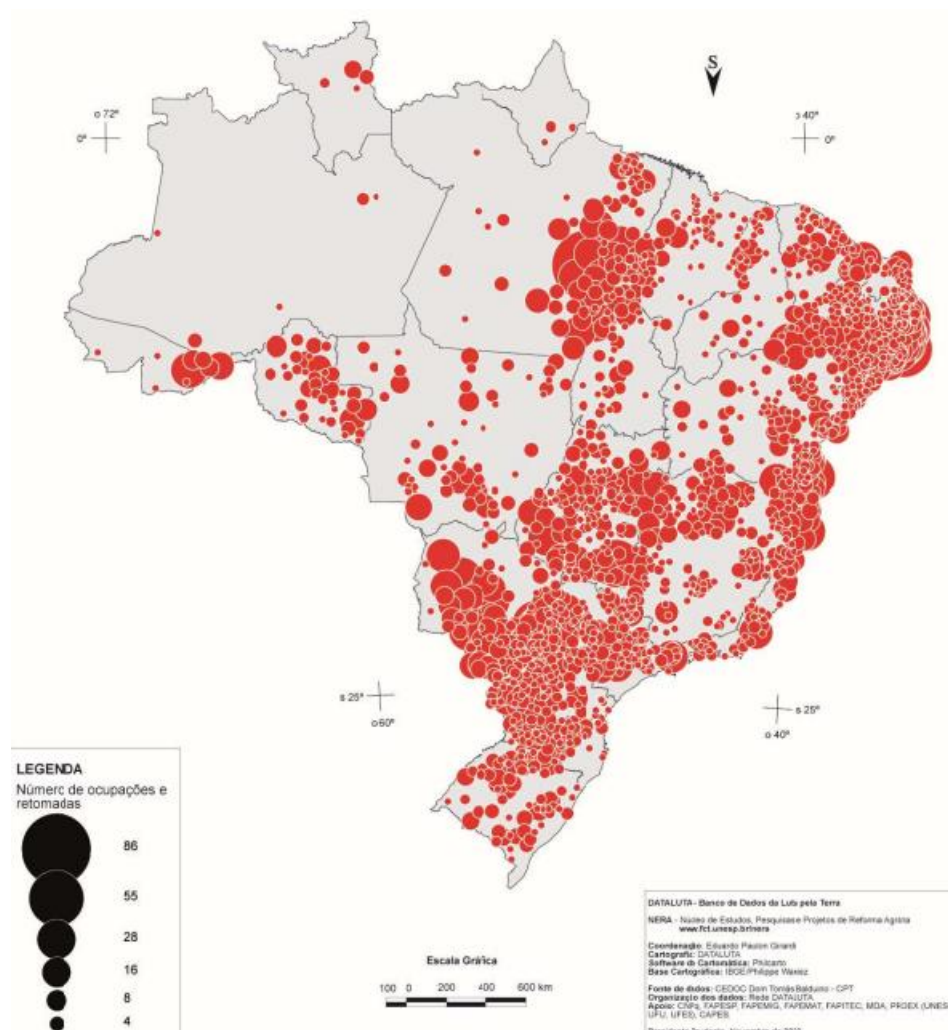
A ocupação de terra, exercida por movimentos como o MST, exerce uma dimensão de escala local, regional, nacional e global ao dialogarem e construírem seus espaços políticos juntamente com outros movimentos socioterritoriais e envolverem um modelo de desenvolvimento coletivo:

Os movimentos (socioterritoriais) territorializados são aqueles que atuam em diversas macrorregiões e formam uma rede de relações com estratégias políticas que promovem e fomentam a sua territorialização. Todos os movimentos territorializados começam como movimentos isolados. Estes ao se territorializarem e romperem com a escala local, se organizam em redes e ampliam suas ações e dimensionam seus espaços (FERNANDES, 2005, p. 32).

Ao se territorializarem, expandem sua espacialidade e sua escala de atuação e constroem redes de solidariedade, projetos políticos e ações.

Os dados do Relatório Dataluta (2019) demonstram a dimensão dessa espacialidade das ocupações de terra por esses movimentos no Brasil entre os anos de 1988 e 2019:

Figura 4- Geografia das ocupações e retomadas de terra - 1988 -2019



Fonte: DATALUTA, 2020.

O mapa demonstra que os movimentos socioterritoriais tendo o território como trunfo e essencial para sua existência, promovem constantes ampliações espaciais. A capacidade de expansão dos movimentos socioterritoriais está intimamente ligada a capacidade do capitalismo se reproduzir, já que esses, são criados e recriados pelo próprio capital. Através de projetos de desenvolvimento contra hegemônicos, os movimentos permanecem em constantes conflitos com o modelo de desenvolvimento capitalista.

É fato, que já que existe a disputa de sujeitos sobre o controle do território, há e conflitos e conflitualidades permanentes que ao impor suas ações, reproduzem um movimento constante de territorialização-desterritorialização-reterritorialização (T-D-R).

No caso do MST, um movimento socioterritorial que tem como principal estratégia de conquista do território a ocupação de latifúndios, ao se territorializar, desterritorializa o latifúndio, que buscarão por meio dos conflitos e reintegrações de posse, desterritorializar novamente o movimento, que buscaram se reterritorializar num constante ciclo de T-D-R, como apontado por Fernandes (2005):

Os movimentos socioterritoriais para atingirem seus objetivos constroem espaços políticos, espacializam-se e promovem espacialidades. A construção de um tipo de território significa, quase sempre, a destruição de um outro tipo de território, de modo que a maior parte dos movimentos socioterritoriais forma-se a partir dos processos de territorialização e desterritorialização (FERNANDES, 2005, p. 31, grifos nossos).

Os espaços políticos criados pelos movimentos socioterritoriais são construídos a partir de suas ações e intencionalidade atreladas aos seus anseios de desenvolvimento. Para Fernandes (2005) “A construção desses espaços e seus dimensionamentos são essenciais para as ações dos sujeitos que procuram transformar a realidade. Não existe transformação da realidade sem a criação de espaços” (p. 32).

O MST, por compor um movimento socioterritorial misto, e a mulher historicamente ter o espaço político negado, as ocupações de terra mesmo que exerçam a territorialização do movimento e da classe camponesa no território, não garante que espaços políticos femininos se consolidem. A forma de organizar o primeiro momento da ocupação, que é o trabalho de base realizado pelos militantes nos espaços urbanos e do campo, modifica os sujeitos que irão compor a ocupação:

Quando há a convocação pra ir acampar majoritariamente feita por homens, a gente tem a presença mais masculinas nos acampamentos. Pela diferença de chegar e abordar, de trazer a importância da mulher pro acampamento, de ir a família inteira... porque muitas vezes vai um, depois vai o outro. (Dirigente Nacional do MST, em entrevista, 2021)

Apesar disso, as pautas de gênero compõem o plano de desenvolvimento de reforma agrária, e a Dirigente Nacional explica:

Todo território organizado pelo MST sempre terá essa perspectiva [do feminismo]. É como no nosso programa de reforma agrária, o feminismo tá presente, então ao organizar nosso território, em qualquer canto do país, a gente vai pensar em organizar coletivos que permitam que a gente de passos no sentido feminista e na construção de coletivos de mulheres, Igbs... (Dirigente Nacional do MST, em entrevista, 2021)

O espaço político feminino, após conquistar o território ocorre com a organização das mulheres nos acampamentos e assentamentos do MST. São espaços políticos fundamentais para a consolidação do projeto de desenvolvimento que anseiam, a ação que resulta disso, é a inserção das pautas de gênero no plano de desenvolvimento da reforma agrária popular e a territorialização dos Coletivos de Mulheres e que contribui diretamente para a transformação social.

Esse é o reflexo de uma classe que não luta somente por um “pedaço de chão”, mas luta por um projeto real que colocará em prática a transformação social. Esse projeto, portanto, envolve disputa de territórios materiais e imateriais. Como territórios imateriais compreendemos também a disputa do campo teórico.

As teorias da ciência geográfica que surgem para explicar o campo em uma visão crítica e considerando os projetos de desenvolvimento dos movimentos populares, como a de Fernandes (2005), fazem parte também de uma renovação da própria geografia agrária, que passa juntamente com a geografia a compor a linha crítica, além também, de partir do renascimento dos Estudos Agrários Críticos.

Ao se colocarem, estão disputando também uma ideologia e do conhecimento, que é também um território imaterial de disputa. Mas, assim como toda ciência e teoria, a linha de pesquisa não é esvaziada de ideologia. Para compreender melhor essa relação, usaremos o debate paradigmático que será abordado no próximo tópico.

5.2 O DEBATE PARADIGMÁTICO

Compreendendo que a questão agrária surge principalmente com o avanço da sociedade capitalista, e que a industrialização e urbanização movidas pelo capital exerceram e exercem forte concentração de terras e tecnologias, expropriando os indivíduos, buscaremos nos apoiar em autores clássicos que buscaram desvendar as transformações do avanço do sistema capitalista no espaço agrário e seus impactos nas populações camponesas.

Dentre os autores clássicos que formularam teorias do espaço agrário, destacaremos Kautsky (1986), Lenin (1989) e Chayanov (1974). Kautsky fala sobre o contexto da Alemanha e Lenin e Chayanov, versam sobre a Rússia entre o final do século XIX e início do século XX. Nesse período, a Europa Ocidental já presenciava os impactos da Revolução Industrial e a economia capitalista se consolidava e expandia. É dessa realidade de revoluções e modos de produção que surgem diversos intelectuais, dentre os quais, Karl Marx, buscando a refletir sobre as problemáticas e contradições do

capital, bem como a estratificação de classes sob a ordem burguesa e as formas diferenciadas da exploração do trabalho para os processos de acumulação e expansão capitalistas. Além das teorias, esses autores acompanharam a primeira experiência da Comuna de Paris em 1871, o que significa dizer que não são conflitos eminentemente ideo-políticos, mas também prático-políticos entre dois modos de produção distintos, um que explora e oprime e outro que busca consolidar o poder ao povo.

Se Marx foi um intelectual essencial para desvendar problemas estruturais do capital, acumulação primitiva, renda da terra, assalariamento e outros que derivam da implantação do sistema capitalista, Kautsky será responsável por aplicar suas teorias no espaço agrário, onde desenvolve sua principal obra “*A questão agrária*”, publicada pela primeira vez em 1899.

Nela, Kausty (1986) compreende que o avanço do sistema capitalista, culminaria no fim das pequenas propriedades camponesas já que o grande produtor teria vantagens tecnológicas para unir agricultura e indústria, e concentrando cada vez mais terras e capital.

Dessa forma, para Kautsky (1986), o camponês cada vez mais dependente do dinheiro, devido a economia monetária, ou se transformaria no trabalhador assalariado na cidade ou em um agricultor voltado a produção do mercado. Com isso, acredita que a pequena propriedade estaria condenada ao desaparecimento, devido a superioridade da agricultura capitalista e o pequeno proprietário, sujeito a proletarização. Para Kautsky haveria a inevitável desintegração do campesinato. Por outro lado, destaca também como a pequena propriedade seria essencial em fornecer mão-de-obra e matéria prima à indústria, podendo a ela sobreviver, mas com certa dependência. A dependência da agricultura capitalista também poderia ser atenuada se os camponeses se organizassem coletivamente em cooperativas, por exemplo, e propusessem o enfrentamento ao capital no campo.

Lênin (1989), na mesma época também formula teorias do espaço rural e o avanço do capital sobre ele. Em sua principal obra sobre “*O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*”, publicado em 1899, tem como teoria que “camponês puro” da Idade Média havia desaparecido e a agricultura capitalista, consolidando as burguesias agrárias, aumentou os antagonismos de classes do campo. Com base no avanço do modo de produção capitalista, e aumento dos antagonismos de classe, Lenin diferencia o camponês rico, aquele dono das terras, do camponês médio e do pobre que se

transformaria no trabalhador assalariado nas indústrias e fábricas, ou nas grandes propriedades capitalistas.

Já Chayanov (1974), tem sua principal obra sobre o tema “*A Organização da Unidade Econômica Camponesa*”, publicado em 1925, onde fala do campesinato russo no início do século XX e compreende, que apesar do avanço do sistema capitalista no campo, o campesinato segue existindo e se recriando. Focado principalmente na análise do núcleo familiar, ele compreende que o modo de produção capitalista, aquele que impõe o assalariamento, acumulação do capital, concentração da propriedade privada e fusão entre agricultura e indústria, é diferente do modo de produção camponês, que é voltado para o autoconsumo, possui pequenas propriedades não visando a acumulação do capital e por isso, não é capitalista.

Assim, um dos principais pontos de conclusão da teoria de Chayanov (1974) é que o camponês, mesmo se sujeitando em certos períodos ao trabalho acessório ou assalariamento temporário, não deixa de ser um camponês, pois não gera a mais valia e está principalmente voltado ao sustento de seu núcleo familiar. Para buscar o rompimento com a agricultura capitalista, Chayanov compreende que a união de camponeses em cooperativas é fundamental.

As teorias de Kautsky sobre a desintegração campesinato, como podemos ver, não se concretizaram completamente, pois o modo de produção capitalista, apesar de previsível, não é linear e além de multidimensional, é contraditório. Ao mesmo tempo que avança, cria condições para o modo de produção não capitalista, e necessita delas também para se reproduzir, como elaborado na teoria de Chayanov.

Esse debate entre o avanço do capital no campo e a destruição proletarização ou recriação do campesinato compõem o debate paradigmático.

No Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) entende-se que o avanço do capitalismo no campo obriga o camponês a se tecnificar e integrar-se ao mercado, a ponto que não lhe sobre outra perspectiva a não ser vender sua força de trabalho ou sua mercadoria, contribuindo para a reprodução do capital. Em uma visão economicista, pouco se fala, por exemplo, das resistências e lutas exercidas pelo campesinato ao longo da história e na atualidade e das próprias conflitualidades eminentes ao avanço do capital e do campesinato. Dentre os principais teóricos contemporâneos que defendem essa teoria destacam-se Ricardo Abramovay (1998) José Eli da Veiga (1991) e José Graziano da Silva (1981).

No Paradigma da Questão Agrária (PQA) a defesa é que justamente pelo capital exercer um domínio desigual e contraditório, ele cria as condições para que outras formas de produção e de vida surjam, como o modo de produção camponês, gerando conflitualidades e constantes disputas territoriais, mercadológicas e ideológicas. É lógico o raciocínio de que o campesinato também compõe o sistema capitalista, afinal, ninguém que vive nos tempos atuais em uma sociedade capitalista está fora dele, mas na medida em que o capital avança como um modelo hegemônico, os camponeses se recriam e buscam alternativas contra hegemônicas. Como exemplos de teóricos contemporâneos que seguem essa perspectiva, destacamos Jan Van Der Ploeg (2008), Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1991), Bernardo Mançano Fernandes (2001) e Janaína Francisca de Souza Campos Vinha (2017).

A principal diferença, portanto, é a análise que ambos paradigmas fazem sobre a análise do desenvolvimento agrícola rural. A linha do PCA abordando uma linearidade da modernização sem destacar as conflitualidades presentes fruto da luta de classes e o PQA destacando os conflitos e conflitualidades como eminentes da própria dialética e necessárias para o desenvolvimento. Os paradigmas são territórios materiais e imateriais que através de suas posições político-ideológicas exercem intencionalidades, e assim, permanecem em constante conflitualidade (FERNANDES, 2008b).

Campos (2012) avança na análise do território paradigmático material e imaterial e conceitua os paradigmas a partir dos grupos de pesquisa das universidades paulistas. Com análise de temáticas, conceitos, intencionalidades e ideologias predominantes, a autora compreende que os grupos de pesquisa são “produtores e produzidos” dos paradigmas e expõem suas posições político-ideológicas, a partir da “disputa e a defesa de teorias, métodos, conceitos, ideologias e intencionalidades” (p. 155).

Sobre a pluriatividade defendida por autores do PCA, gostaríamos de trazer para o debate de gênero, já que houve também nessa trajetória acadêmica uma disciplina optativa “Novas funcionalidades do espaço rural brasileiro” em que foi possível refletir e dialogar sobre o tema.

A pluriatividade é compreendida como aquelas atividades não-agrícolas desenvolvidas pelos camponeses que garantem a reprodução da agricultura familiar. Ela é defendida por autores como Sérgio Schneider, como forma de integrar o campesinato ao mercado.

Carneiro (2006) destaca que a pluriatividade poderia ser uma forma de “aumentar a autonomia do agricultor face, por exemplo as agências de crédito” (p. 170) já que:

Ao recorrer a uma situação de dupla ou tripla jornada de trabalho, ou trabalhando nos momentos em que é a “natureza” que trabalha, o agricultor pode aumentar seu rendimento de maneira a financiar, por conta própria, determinados investimentos na produção evitando assim contrair dívidas com o sistema bancário e aprofundando sua subordinação (p. 170)

A autora ainda destaca, a pluriatividade como uma possível nova categoria social em formação, os “pluriativos” indicando que o “agricultor pluriativo poderia ser reconhecido como um “camponês moderno” (p. 182) e questiona se esse, seria o modelo de desenvolvimento que as organizações sociais como a *La Via Campesina* e Movimento de Mulheres Camponesas, defendem.

Consideramos que a defesa da pluriatividade, deve ser cuidadosa, principalmente se falarmos de mulheres camponesas, já que essas pela ideologia capitalista-patriarcal já desenvolvem a “pluriatividade” com ou sem remuneração, como vimos também as mulheres do QCG oferecendo faxina, produção de doces, compotas, e uma variedade de trabalho que envolvem atividades não-agrícolas, para complementar a renda familiar e esse não é o problema central. O campesinato é sujeito a inserção no mercado capitalista, isso está intrínseco a sua condição camponesa, como destaca Ploeg (2008).

Todavia, a principal defesa das organizações sociais como *La Via Campesina* e MMC, destacadas por Carneiro (2006), e MST, nosso campo de estudo, possuem a análise da questão agrária como estrutural e como principal bandeira de enfrentamento direto ao capital defendem a agroecologia, e a consolidação da soberania alimentar. Ou seja, defendem a agricultura camponesa com autonomia produtiva, como principal forma de desenvolvimento rural.

A defesa da pluriatividade sem considerar a organização política das mulheres pode acarretar na naturalização da sobrecarga do trabalho feminino. Por isso, tanto a *La Via Campesina*, MMC e MST, defendem o rompimento da agricultura patriarcal, a divisão sexual do trabalho, colocando a economia feminista e solidária como principais formas de dar visibilidade ao trabalho feminino dentro do núcleo familiar e na sociedade.

Os movimentos socioterritoriais que visam estimular a valorização do trabalho feminino e a geração de renda, podem organizar Coletivos de Mulheres, por exemplo,

para exercer atividades não-agrícolas, como artesanatos, produção de fitoterápicos, doces e compotas, etc. mas entendendo para além da geração de renda, a necessidade dessas mulheres ocuparem espaços políticos para romper com as explorações e opressões, fruto do capitalismo.

A discussão da pluriatividade, é um exemplo de como os paradigmas abordam diferentemente as questões que envolvem o desenvolvimento rural. O PCA, considerando de forma linear que a modernização agrícola tenderia a inserir os camponeses aos mercados não-agrícolas para complementação de renda e que isso os faria mais autônomos. No PQA, em que envolve também metodologias de *práxis* e alinhamento teórico-metodológico com os movimentos socioterritoriais, percebe-se que não há a negação da geração de renda em atividades não-agrícolas, mas ela sempre virá acompanhada de uma inserção também política desses sujeitos e do enfrentamento direto ao capital visando seu fim e priorizando o modo de produção agroecológica, a soberania alimentar e a economia feminista e solidária, modelo de desenvolvimento em que a corrente do feminismo camponês popular defende.

Há, portanto, um cuidado ao analisar a questão de gênero dentro do PCA pois não há emancipação da mulher no campo sem a emancipação da classe camponesa. E a emancipação da classe camponesa ocorre com a consolidação de sua autonomia por meio da resistência e enfrentamento direto ao capital. Defender somente a geração de renda feminina sem um viés da emancipação política das mulheres, ou sem considerar as conflitualidades presentes tanto no núcleo familiar quanto na sociedade, pode acarretar em um feminismo “empresarial” como já destacado por Bhattacharya (2019).

Campos et al (2018) ainda realizou um estudo sobre as temáticas dos trabalhos apresentados nos principais eventos de geografia agrária brasileira o Encontro Nacional de Geógrafos (ENGA) formado principalmente por pesquisadores do PCA, e o Simpósio Nacional de Geografia Agrária (SINGA) em que desde sua formação, visa os estudos voltados ao PQA. A pesquisa analisou entre os anos de 2002 e 2015, e ressalta que esses eventos são abertos ao público, portanto, impossível dimensionar quais as linhas exatas, todavia foi notado uma discrepância entre algumas temáticas, dentre elas, estudos de gênero foi apontada: 70 trabalhos no SINGA e 14 no ENGA.

Entendemos esse debate, todavia, como uma forma de construção da própria ciência geográfica, com contradições, paradigmas, conceitos, métodos e intencionalidades e construções diferentes. Mas ao compreender que a ciência não é neutra e que a partir dessas construções metodológicas abrimos caminhos para debates,

inserções às políticas públicas e transformação social, devemos alinhá-las com nossas ideologias e visões de mundo.

Ao construir uma *práxis* transformadora, alinhada aos movimentos socioterritoriais, defendemos a perspectiva do PQA, pois negar a conflitualidade e a resistência exercida pelos camponeses, é negar o protagonismo de homens e mulheres no campo e suas potencialidades na transformação social e de rompimento com o próprio sistema capitalista, que se torna necessário cada vez mais para a própria sobrevivência da vida na terra. É negar a extrema organização dos movimentos socioterritoriais nacionais e sua articulação em redes internacionais. É negar todas as conquistas até momento, que sem os conflitos, não teriam ocorrido.

A destruição do capital ao longo do tempo não é apenas social, é ambiental, econômica e cultural. O modo de produção capitalista, é incompatível com um modelo de vida sustentável, e é uma falácia acreditar que é possível o equilíbrio social, econômico e ambiental dentro de um sistema que gera a fome e a miséria, em plena era da ciência, tecnologia e informação.

Por isso, o campesinato não somente existe e resiste como é de fundamental importância e necessária valorização para a propagação de modo de produção menos nocivo e capaz de alimentar a todos, e que tenha em seus objetivos o bem estar, a igualdade social, o cuidado com a natureza e com todos os seres humanos.

A questão agrária atual, portanto, perpassa pela destruição e reconstrução de um novo outro modo de produção, circulação, acesso e distribuição da terra, combate as violências de gênero, educação, saúde e outros temas que envolvem um projeto de desenvolvimento em respeito com natureza e sociedade. Com isso, buscamos através de uma geografia crítica, analisar, propor e construir juntamente com os povos oprimidos essa sociedade que queremos.

A Geografia, todavia, percorreu um caminho até chegar a construir a crítica e se propor a auxiliar nessa “ciência para o povo”. Buscaremos brevemente no próximo tópico, compreender esses caminhos percorridos.

5.3 ESTUDOS AGRÁRIOS CRÍTICOS E AS “QUESTÕES AGRÁRIAS”

O renascimento dos estudos agrários críticos marca a década de 1960 e 1970, fortemente influenciado pelas crescentes revoluções populares na Ásia, América Latina e África, como a Revolução Cultural Chinesa, Guerra do Vietnã e revoltas anticoloniais populares africanas que anteriormente permaneciam distantes do ambiente acadêmico,

mas já presentes em movimentos sociais e populares. Os Estudos Agrários Críticos, portanto, passam a envolver nesse período, os campos acadêmicos com estudantes e intelectuais da sociologia rural, geografia agrícola, e outras áreas das ciências humanas e da natureza. Para Edelman e Wolford (2017, p. 962, tradução nossa):

Os Estudos Agrários Críticos são simultaneamente uma tradição de pesquisa, pensamento e ação política, um campo acadêmico institucionalizado e uma rede informal (ou várias redes) que conecta intelectuais profissionais, agricultores, cientistas periódicos e mídia alternativa e organizações não governamentais de desenvolvimento, como bem como ativistas na área agrária, ambientalista, agroecologia, alimentação, feminista, indígena e movimentos de direitos humanos. Essas ligações não são facilmente mapeadas ou limitadas, em parte por causa de sua complexidade e em parte porque seus contornos mudam com o tempo.

Até o início do século XX, o marxismo tendia a reduzir questões complexas a uma única questão, como a questão agrária e a questão do negro, por exemplo. Os marxistas demoraram a compreender a multidimensionalidade do espaço e das relações sociais. É essa virada de século que marca a expansão dos estudos agrários, que passam a ser não somente mais amplos, mas também críticos.

Como apontado por Bombardi (2007), Valverde (1964) e Andrade (1967) marcaram um grande avanço teórico e metodológico, com influências do método materialismo histórico e dialético e do marxismo. Marcando posteriormente a corrente da Geografia Crítica que emerge no final da década de 1970.

No campo da geografia agrária, Oliveira (1978), com a publicação de sua tese de doutorado, “*A contribuição para o estudo da geografia agrária: crítica ao Estado Isolado de Von Thunen*” foi o pioneiro a tratar sobre os conflitos do campo e o papel exercido pelos movimentos sociais. O autor elabora seu pensamento teórico acerca do papel dos camponeses na sociedade capitalista, como próprio movimento dialético do sistema capitalista desigual e contraditório.

Como já ressaltado, nesse período histórico (1964-1985), o Brasil passava pela ditadura militar, com extrema violência no campo e perseguição a todos que se envolvessem nela, com forte repressão. Esses autores tiveram, portanto, uma enorme coragem e determinação política, se posicionando e denunciando a questão agrária e as lutas camponesas, além de uma enorme contribuição para a geografia agrária brasileira.

O caminho percorrido pela geografia agrária brasileira certamente tem influências também dessa renovação no pensamento e renascimento dos Estudos

Agrários Críticos. Teóricos contemporâneos da geografia crítica, como Fernandes (2001) compreendem a questão agrária atual como um “[...] conjunto de problemas que tem como limite a superação” e assim, compreende que “lutar para superar é lutar contra o capital” (p. 25).

Nas *Reflexões para o Estudo da Questão Agrária* Fernandes (2001) compreende que:

Os problemas referentes a questão agrária, estão relacionados, essencialmente, à propriedade da terra, conseqüentemente a concentração da estrutura fundiária; aos processos de expropriação, expulsão e exclusão dos trabalhadores rurais: camponeses e assalariados; à luta pela terra, pela reforma agrária e pela resistência na terra; à violência extrema contra os trabalhadores, à produção, abastecimento e segurança alimentar; aos modelos de desenvolvimento na agropecuária e seus padrões tecnológicos, às políticas agrícolas e ao mercado, ao campo e à cidade, à qualidade da vida e a dignidade humana (FERNANDES, 2001, p.23-24).

A Questão Agrária passa a ser compreendida com a Geografia Crítica como diversos problemas que estão estruturalmente relacionados a propriedade privada da terra e que possuem como solução o enfrentamento direto ao capital, como mencionados por Fernandes (2001).

Assim, a análise de gênero na questão agrária também é uma temática que vem crescendo por meio dos estudos agrários críticos principalmente ao abordar a agroecologia enquanto modelo de desenvolvimento agrário, impondo-se contra o modelo do agronegócio.

Apesar disso, a disputa contra o modelo hegemônico patriarcal-capitalista e pelo acesso as políticas públicas para o campesinato e principalmente para as mulheres camponesas se faz urgente, visto os dados que apresentaremos no próximo tópico.

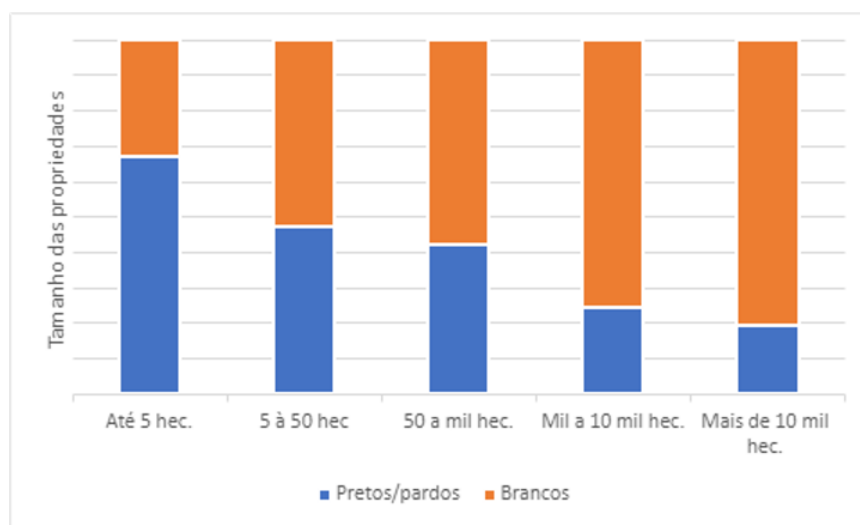
5.4 NAS MÃOS DE QUEM ESTÁ A TERRA? UMA ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DE TERRAS NO BRASIL

O Censo Agropecuário (CA) de 2006, realizado pelo IBGE foi o primeiro a levar em consideração gênero. O fator raça/etnia só foi abordado pela primeira vez no recenseamento de 2017. Os dados ainda não são cruzados, o que significada que para saber raça e gênero, é necessário o trabalho manual. Mas uma importante conquista dos movimentos sociais e feministas foi a inclusão da codireção dos estabelecimentos e produção. Anteriormente, as perguntas realizadas pelo recenseador eram destinadas a apenas uma pessoa, e conseqüentemente, centralizada no homem. Com a codireção e a

possibilidade de inclusão de mais de um responsável pela propriedade e produção, esses números podem ser modificados ao longo do tempo, com uma tendência de maior feminilização no campo.

A distribuição étnica/racial do campo, é parecida com a população geral brasileira, compondo 52,8% de pretos e pardos e 45,4% de brancos. Todavia, ao analisar os dados sobre distribuição de terras por etnia/raça percebemos que quanto maior a propriedade de terras, mais distante das pessoas pretas e pardas elas estão:

Figura 5 - Distribuição de terras por raça/etnia no Brasil, 2017



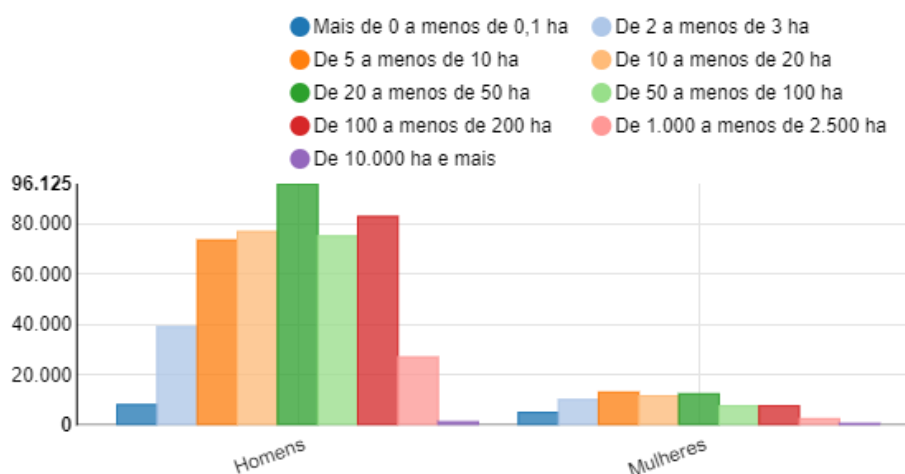
Fonte: IBGE, 2017. Elaboração da autora, 2021

Em comunidades com até 5 hectares, pretos e pardos são a maioria: 65% para 32,4% brancos. Conforme aumenta a área de terras, há o embranquecimento: áreas de 50 hectares a mil hectares, 57,1% das terras estão sob propriedade de brancos e 41,5% de negros. Nas áreas de mil a 10 mil hectares, se intensifica: 74,7% brancos, e 23,8% de pretos e pardos (IBGE, 2017).

Além da desigualdade no acesso à terra étnica/racial, a desigualdade por gênero, é alarmante: entre os proprietários e dirigentes dos estabelecimentos. Quando se trata da agricultura familiar, 80% são homens e 20% mulheres. Na agricultura não familiar esses números se elevam: 85% das propriedades estão sob direção dos homens e 15% somente sob direção das mulheres.

O mesmo que ocorre em relação a desigualdade por étnica/raça, ocorre com as mulheres:

Figura 6 - Distribuição de terras por gênero na Agricultura Não Familiar no Brasil, 2017



Fonte: IBGE, 2017

Observa-se que mesmo na agricultura não-familiar, os que concentram maior número de hectares de terras, e que geralmente estão ligadas a heranças, as mulheres ainda estão longes de obter acesso a ela e não chegam nem a 20.000 em qualquer tamanho de propriedade.

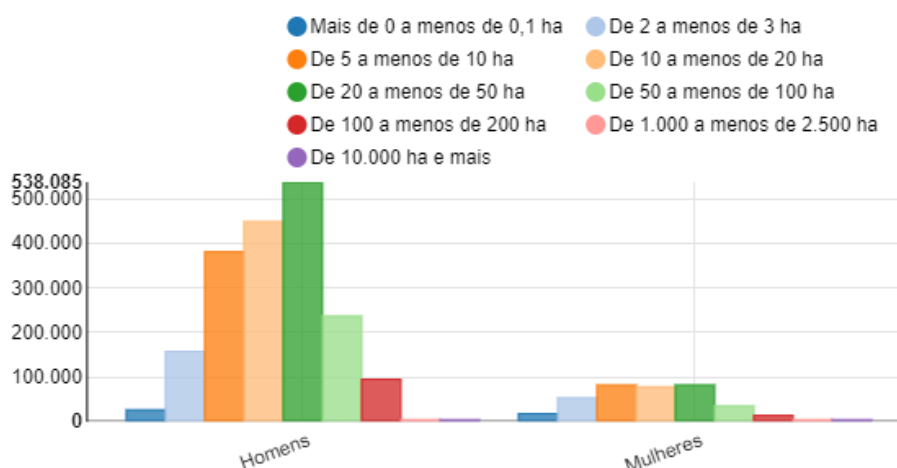
Percebe-se ainda, que mesmo que sutil, as mulheres da agricultura não-familiar, ainda aparecem nas terras de 100 a menos de 200 hectares, mas em propriedades de 1.000 a menos de 2.500 hectares, são quase imperceptíveis, enquanto os homens, chegam a pouco mais de 30.000.

Esse pode ser um fato relacionado a própria ideologia patriarcal-capitalista que privilegia os filhos homens ao documentar as terras (DEERE, 1995).

Os homens, por sua vez, concentram maiores números de hectares de terra, principalmente nas propriedades maiores, de 100 hectares a menos de 200, destacado na cor vermelho escuro, marcando pouco mais de 80.000 donos de terra.

Analisando os dados da agricultura-familiar, percebemos a discrepância na distribuição de terras, de homens e principalmente de mulheres. Destacando-se as propriedades na tonalidade vermelho escuro, de 100 a menos de 200 hectares:

Figura 7 -Distribuição de terras por gênero na Agricultura Familiar no Brasil, 2017

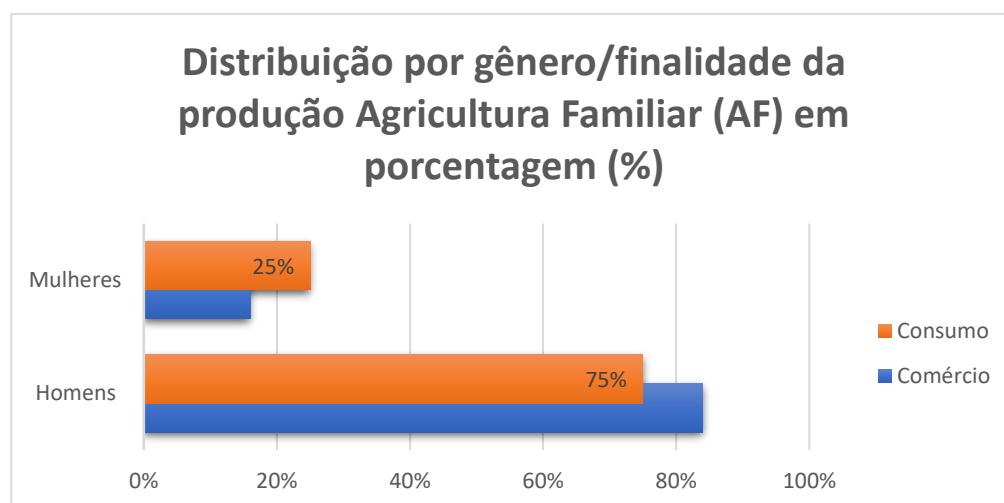


Fonte: IBGE, 2017.

Os dados ainda demonstram que as mulheres da agricultura familiar possuem mais acesso à terra do que as mulheres da agricultura não-familiar, chegando a quase 100.000, apesar de suas terras serem menor em tamanho de propriedade, predominando terras de no máximo 50 hectares.

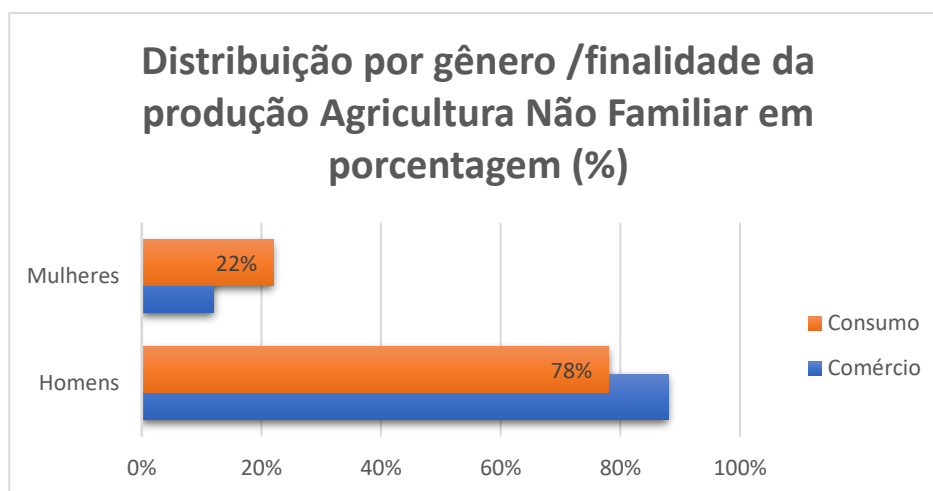
Outro ponto interessante que os dados do IBGE (2017) nos permitem analisar, é que as mulheres tanto na agricultura familiar, como na não familiar, estão mais voltadas a produção para o consumo, do que para a comercialização:

Figura 8 - Distribuição por gênero e finalidade da produção na Agricultura Familiar Brasil, 2017



Fonte: IBGE, 2017. Elaboração da autora, 2021

Figura 9 - Distribuição por gênero e finalidade de produção na Agricultura Não Familiar no Brasil, 2017



Fonte: IBGE, 2017. Elaboração da autora, 2021

Esses dados comprovam as teorias que buscamos utilizar ao longo do presente trabalho, que quando se trata do fator econômico as mulheres estão ainda mais distantes, mas permanecem em um número significativo quanto se trata de garantir o autoconsumo da família. Ou seja, o trabalho doméstico da mulher camponesa.

Esse é um fato predominante no campo pois apesar de a mulher e os filhos realizarem o trabalho assalariado juntamente com o homem, esse é o único que recebe um salário por isso, e a elas e os filhos, cabem também o cuidado com os serviços domésticos, e que no campo se estendem também aos quintais produtivos (DEERE; LEÓN, 2002).

Os dados do Censo Agropecuário realizado pelo IBGE em 2006 e 2017 deixam claro que a concentração de terras no território brasileiro, está majoritariamente nas mãos de homens, brancos e latifundiários.

Os esforços e avanços do IBGE frutos de intensa ação dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais, auxiliam na análise da distribuição de terras por etnia/raça, e por gênero, desvendando que as desigualdades são intensas e são reflexos de uma sociedade capitalista, racista e patriarcal. Todavia, são dados que desmascaram a elite agrária brasileira, e a partir deles, é mais palpável lutar por políticas públicas e a urgente ação de um outro modo de produção, e é nesse ponto que os movimentos socioterritoriais do campo permanecem realizando uma importante tarefa na luta pela reforma agrária com centralidade na agroecologia enquanto modo de produção. Além é

claro, da fundamental importância de as mulheres pautarem seus espaços políticos dentro dos movimentos socioterritoriais.

Nessa importante tarefa da luta pela distribuição de terras e por um outro modelo de desenvolvimento agrário, adentraremos no nosso território de estudo buscando analisar como os camponeses e em específico as mulheres, vem se organizando essa luta.

6 QUILOMBO CAMPO GRANDE: A DISPUTA DOS TERRITÓRIOS E A CONQUISTA DOS ESPAÇOS POLÍTICOS FEMININOS

6.1 HISTÓRICO DE UM TERRITÓRIO COLONIAL: OCUPAR É RESISTIR!

Como apontado por Moreira (1990), a formação do espaço agrário brasileiro passou por fases e reorganizações, mas foi sempre voltado para o mercado agroexportador e por um longo período, baseando sua exploração e acumulação do capital, com mão-de obra do trabalho escravo.

A nossa escala espacial de estudo, que consiste hoje na região Sul de Minas Gerais é marcada por tais características, como: monoculturas de cana de açúcar, senhores de engenho e negros escravizados resistindo aos abusos e explorações. O território que hoje compreendemos como Acampamento do Quilombo Campo Grande, organizado pelo MST desde 1998, era realmente um grande quilombo.

O historiador e advogado Tarcísio José Martins reuniu documentos sobre o período colonial desse território e os publicou em 1995 no livro *“Quilombo do Campo Grande: A História de Minas que se Devolve ao Povo”*, o qual foi reeditado em 2017. Esse quilombo se estendia do Alto do São Francisco, Alto Parnaíba, Triângulo Mineiro, Centro-Oeste e Sudoeste de Minas Gerais, com 27 núcleos entre escravos libertos que compravam sua alforria através da mineração, fugitivos, e migrantes, compondo um quilombo maior que o Quilombo dos Palmares no Nordeste.

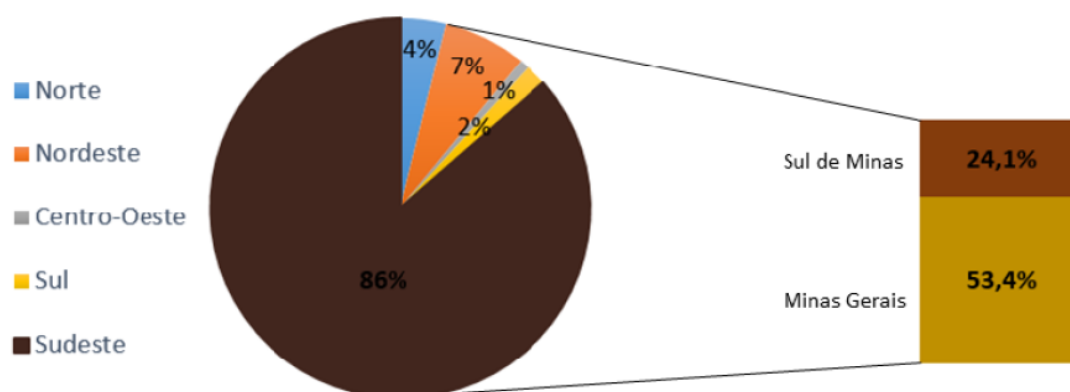
A escolha do nome do Acampamento pelo MST, portanto, já demonstra o caráter histórico e político em manter viva as raízes daquele território.

O território do Quilombo Campo Grande está localizado no município de Campo do Meio, que possui um território de 275 km², onde 116 km² desses, foi inundado pelo lago da represa de Furnas, dos 159 km² restantes, 6.5 km² se estendem a área urbana (CAMPO DO MEIO, 2006). Sua população total estimada em 10.059 e 1.417 no meio rural, uma taxa de urbanização de 87,7% (IBGE, 2010).

O seu relevo é de planaltos e solo predominantemente do tipo Latossolo Vermelho – LV (IBGE, 2006), que são de característica profunda, somados a um bioma de transição entre mata atlântica e cerrado. O clima é tropical mesotérmico, ou tropical de altitude, e as temperaturas médias anuais são entre 21° C e 23° C, o que a faz uma região altamente favorável para a agricultura.

O estado de Minas Gerais é hoje o principal responsável pela monocultura de café (verde do tipo Arábica) e a região Sul de Minas Gerais compõe uma importante porcentagem dessa dinâmica. Segundo o Censo Agropecuário de 2017, o Brasil é responsável por 1.869.435 hectares dessa produção, sendo 1.016.982 no estado de Minas Gerais (53,4%) e desses, 442.355 somente no Sul de Minas Gerais (24%) (IBGE, 2017):

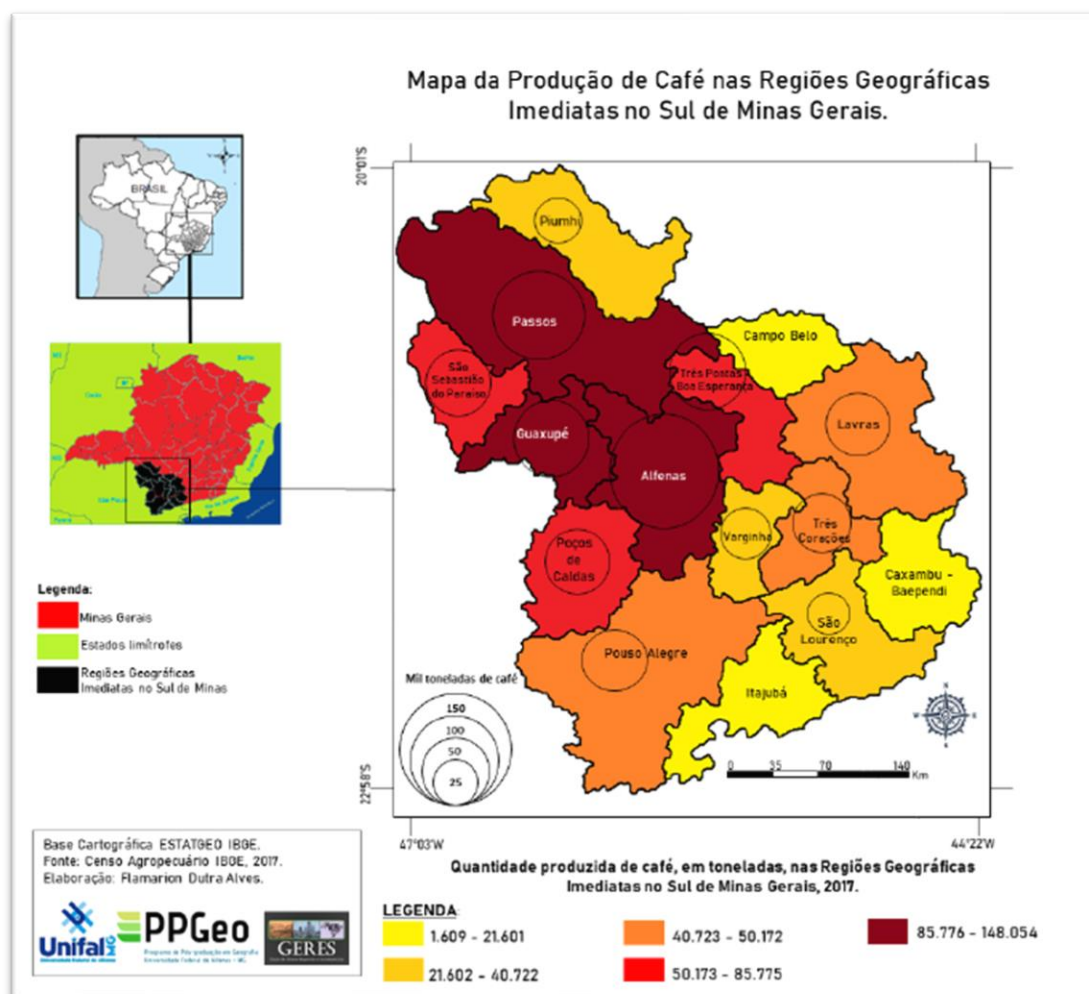
Figura 10 - Distribuição produção café nas regiões do Brasil



Fonte: IBGE, 2017. Elaboração: Alves, 2020.

A concentração da monocultura cafeeira no Sul de Minas Gerais, está principalmente relacionada a suas especificidades geomorfológicas que tornam um café de qualidade para exportação. Essa concentração da monocultura cafeeira, se encontra principalmente na Região Intermediária de Varginha, que abrange os principais municípios voltados à produção cafeeira: Alfenas-MG, Passos-MG e Guaxupé-MG.

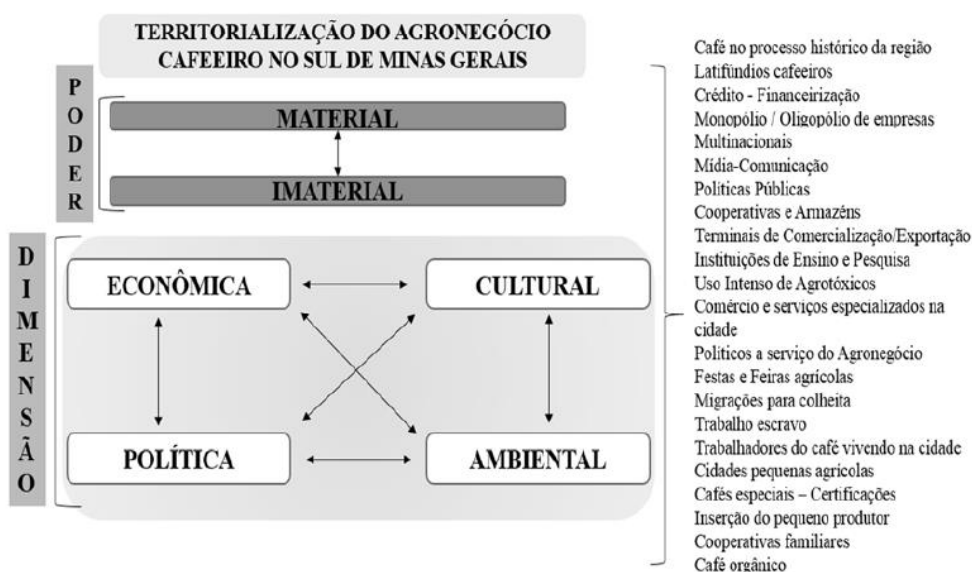
Figura 11 - Produção de café nas Regiões Imediatas do Sul de Minas Gerais



Fonte: Alves, 2020

A concentração dos latifúndios cafeeiros na região faz com que se concentrem cooperativas, cursos de graduação e pós-graduação voltadas a produção cafeeira, festas e feiras agrícolas, demonstrando a territorialização material e imaterial do café no Sul de Minas Gerais, com dimensões políticas, culturais, ambientais e sociais, como demonstrado na análise desenvolvida por Alves e Lindner (2020):

Figura 12 - Territorialização do agronegócio cafeeiro no Sul de Minas Gerais



Fonte: Alves, 2020.

Demonstrando o caráter totalmente exploratório da monocultura desenvolvida pelo agronegócio cafeeiro, essa também é a região com maior incidência de registros de trabalho análogo ao escravo e com grande índice de intoxicação por uso de agrotóxicos (IBGE, 2017).¹⁴

Apesar da concentração do agronegócio cafeeiro e sua territorialização, ainda temos na Região Intermediária de Varginha duas cooperativas que organizam os camponeses na produção orgânica, a Cooperativa dos Agricultores Familiares de Poço Fundo (COOPFAM) com café voltado ao *Fair Trade* e a Cooperativa Camponesa, da Associação dos Agricultores Familiares do Assentamento Primeiro do Sul, do MST de Campo do Meio com produção de café agroecológico (ALVES, LINDNER, 2020).

Essa consolidação do território cafeeiro no estado de Minas Gerais, ocorreu concomitante à reorganização do espaço agrário brasileiro e a expansão da monocultura da cana-de-açúcar predominante no estado de São Paulo. Disso, decorre a falência da Usina de Cana de Açúcar em 1994, a Usina Ariadnópolis, nas áreas que hoje compõem o Complexo do Quilombo Campo Grande.

A Usina Ariadnópolis que existia desde o período colonial deixou ao falir, imensas dívidas trabalhistas que até os dias atuais, não foram solucionadas. Diversos relatos sobre esses antigos engenhos, de trabalhadores e trabalhadoras da ex-usina foram

¹⁴ Ver trabalho de Alves e Lindner, 2020.

reunidos por Moreira (2017) e demonstram que além das dívidas trabalhistas (muitos trabalhadores já morreram sem recebe-las), houve mortes por acidente de trabalho, condições de vida insalubres, acidentes de trânsito ocorridos pelas péssimas condições nos meios de transporte e trabalho escravo que ocorriam até a década de 1990.

O Sindicatos ligados principalmente a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG), como a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG), foram essenciais para combater essas relações de trabalho, que apesar de ainda existirem em fazendas sul mineiras, estão em menor número. A ocupação parte então de camponeses que tiveram suas vidas e direitos violados e buscaram assim construir uma vida digna nas terras que estavam ambientalmente destruídas pela monocultura da cana, economicamente inutilizada e socialmente mal distribuída.

6.2 AS OCUPAÇÕES DO TERRITÓRIO: ESSA TERRA É NOSSA!

As primeiras ocupações de terras ocorreram em 1996 na Fazenda Jatobá com presença de 35 famílias, e partiram dos próprios trabalhadores e auxílio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campo do Meio, como parte das ações de greve geral de 100 dias que iniciaram em 1995 (MOREIRA, 2017).

Fernandes (2000) compreende os assentamentos rurais como “trunfos e triunfos”. Como destacado por Coca *et al* (2018):

São trunfos porque representam a conquista do território por parte dos camponeses, rompendo em parte com a hegemonia do capital sobre o campo. São triunfos porque representam referências para lutas futuras, de modo que o histórico de resistência das famílias sem-terra para que eles fossem conquistados serve como incentivo para aqueles que ainda não acessaram a terra (COCA, *et al.* p. 4, 2018)

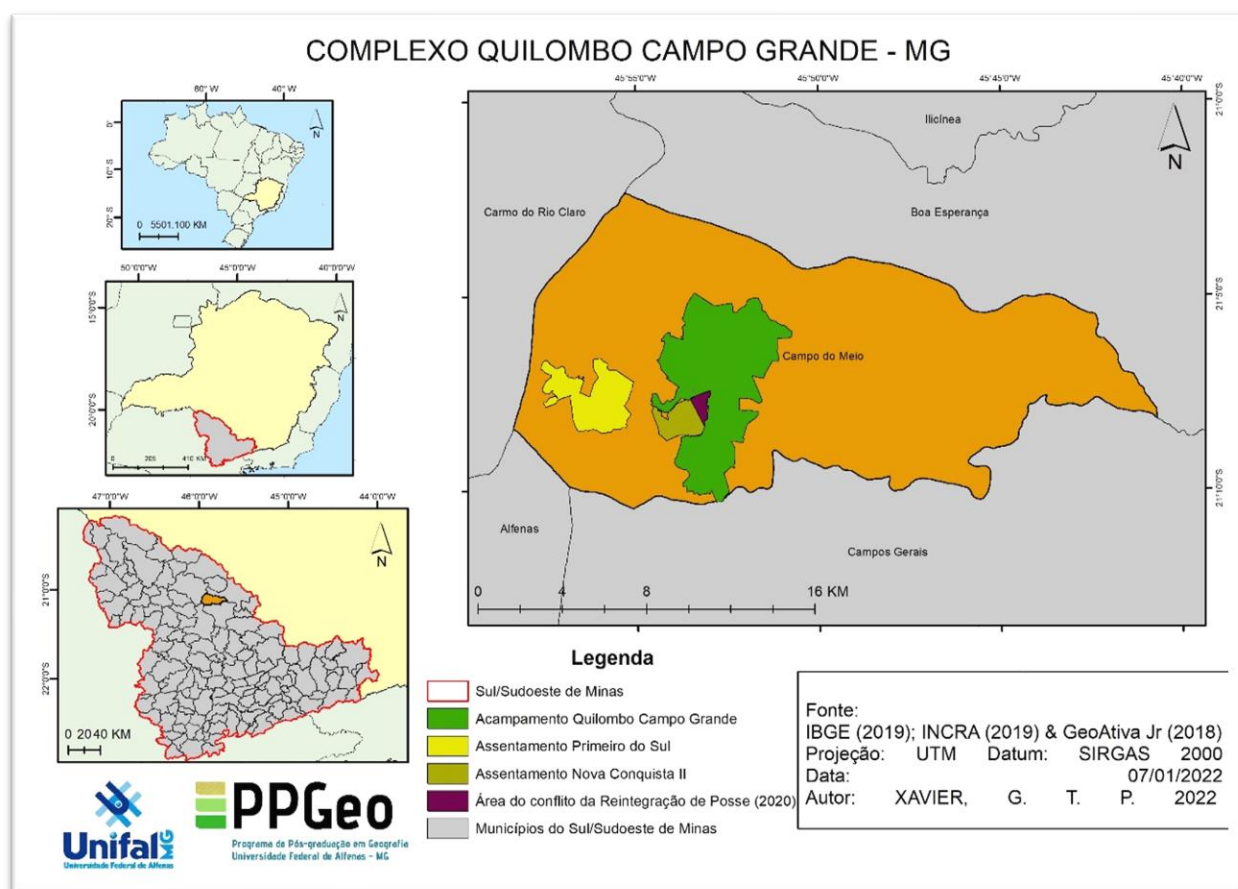
Dessa forma, entendendo que há um conflito de terras não resolvido, fruto de uma questão agrária estrutural, somado a violência no campo que teve repercussão mundial, nesse mesmo período, com o Massacre de Eldorado dos Carajás em 1996 ocorrem mais duas ocupações nas áreas da Fazenda Jatobá: uma em 1997, com 50 famílias, e outra em 1998, com 60 famílias. O MST também chega com famílias sem-terra prontas a realizar a organização política e territorial dos trabalhadores e trabalhadoras sem-terra, em busca dos seus direitos.

Dessas ocupações, em 1998, é criado o Assentamento Primeiro do Sul, por meio do processo de desapropriação e com capacidade de 42 famílias. A fazenda era pertencente a Companhia Agropecuária dos Irmãos Azevedo (CAPIA) empresa dos irmãos donos da ex-usina, a quem somavam imensas dívidas trabalhistas aos ex-funcionários e à União (COCA *et al*, 2018).

Em 2012, mais uma parte do território foi regularizado, com a criação do Assentamento Nova Conquista II, com capacidade para 12 famílias, onde 300 hectares da fazenda foram apropriados como pagamento parcial da CAPIA à União e que passa a ser do INCRA, para fins de reforma agrária, tornando pequena parte das famílias assentadas (COCA, *et al*, 2018).

No entanto, a conquista desses dois assentamentos - Primeiro do Sul de 1998 e Nova Conquista II em 2012 compõe uma pequena parcela da população e das terras que é disputada pelo MST, de tal modo, que o Complexo do Quilombo Campo Grande exemplifica que esse problema fundiário ainda persiste. Na Figura 13 é possível observar a dimensão territorial das áreas de acampamento, bem como os assentamentos:

Figura 13- Localização do Complexo Quilombo Campo Grande



Fonte: Xavier, 2022.

O Laudo Socioeconômico e produtivo ¹⁵de 2018 aponta 462 famílias, cerca de 2029 pessoas distribuídas em 11 comunidades nesse território. A média é de 8 hectares produtivos por família, com variação de 4 a 24 hectares, onde consideram as condições do solo e declividade do terreno e distância da sede do município:

¹⁵ O laudo socioeconômico do Acampamento Quilombo Campo Grande foi realizado pelo Prof.º Dr. Estevan Leopoldo de Freitas Coca, profª Drª. Cristina Bezerra e doutorando Michelle Neves Capuchinho (Universidade Federal de Juíz de Fora – UFJF-MG) a fim de levantar o processo histórico, político e econômico do Quilombo Campo Grande. Com base no Laudo Técnico Econômico e Produtivo realizado no mesmo ano (2018) pela Secretaria Estadual de Desenvolvimento Agrário de Minas Gerais – SEDA e o Centro de Referência em Direitos Humanos do Território de Desenvolvimento Sul (CRDH) em parceria com a Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG) e o Sindicato dos Agricultores em Regime de Economia Familiar de Campo do Meio.

Quadro 5 - Comunidades e número de família/área média do lote do Acampamento Quilombo Campo Grande

Comunidades	Área (ha)	Famílias	Área média do lote (há)
Tiradentes	242	27	9
Coloninha	61	13	5
Resistência	160	43	4
Fome Zero	138	30	5
Girassol	166	45	4
Potreiro	297	63	5
Sidney Dias	672	78	9
Rosa Luxemburgo	439	76	6
Irmã Dorothy	180,2	13	14
Betinho	356	27	13
Chico Mendes	259	16	16
Vitória da Conquista	189	31	6
Total	3159, 2	462	8

Fonte: Laudo Socioeconômico, 2018

Do total de 3.190 hectares de terras que compõem o Quilombo Campo Grande, 3159 hectares são parte produtivas das comunidades, constando também 20% do território, destinados ao Remanescente Florestal (RF). Nas áreas produtivas, o café se destaca, estima-se que no ano de 2018, foram produzidos cerca de 2.480.428 pés de café, totalizando um valor de R\$ 8.413.688,00 em uma área de cerca de 549 hectares, como uma produção média de 15 sacas por hectares (COCA *et al*, 2018).

Como destacado por Alves e Lindner (2020) há na Região Geográfica Intermediária de Varginha, uma territorialização da monocultura cafeeira. Se no passado colonial essas terras do QCG eram disputadas por coronéis do engenho, atualmente são terras disputadas por latifundiários da monocultura cafeeira.

Na figura 14, é possível observar a divisão dos lotes das famílias no complexo Quilombo Campo Grande ao lado direito da imagem, e no lado esquerdo da imagem, dividida pelo Lago de Furnas, a Fazenda Campo Verde, um dos “impérios” cafeeiros de João Faria. O proprietário dessa fazenda conquistou em 2008 o título de maior produtor individual de café do mundo (De olho nos ruralistas, 2018).

Assim, a conflitualidade e conflitos é permanente em terras que possuem intencionalidade de se expandir. A última reintegração de posse em 2020, tinha como objetivo reintegrar as áreas dos herdeiros da antiga usina de açúcar e álcool para o arrendamento à cadeia produtiva do café.

Figura 14 - Distribuição dos lotes do Quilombo Campo e Fazenda Campo Verde



Fonte: GeoAtiva Jr, 2018.

É possível observar na paisagem que os as famílias camponesas também possuem o café como principal cultura. Isso era de se esperar tamanha territorialização do café no Sul de Minas Gerais e devido a condição camponesa de inserção ao mercado. Todavia, o modelo que buscam aplicar com as famílias nos lotes produtivos tem a agroecologia como principal modelo de agricultura.

Apesar de ainda caminharem para essa consolidação da produção agroecológica, que leva tempo, essa é uma premissa do MST. Com essa intenção, possuem a própria marca (Café Guai) e a cooperativa Camponesa onde comercializam o café orgânico (e em transição agroecológica), buscando livrar-se também dos atravessadores e estimulando os camponeses na transição agroecológica.

Cabe destacar também, que todos os dados apresentados aqui em relação ao Quilombo Campo Grande são coletados do Laudos socioeconômico de 2018, e são referentes aos acampamentos, portanto, nenhuma família possui acesso a crédito ou políticas públicas de fomento da infraestrutura, ou seja, todas as conquistas e produção, são frutos da própria classe trabalhadora. Essas famílias também não entram nos recenseamentos realizados pelo IBGE, por isso, de forma autônoma e em parcerias com as Universidades Federais da região, buscam fazer esse levantamento.

Essa relação é descrita por Ploeg (2009) como uma condição camponesa, em que mesmo em contextos adversos, com relações de dependência com o mercado, marginalização e privação, lutam por autonomia e progresso.

A agroecologia é um dos pilares do MST enquanto modo de produção e de sobrevivência. Em entrevista realizada, a Dirigente Nacional do MST, enfatiza que a agroecologia é uma necessidade para consolidar o modo de produção camponesa, e romper com a agricultura capitalista e sua relação de dependência:

[...] a agroecologia é uma necessidade real, cotidiana dos territórios, porque a gente precisa sair dessa lógica dependente do agronegócio, dessa competição totalmente injusta. De sair disso de fazer uma lavoura de café e trazer tudo de fora, de estar atrelado a uma cooperativa do agronegócio, de ter que entregar toda a produção ao preço que eles decidem (Dirigente nacional, entrevista realizada dia 20/07/2021).

Enquanto o território brasileiro aumenta em 20,4% a utilização de agrotóxicos entre 2006 e 2017 (CA, 2017), o Quilombo tem 64% de seus camponeses que declaram não utilizar agrotóxicos em suas produções. Isso é um reflexo dos cursos e formações que foram realizados pelas parcerias com instituições públicas, destacando-se o Instituto Federal do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS), nas formações, nos conhecimentos técnicos e práticos da agroecologia e preservação ambiental, em que é base de sustentação do projeto de sociedade creditada pelo MST. E por isso, a agroecologia aqui posta, é também uma prática política, de enfrentamento direto ao agronegócio e ao modo de produção capitalista.

[...] as famílias acampadas estão estruturadas comunitária e economicamente por meio de associações de trabalhadores rurais, áreas de produção coletivas, envolvimento com a população citadina, oferta de cursos de formação técnica e também contribuição ao combate ao analfabetismo presente no campo (COCA et al, p. 13, 2018).

Outro ponto importante a levar em consideração desses camponeses que hoje ocupam terras do Quilombo Campo Grande, é que eles são majoritariamente negros e pardos: 71 % do total, enquanto 28% é branca e apenas 1% indígena. Ao passo que a agricultura capitalista compõe uma burguesia agrária que consolida o homem branco e como apontado pelo CA (2017), conforme aumenta a dimensão territorial, pessoas negras estão mais distantes do acesso à terra, o MST vai no sentido contrário, de luta pela autonomia e acesso à terra ao povo historicamente oprimido.

A educação é uma preocupação real nas áreas do Quilombo Campo Grande: do total de acampados, 50% possuem o ensino fundamental incompleto (COCA *et. al*, 2018).

Isso faz com que o MST tenha como prioridade ao ocupar os territórios, a construção de escolas populares. Os dados mostram que foram construídas em território nacional mais de 2 mil escolas em assentamentos e acampamentos da reforma agrária, garantindo acesso à educação a mais de 200 mil crianças, adolescentes, jovens e adultos, contando com 50 mil adultos alfabetizados, cerca de 2 mil estudantes em cursos técnicos e superiores e mais de 100 cursos de graduação e pós-graduação ofertados em parcerias com Universidades Públicas de todo país (2022).

Talvez a experiência mais expressiva dessa preocupação com a democratização do ensino pelo MST, seja a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) que arrecadando fundos por meio da solidariedade de artistas e organizações sindicais, populares da América Latina e comitês internacionais foi levantada por acampados e assentados, no ano de 2005, completando em 2022, 17 anos de existência e resistência (Brasil de Fato, 2022).

Além dos desafios econômicos em manter uma escola do campo em funcionamento, há os desafios políticos, indicando justamente as conflitualidades e disputa do território imaterial com as faces do capitalismo. No Quilombo Campo Grande, desde a ocupação das terras existe a preocupação com a alfabetização. A Escola Eduardo Galeano, que estava em funcionamento no território, formou diversos jovens e adultos por meio do Educação de Jovens e Adultos (EJA), do qual inclusive, participamos de uma formatura no ano de 2017. Essa escola, foi derrubada no despejo de 2020, demonstrando claramente a disputa do território material e imaterial entre agronegócio/capitalismo e campesinato.

6.3 ROMPER COM AS RAÍZES DA EXPLORAÇÃO: FATOR GÊNERO NO ACAMPAMENTO

Na análise da distribuição de gênero tem-se um resultado bastante proporcional: 55% de homens e 45% de mulheres. Considerando que há uma extrema desigualdade e masculinização no campo brasileiro, o território do Quilombo se destaca em ter menor desigualdade de gênero. Os dados do CA de 2017, apontam que houve um crescimento das mulheres no campo: 19% de mulheres para 81% de homens. No CA anterior (2006) esse número era de 13% de mulheres e 87% de homens.

A desproporção de gênero no acesso à terra no Brasil reflete a todas as problemáticas do acesso às políticas públicas mencionadas anteriormente, que tardarem em chegar ao campo, principalmente nas mulheres. Elas exacerbaram como em um território ocupado pelo MST que traz em seus objetivos a igualdade de gênero e do acesso à terra, e a inclusão de gênero na luta de classes, outra conjuntura: as mulheres estão mais presentes quando incluídas junto as discussões, nas ocupações, na liderança, nas discussões políticas e na produção. Esse balanço demonstra também que o Movimento tem caminhado para um outro lado, contrário ao patriarcado-capitalista, em busca da real participação das mulheres na sociedade.

Para a Dirigente Nacional essa forte presença feminina no Quilombo Campo Grande é explicada através do processo de abordagem para a ocupação do território.

Ao organizar uma ocupação o setor Frente de Massa realiza um trabalho de base, principalmente nos centros e periferias urbanos, onde ocorre a explicação do movimento e o convite para ocupar as terras. A Dirigente Nacional ressalta como esse trabalho de base interfere na distribuição de gênero nos territórios:

Quando essa abordagem é feita por homens e mulheres, a chance de “forjar” mais mulheres, é maior, do que quando é feita somente por homens. “O ideal é que desde o processo inicial vá a família toda, mas o que ocorre muitas vezes é de o homem ir inicialmente, e depois, leva a mulher e filhos” (Direção Nacional do MST, em entrevista, 2021)

Cabe destacar que os dados aqui apresentados demonstram a realidade do QCG, podendo não indicar que essa é uma tendência dos assentamentos e acampamentos da reforma agrária. Mas, que de toda forma, indica que essa é uma preocupação que o MST tem nacionalmente e busca aplicá-las, refletindo em territórios como o Quilombo Campo Grande.

Apesar de haver a distribuição de terra por gênero bem equiparada ainda há a desigual distribuição de gênero nas tarefas. A dirigente nacional destaca como nacionalmente o setor de frente de massas (que organiza o território) e o setor de produção (que organiza economicamente o território) ainda há mais a presença de homens. Enquanto os setores de educação e saúde, funções voltadas ao trabalho do cuidado ainda são majoritariamente femininas. Ela correlaciona isso como:

[...] reflexo de uma sociedade que distancia as mulheres do poder de decisão e em qualquer microescala veremos essa situação, em uma empresa, ou um movimento social. Todavia, o MST vê essa relação em que se expressa nos territórios, no sentido de superação e caminha para modificar esse cenário.

Mais uma vez destacamos que a inserção das mulheres nos espaços políticos dentro dos movimentos, bem como sua territorialização através de Coletivos, foram lutas constantes e conquistas das próprias mulheres e que começam a pressionar também os movimentos socioterritoriais dos quais estão inseridas.

Siliprandi (2010) destaca que, a partir dos anos 2000, as mulheres camponesas iniciam fortemente essa ocupação enquanto sujeitos políticos, onde há também um forte crescimento do campo agroecológico no Brasil:

En el inicio de los años 2000, un nuevo escenario comenzó a delinearse en el campo agroecológico brasileño y se manifestó también en otras esferas (en el movimiento sindical rural, de lucha por la tierra, entre otros); las mujeres agricultoras pasaron a apuntar nuevas cuestiones, haciendo exigencias al Estado, a la sociedad, y a los propios movimientos, que iban mas allá de la simple sobrevivencia del modo de vida campesino; cuestionaban el lugar que se les destinaba a ellas en esos modelos. Además comenzaban a desarrollar políticas de alianzas propias, organizaban eventos públicos muy masivos, en fin, mostraban fuerza política. En las discusiones propuestas por ellas, emergían cuestiones claramente vinculadas con el campo ambiental, al mismo tiempo en que se reivindicaban temas historicamente traídos por el feminismo [...] Estaba claro que se estaban constituyendo como nuevos sujetos políticos, y esa aparición en la escena pública merecía atención (p. 132-133)

As mulheres ocupando os espaços políticos, realizam as reivindicações sobre a ocupações de cargos de liderança, até então majoritariamente masculinos. Assim, é instaurado desde 2006 a paridade de gênero no MST, em todas as escalas de direção (nacional, regional, e direção dos setores).

A paridade propõe que esses cargos sejam compostos por 2 representantes: 1 homem e 1 mulher, apenas em casos em que não há mulheres que desejam esses cargos, ele é composto por 2 homens e ainda assim, trabalham nas formações, encontros e

reuniões massivamente para formar e estimular as mulheres a ocuparem esses cargos. Anteriormente à proposta da paridade, era apenas 1 representante, e conseqüentemente, a maioria era de homens, hoje esse cenário de organização interna vem mudando. Atualmente, no Quilombo, há 2 mulheres ocupando o cargo de direção regional, e isso é bastante expressivo e destoa comparado a outras regiões.

A desigualdade da mulher no acesso à terra e na tomada de decisões, bem como a maior presença dessas em profissões que envolvem o cuidado da saúde, doméstico ou de educação, é encontrado nas literaturas e nos dados. Esse é um fenômeno global e estrutural, fruto da ideologia patriarcal. Ao propor esse rompimento e superação, o MST já colhe frutos, e o território do Quilombo Campo Grande é um resultado dessa conquista feminina, e dos estímulos à sua participação.

As mulheres, ao conquistar os espaços políticos dentro dos movimentos socioterritoriais, se impõem frente à luta pela terra, pela soberania alimentar, pela autonomia e emancipação de sua classe. Assim, estão integradas também aos conflitos e conflitualidades da questão agrária que atinge a classe camponesa na luta pelo seu território.

No próximo tópico, buscaremos através das vivências que obtivemos ao longo dos anos da presente pesquisa, demonstrar como as mulheres do acampamento Quilombo Campo Grande se impõem frente a esses conflitos.

6.4 REINTEGRAÇÃO DE POSSE: A PRESENÇA DAS MULHERES NA LINHA DE FRENTE DOS CONFLITOS DE TERRA

Durante a reintegração de posse que ocorreu em agosto de 2020, a presença majoritária das mulheres liderando e organizando as ações foi visível. Não estavam só cuidando das crianças ou da alimentação de todos, mas também no enfrentamento direto com os policiais e nas negociações com advogados:

Figura 15- Mulheres na linha de frente na reintegração de posse no acampamento Quilombo Campo Grande



Fonte: Setor de comunicação do MST, 2020.

Em entrevista a Dirigente Nacional pontua que: *“Numa reintegração de posse, a realidade que se expressa é aquela que a gente tem no dia a dia. Se a gente tem mais mulher na direção, vai ter nesse momento também”*

A Dirigente Nacional que hoje é também acampada no Quilombo, destaca que isso ainda não é uma realidade de todos os acampamentos, ocupações e assentamentos. E ainda ressalta que a presença dos Coletivos de mulheres nas regiões “reforça ações, encoraja, dá suporte e constrói lideranças”.

Nem todas as mulheres que chegam ao MST também compreendem a relação política do movimento e os conflitos permanentes de quanto a terra ainda não foi conquistada. É comum também, que os maridos venham e incentivem a vinda das mulheres, que passam a se inserirem politicamente através dos espaços políticos das mulheres, como o Coletivo.

Laudelina, uma das mulheres camponesas que estavam presentes no despejo, ressalta que a vinda para o acampamento, foi *“ideia do marido”* e ela o acompanhou,

sem saber que era uma ocupação do MST. Ainda com perspectiva da ideologia dominante, que os aponta enquanto “invasores” de terra, comenta que se assustou ao saber que o território era organizado pelos sem-terra. Já com outra percepção da luta pela reforma agrária, e há 7 anos morando no acampamento, Laudelina ainda não havia passado por nenhum despejo. O primeiro que vivenciou foi em 2020, no qual relata que sentiu muito medo, mas que permaneceu auxiliando todos os dias de vigília. Laudelina auxiliou na cozinha e na distribuição de álcool em gel e máscaras e relata “*tem que ajudar, tem que participar, quando precisa a gente está lá*”.

Lembrando que esse despejo que ocorreu em 2020, em meio a pandemia da COVID-19, com 72 horas de resistência e vigília, resultando no despejo de 15 famílias e a destruição da Escola Eduardo Galeano em que muitos ali haviam se formado e lecionado. Então se trata de um tema intenso e traumático para muitas famílias. Por isso, tivemos muito cuidado e sensibilidade ao direcionar as perguntas relacionadas ao despejo para as mulheres entrevistadas.

A casa de Dorcelina, por exemplo, que já é assentada, serviu de “ponto de encontro” das pessoas que precisassem se abrigar, e para o caso a polícia avançasse. Com duas crianças, bombas estourando e helicóptero sobrevoando sua casa, Dorcelina se sensibilizou ao falar “*Nossa família viveu vários despejos, 1 real e os outros surreal, com pesadelos, medos...*”

Apesar dos medos reais que os sem-terra possuem nos conflitos, já que as estratégias frente a batalhões de polícias, carros de choque, helicóptero, drone, entre outros instrumentos e aparatos do Estado, é o conhecimento do território, seus corpos e gritos de guerra, e a necessidade que os fazem permanecer resistindo.

Célia¹⁶, por exemplo, teve sua vinda para o acampamento já encarando o conflito. Seus pais que vieram de uma constante migração de periferia em periferia dos grandes centros urbanos, chegaram por esses trabalhos de base no Quilombo Campo Grande há 9 anos. Ela relata que sempre houve vontade de se mudar para o campo, mas devido a escola de seus 4 filhos, foi adiando. Foi com a interrupção das aulas presenciais causada pela pandemia da COVID-19 que permaneceu por mais tempo com seu marido e filhos no acampamento, e ansiando em permanecer e inserir-se na luta. Foi orientada

¹⁶ O pseudônimo é em referência à Célia Sanches, pesquisadora, ativista e guerrilheira cubana, liderou a Revolução Cubana junto com Che Guevara e Fidel Castro. Fonte: <https://asminanahistoria.wordpress.com/>

A entrevista foi realizada em 18/11/2021 presencialmente no acampamento Quilombo Campo Grande.

que poderia permanecer no barracão¹⁷ até conseguir um lote. Todavia, também foi informada sobre a data marcada da reintegração de posse, em que as áreas do barracão estavam inclusas.

Célia e sua família se mudaram para o barracão, onde permaneceram por cerca de 1 mês antes da data da reintegração de posse. Já estavam cultivando em hortas quando de fato houve o conflito. Sua família foi orientada pelas lideranças a retirar todos moveis e utensílios de valor, mas permanecer resistindo, e assim o fizeram. Mesmo depois de mais de 1 ano do ocorrido, Célia recorda um diálogo que teve com o policial enquanto sua família resistia no barracão:

Ele me falou que eu tava lá enrolando e atrapalhando o trabalho deles... eu falei, ué, você tem um teto pra ficar, eu não tenho... eu vou sair daqui e vou pra onde? Nem ponte nessa cidade tem, eu vou pra onde com as minhas crianças? Então enquanto eu ficar aqui, é uma segurança minha e eles [a prefeitura] vai ter que arrumar um lugar pra mim (Em entrevista, 2021).

“Resiste até onde der” foi uma frase bastante falada nesse conflito. Mesmo com a presença de advogados, mídia nacional e internacional, apoio de artistas, intelectuais, parlamentares e padres¹⁸, as lideranças reconhecem o histórico da luta pela terra e as chacinas que já ocorreram, e orientam as famílias a não se colocarem em risco.

Após ter o barracão derrubado, Célia e outras famílias permaneceram um tempo em um espaço coletivo na cidade, que a prefeitura do município de Campo do Meio arranhou para “abriga-los”. É claro que não havia nenhuma forma de inseri-los no meio urbano, e é o processo do retorno novamente ao campo, naquele constante movimento de territorialização-desterritorialização-reterritorialização.

Após esses conflitos mais intensos e diretos com o Estado que deseja defender o território capitalista para inserir novamente as monoculturas, promovendo o despejo de famílias camponesas e escola do campo, permanecem as conflitualidades, que por vez ou outra, amedrontam e faz com que as famílias repensem no retorno à exploração e miséria da cidade. Todavia, sem muita escolha ou por anseios realmente políticos, permanecem na resistência e na luta pela terra.

¹⁷ O barracão é uma área coletiva do MST em que as famílias novas que chegam são apresentadas e permanecem até que sejam direcionadas e realizadas as repartições dos lotes.

¹⁸ [Despejo do Quilombo Campo Grande é o mais longo do séc. XXI | Política \(brasildefatomg.com.br\)](http://brasildefatomg.com.br)

Soledad, ¹⁹atualmente é uma mulher acampada que produz em seu lote muita diversidade, comercializa, participa do Coletivo de Mulheres e esteve também na linha de frente nesse despejo. Sua história é o reflexo de um país desigual permeado por latifúndios e favelas em que a mulher é explorada e oprimida, tem seus direitos de dignidade e de vida violados. Das periferias urbanas, ao desemprego, fome, com filhos e que chega ao extremo da desigualdade social: estar em situação de rua.

Soledad tem, no entanto, sua vida e história modificada ao conhecer no MST:

*Depois que eu vim pro MST que eu fui entender coisas que eu não compreendia, não sabia... sobre meus direitos, saber que mulher não serve só pra lavar, passar e cozinhar, serve pra tudo que ela quiser fazer... então o Movimento, ele mudou a minha vida, mudou a minha história de vida! Eu tenho muita coisa pra contar pros meus netos, e pra ensinar também... espero que eles continuem a luta, continue esse legado que é muito importante.
(Em entrevista, 2021)*

Destaca ainda, que:

É melhor tá no campo, do que na cidade, porque na cidade a discriminação é muito grande... “porque mulher tem que entender o seu lugar” eles dizem... “mulher serve pra cozinhar, pra lavar e pra passar... aqui não! Principalmente aqui em Campo do Meio... as mulheres daqui, é um empoderamento tão grande, que a gente entende que a gente pode fazer qualquer coisa que a gente quiser... nosso lugar é em qualquer lugar né... seja na política, seja no fogão, ou seja no tanque de guerra... (Em entrevista, 2021)

Sobre o despejo, relata:

*Pra mim é uma realização de sonho mesmo... e aí com esse despejo que veio, eu fiquei muito abalada, né. Porque a gente vê a maldade nas pessoas... como pode um ser humano, olhar pro outro, sabendo da dificuldade que o nosso povo enfrenta, que as nossas crianças enfrentam pra tá estudando numa escola na cidade... tem a discriminação, tudo que eles passam, e ter coragem de destruir uma escola, de retirar as crianças e destruir a escola, destruir a casa dos companheiros com tanta [ênfase] dificuldade... porque aqui, minha filha, pra você colocar 1 tijolo, é uma luta terrível! É uma luta diária! Porque a renda é complicada, não tem ajuda de governo, de nada... pra mim, esse despejo foi uma experiência muito forte, muito forte [voz angustiada].
(Em entrevista, 2021)*

Ela aprendeu a produzir com o movimento e viu que nunca mais passaria fome, já que da terra tudo dava. Uma mulher, que após ser inserida em um movimento socioterritorial, passa a ter uma casa, alimento e a se ver enquanto um sujeito político,

¹⁹ O pseudônimo é em referência à Soledad Viedma, guerrilheira e militante feminista paraguaia, participou das guerrilhas contra a ditadura militar no Brasil, umas das vítimas desaparecidas e procuradas pela Comissão da Verdade. Fonte: <https://asminanahistoria.wordpress.com/>

Entrevista realizada em 18/11/2021 presencialmente no acampamento Quilombo Campo Grande.

a ver histórias de outras mulheres parecidas com a sua e a compartilhar suas dores. E aqui, talvez seja a resposta do questionamento feito no capítulo anterior do porquê as pessoas desejam permanecer ou retornar ao campo... porque o próprio capitalismo cria essa situação. Cria a fome, cria a miséria. E que sustentado no patriarcado, cria as opressões, abusos, assédios, aliadas às explorações.

O que leva uma mulher permanecer debaixo de uma lona preta, com seus 10 filhos, sem água e sem saneamento básico? A luta pela terra não é uma escolha, é uma necessidade. Uma necessidade de quem a tudo foi negado.

Após mais de 1 ano do despejo, Soledad, quando questionada se pensou em desistir, responde:

*Não! A minha garra aumentou mais! Em contribuir com os companheiros, em fazer com que eles entendam que a gente não é um bando de vagabundo que invade terra das pessoas... é um direito nosso! De ocupar e resistir na terra. Produzir um alimento saudável, tanto pra nós como pra eles... e a gente sabe que não é fácil, mas a gente junto, unidos, somos fortes! E a gente vai chegar no nosso objetivo... apesar das dificuldades...
(Em entrevista, 2021)*

Ao presenciar mulheres na linha de frente de um conflito, com a representação do Estado em armamentos pesados, cara-a-cara entoando em coro os “gritos de guerra” como: “A mulher largou o fogão, pra fazer Revolução”, “Lugar de mulher é no tanque! De guerra!” e “Mulheres em luta, semeando a resistência. Contra a fome e as violências” temos a certeza de que essas mulheres conquistaram seus espaços, não somente no Acampamento Quilombo Campo Grande, mas na territorialização de seus espaços políticos que a tanto foram negados.

As mulheres camponesas, ao inserirem-se como sujeitos políticos, e ocupar seus espaços, modificam constantemente uma realidade que é colocada estruturalmente pelo espaço agrário brasileiro, e que reflete também no espaço urbano. Por isso, reforçam sempre a importância da união do campo e da cidade pela reforma agrária popular.

Compreendendo essa relação de campo e cidade, o MST e as mulheres do movimento, ocupam também esses espaços urbanos para manifestações e marchas.

Figura 16- Mulheres do Quilombo Campo Grande em manifestações urbanas



Fonte: Setor de Comunicação MST, 2021.

O MST, além de ocupar as terras e romper com os latifúndios, promove o rompimento da miséria urbana, do acesso à educação, cultura. Promove vida digna, constrói sujeitos políticos e, assim, rompe com as misérias do latifúndio. As mulheres, ao organizarem-se para a luta, ocupam seus espaços e constroem gradativamente sua emancipação política, social e econômica.

Nesse sentido, o Coletivo de Mulheres criado em 2010 no território do Quilombo Campo Grande, contribuiu fortemente para organizar e consolidar esses espaços, e para que hoje haja uma forte presença política e de lideranças nesse território. Ou melhor, só existe um Coletivo de Mulheres hoje consolidados, porque desde a ocupação das terras essas mulheres se inseriram e reivindicaram seus espaços e os construíram.

Assim, buscaremos no próximo tópico, compreender o que estimulou as mulheres na criação desse Coletivo, e que sustenta atualmente, considerando sua construção e sustentação é uma importante conquista e exerce influência sobre a

inclusão das mulheres na tomada de decisão e no acesso à terra, tão negado as mulheres camponesas.

6.5 SEMENTES DA ESPERANÇA: O COLETIVO DE MULHERES RAÍZES DA TERRA E A EXPERIÊNCIA DA AUTO-GESTÃO NO QUILOMBO CAMPO GRANDE

Cada uma aqui passa por tanta luta...e hoje a gente se sente como essa semente de camomila que cultivamos há 5 anos: Sementes da Esperança! Que a gente seja essa semente pro Quilombo, que a gente seja essa semente pra outras mulheres!
(Coordenação do Coletivo de Mulheres Raízes da Terra, 2021)

Os Coletivos de Mulheres do MST fazem parte do Setor de Gênero, eles são organizados e pensados pelas mulheres de acordo com a realidade de cada território e suas possibilidades de construção. Podem estar presentes tanto em uma ocupação, nos assentamentos ou acampamentos e são criados com diferentes objetivos. Geralmente, o fator que reúne as mulheres em um Coletivo, é a possibilidade de geração de renda.

No caso do Coletivo de Mulheres “Raízes da Terra” do Acampamento Quilombo Campo Grande, segundo a coordenadora do Coletivo entrevistada, ele surgiu de forma muito política. Foi a partir da organização das mulheres em 2011, para ir às ruas no 8 de Março, ²⁰que as mulheres do Quilombo perceberam o potencial que tinham para compor um Coletivo de Mulheres com atividades contínuas.

A Dirigente Nacional ressaltou em entrevista que nacionalmente, o 8 de Março tem sido um momento/espço para que mulheres do MST se construam politicamente, já que são elas junto com mulheres de outros movimentos socioespaciais e socioterritoriais, que organizam e protagonizam as ações. Ela ainda aponta que desde 2006 as mulheres vêm ocupando as ruas com maior intensidade. Fator que pode estar interligado a incorporação com a Marcha Mundial das Mulheres (MMM)²¹o que pode explicar também a maior frequência e número de participantes nessa segunda.

²⁰ Os documentos orientadores do MST de 1996, o MST já instaura o dia 8 de Março como uma retomada desse dia como um dia de luta, com realização de manifestações e marchas.

²¹ A Marcha Mundial das Mulheres no Brasil inicia no ano 2000 e teve influência sobre a Marcha das Mulheres em Quebec no Canadá no ano 1998. Atualmente conta com 20 organizações e marchas de 5 em 5 anos unindo um grande número de mulheres nas ruas das principais capitais brasileiras. O ano de 2000 marcou diversos movimentos de mulheres e marchas, como a Marcha das Margaridas, nome em

Essa inserção da mulher na luta política, nas ruas e na organização dessas ações, beneficia não somente as próprias mulheres, mas auxilia o Movimento e a luta pela terra como um todo:

O 8 de março foi uma experiência muito importante pro coletivo de gênero, para mulheres do MST, e pro MST como um todo, porque não só nos qualificou enquanto mulheres, como deu uma qualidade a mais pra organização como um todo. De leitura do inimigo, de tipos de luta, de tarefas que a mulher se experimentou fazendo. Porque muitas vezes quando a luta é mista, não tá dado o que as mulheres vão dar os comandos, de decidir que luta fazer, qual inimigo nós vamos enfrentar nesse momento... então o 8 de março nos experimentou nesse sentido, nos qualificou (Dirigente Nacional, entrevista realizada em 20/07/2021)

Quando a dirigente nacional, em entrevista, fala sobre a luta mista, se refere ao MST, que diferente do MMC, é composto por homens e mulheres, e a tendência é, que como reflexo da própria sociedade, os homens ocupem a liderança das ações, assim como dos cargos. Por isso, a ênfase em que as “Marchas” exercera uma enorme função em “qualificar” as mulheres para liderar os movimentos e ocuparem esses espaços dentro do próprio Movimento.

A criação de um Coletivo que parte das próprias mulheres demonstra que naquele território já havia um número significativo de mulheres militantes, e na medida em que ele se sustenta por anos, contribui na formação e incentivo de mais mulheres, retroalimentando essa relação Movimento ⇔ Coletivo.

Como apontado por Safiotti (2013), a inserção da mulher em uma atividade ocupacional, representa mais do que um trabalho, mas também sua inserção política, social e cultural. Esse é um fator que fica claro nos Coletivo de Mulheres Raízes da Terra.

Dolores, uma das idealizadoras do Coletivo, relata que quando perceberam que havia um número significativo de mulheres que já se entendiam como sujeitos políticos, se uniram e começaram com um trabalho de base, de acampamento em acampamento, colhendo demandas, conhecendo, se apresentando e convidando à participação:

Foi nessa época que a gente percebeu a dificuldade das mulheres... que as mulheres não participavam das reuniões, as mulheres tinham dificuldade quando acontecia de um ônibus não passar pra pegar as crianças pra ir pra escola... e nos trabalhos de base começamos a perceber a carência, a depressão que essas mulheres estavam... E nós começamos a perceber as dificuldades das mulheres. Não tinha dirigentes mulher. Carregava muita

referência a Margarida Alves de Oliveira, camponesa e líder sindical assassinada por latifundiários em 1988. Fonte: Mulheres em marcha | Marcha Mundial das Mulheres

barra, mas na hora das decisões e a gente viu que precisava fazer alguma coisa. O sofrimento delas, porque elas vêm do trabalho urbano, não conhecia o trabalho do campo. Muita vem desse êxodo rural, mas foi muito pequena pra cidade... [fala da dificuldade de as mulheres cuidarem do roçado, fazerem horta, vender seus produtos nas feiras, gerar renda] e aí nós pensamos, nós temos que fazer alguma coisa, pra nos mulheres, pra nos gerarmos renda. Primeira coisa era sair dessa depressão. Aí a gente oferecia uma erva, e assim começamos. Começamos a fazer reunião. Acho que éramos em umas 10 mulheres. Por ser uma área muito grande, as mulheres tem dificuldades de estar vindo. Então começamos a fazer os encontros nas áreas dos acampamentos (Em entrevista, 2021)

Resgatando outras lembranças, ela ainda destaca:

Eu lembro de um encontro que foi bem legal, lá no Rosa Luxemburgo [um dos acampamentos], que os rapazes cozinham pra gente, fizeram a ciranda com as crianças... e nós éramos umas 40 mulheres. E dali já saiu o nome, que era o grupo de mulheres Raízes da Terra, aí dessa reunião, saiu, como é que vamos gerar renda? E dessa reunião começamos a cada um construir alguma coisa pra vender na feira, que nós já tínhamos conseguido consolidar a feira [fala da feira do município de Campo do Meio-MG]. E daí conseguimos fazer uma horta. E através de um projeto [emenda parlamentar], a gente conseguiu manter essa horta. O lugar era um pasto e começamos a cuidar do solo, fizemos as cercas, as bananeiras, adubação verde e aí começamos a ir atrás de curso, porque tem que capacitar, como a gente vai fazer uma compota com as praticas de higiene, e aí fizemos muitos cursos. Fizemos cursos de bambu. Curso de compota. Curso de fitoterápicos. E tinha assim, as que já estavam mais tempo no movimento, que são muito conhecedoras e que iam formando as outras. E quando chegava as pessoas, a gente ia se dividindo, como é até hoje, por exemplo, no setor de educação. Setor de saúde. Setor de produção. Tem as que fabricam os doces e as compotas e tem as que fabricam os fitoterápicos. E com as parcerias com os projetos [Unifal-MG e IFSul de Minas] (Em entrevista, 2021).

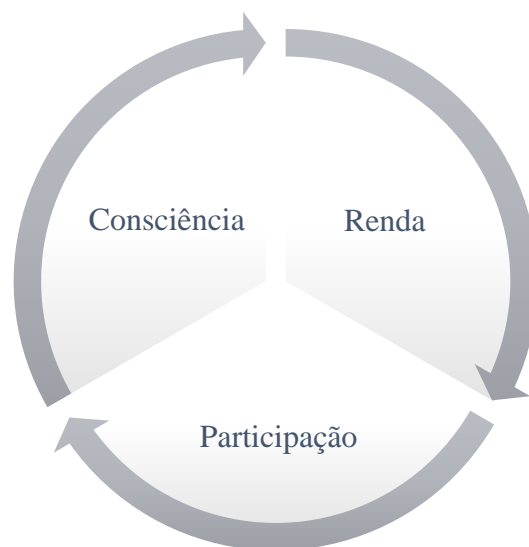
Portanto, as mulheres que iniciaram o Coletivo de Mulheres realizaram esse trabalho de base, passando de casa em casa, e depois fixaram a organização, se especializando primeiro no barracão do Rosa Luxemburgo, depois onde, atualmente, se localiza o viveiro de mudas e plantas. Percebe-se, portanto, que houve uma estratégia de expansão para a participação política das mulheres nos espaços.

Entre os Coletivos de Mulheres, no geral, há uma diversidade de atividades que envolve a geração de renda como ações como artesanatos, beneficiamento de produtos na produção de doces, ou mesmo como ocorre no Coletivo de Mulheres “Ana Maria Primavesi” no Acampamento Terra Livre - Paraná, em que as ações são mais voltadas para a ação social de solidariedade, como doação de alimentos, campanhas e mutirões para doação de sangue e produção de mudas para reflorestamento (MST, 2020).

No caso do Coletivo de Mulheres “Raízes da Terra”, do Acampamento Quilombo Campo Grande, os objetivos além da geração de renda com beneficiamento de produtos e produção de fitoterápicos, realizam também reuniões e discussões para

consciência sobre as relações de opressão e dominação patriarcal, capitalista e de classe que vivenciam, buscando estimular as mulheres à independência econômica e social, bem como a participação ativa no Movimento como um todo:

Figura 17- Objetivos do Coletivo de Mulheres "Raízes da Terra"



Fonte: da autora.

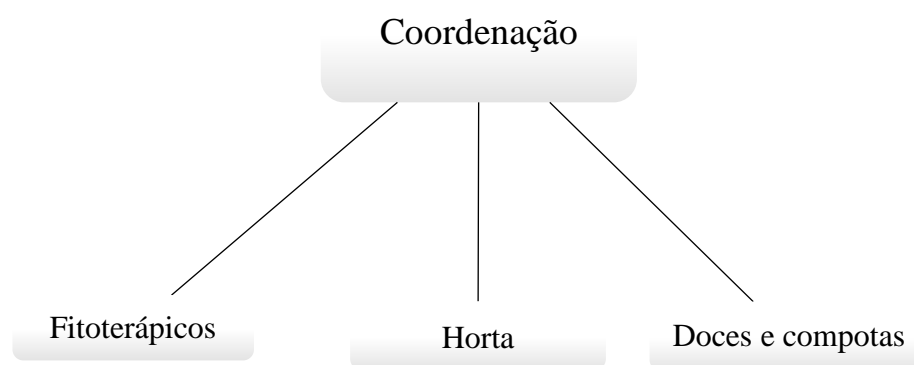
Atualmente, cerca de 50 mulheres participam das atividades contínuas, que são divididas entre 3 principais frentes: 1) Horta; 2) Produção de fitoterápicos; 3) Produção de doces e compostas (quadro 4). Há uma divisão entre as mulheres que participam de cada atividade. Apesar de ser aberto à participação, há as que mais se identificam com a produção dos doces, outras com o cuidado e manejo da horta e outras ainda com a produção dos fitoterápicos. Os cursos em que participam, são direcionados a essas temáticas. Ou seja, se há um curso, como houve o do curso de Farmácia da UNIFAL-MG recentemente, voltado a produção dos fitoterápicos, as mulheres que estão responsáveis por essa frente de atuação deverão participar. Se há um curso sobre doces e compotas, como já ocorreu, as mulheres responsáveis por essa outra frente.

Lembrando que os cursos são abertos, mas quando há número de vagas, as mulheres responsáveis por cada frente possuem preferência. Outro ponto importante a destacar, é que independente da temática do curso ou atividade, esses possuem sempre

um objetivo político. Há a mística²² da início e finalização da ação, a ciranda, debates sobre a importância da mulher se qualificar para emancipar-se política, social e economicamente, trazendo para a realidade das mulheres, os objetivos do feminismo camponês e popular.

Além dessas 3 frentes principais, há a Coordenação, com 12 mulheres responsáveis pela organização da produção e da comercialização. Dentre elas, há as responsáveis pelos fitoterápicos, as responsáveis pelos doces e compotas e as responsáveis pela horta. Na coordenação também organizam as formações, cursos que as mulheres desejam e comunicação com as Universidades parceiras para a realização dos encontros.

Figura 18- Frentes responsáveis pelas ações do Coletivo de Mulheres Raízes da Terra



Fonte: da autora, 2021.

1. **Horta:** Ao todo, 8 mulheres se reúnem para os trabalhos na horta semanalmente (trabalhos de plantio, rega, colheita, poda) e são remuneradas²³. Se reúnem também nos cursos e formações voltadas às práticas agroecológicas e outras temáticas que a envolvem; possuem certificação de horta desde sua implantação (há 7 anos) pela Orgânicos Sul de Minas²⁴. Almejam atender o Sistema Único de Saúde (SUS), através da Farmácia Viva, que está tendo sua infraestrutura

²² As místicas são espaços culturais presentes no MST. São realizados leitura de poemas, encenações, música, ou outras atividades culturais.

²³ A remuneração das mulheres que trabalham semanalmente na horta é custeada pelo Movimento. Realizam 4 horas de trabalho 1 vez na semana e recebem um valor mensal referente as semanas de trabalho. Entendemos que essa remuneração é simbólica, mas que incentiva as mulheres a manter os cuidados e produção da horta. As mulheres que recebem essa remuneração, em entrevista, destacaram que as auxiliam na renda mensal.

²⁴ A Orgânicos Sul de Minas ou Central das Associações de Produtores Orgânicos do Sul de Minas Gerais – é um Sistema Participativo de Garantia SPG/OPAC que une atualmente 15 cooperativas do sul de Minas Gerais. Fonte: Orgânicos Sul de Minas' Flowpage (flowcode.com)

construída. Tem total ligação com a produção dos fitoterápicos e a maioria das mulheres que trabalham na horta, também os produzem.

2. **Fitoterápicos:** Atualmente 12 mulheres se reúnem na produção dos fitoterápicos. Produzem pomadas, xaropes, sabonetes, florais, entre outros produtos. As ervas medicinais utilizadas para o preparo são preferencialmente da horta do coletivo, respeitando o clima e solo da região, com destaque para a camomila. Outras, como barbatimão, são fruto do extrativismo das mulheres do Assentamento de Guapé-MG. A circulação dos produtos se dá principalmente através das feiras livres e Cesta Agroecológica. A fábrica de fitoterápicos (Farmácia Viva) já está em construção, e os recursos foram fruto de luta pelas políticas públicas, através de emenda parlamentar e prefeitura do município. Possuem certificação prévia do espaço pela Agencia Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e assim, anseiam ter uma escala maior de produção com custos mais baixos ao consumidor.
3. **Doces e compotas:** Cerca de 22 mulheres trabalham na produção esporádica de doces e compotas. Possuem uma agroindústria no Assentamento Primeiro do Sul. Possuem certificação pela Agencia Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). São cooperadas na Camponesa e a circulação dos produtos se dá através de feiras livres, Armazéns do Campo e Cesta Agroecológica²⁵. As reuniões e encontros ocorrem no Assentamento Nova Conquista II, local onde também está localizada a horta. Em um dos trabalhos de campo onde realizamos uma roda de conversa, notamos que muitas mulheres que participam

²⁵ As Cestas Agroecológicas do Quilombo Campo Grande iniciaram em 2020 com distribuição de alimentos produzidos no Acampamento como alternativa de escoamento da produção dos assentados e acampados pela impossibilidade de comercialização nas feiras livres ocasionada pela pandemia da Covid-19.

principalmente das ações da horta, moram nos acampamentos próximos (Irmã Dorothy e Rosa Luxemburgo).

Figura 19 - Mulheres do Coletivo trabalhando na Horta



Fonte: Setor de comunicação do MST, 2021.

Figura 20- Mulheres do Coletivo em uma das reuniões e mística no espaço coletivo do Assentamento Nova Conquista II



Fonte: Mariana Jaimes, 2020.

O território do Quilombo é complexo de terras de difícil locomoção sem automóvel, o que dificulta a participação das mulheres em reuniões, por exemplo. Assim, as mulheres buscam se organizar coletivamente em quem mora próximo e pode dar caronas. Também se organizam em transportes coletivos para poderem participar das reuniões:

Figura 21- Mulheres do Coletivo com meios de transporte coletivo para ações



Fonte: Setor de comunicação do MST, 2021.

Atualmente, a agroindústria para beneficiamento dos doces e compotas permanece no Assentamento Primeiro do Sul e o viveiro, local onde também está consolidado o espaço das mulheres beneficiarem as ervas, xaropes e fitoterápicos, inserido no Assentamento Nova Conquista II.

Nota-se que os espaços são construídos em áreas de assentamentos, ou seja, nos territórios já consolidados. Isso é também uma estratégia para que não haja o risco da destruição, como houve com a Escola Eduardo Galeano, em 2020.

Apesar de hoje possuir 50 mulheres trabalhando no Coletivo, a coordenadora do Coletivo, que foi também uma das idealizadoras, estima que cerca de 200 mulheres já passaram de alguma forma pelas discussões e ações do Coletivo nesses 10 anos.

A geração de renda é ainda muito baixa. O escoamento dos produtos principalmente fitoterápicos, vem caminhando para a profissionalização e padronização. Em parceria com a UNIFAL-MG e da emenda parlamentar que foi gerida pelo Programa de Extensão, “Semeando a terra” os professores e bolsistas do curso de Farmácia, realizaram cursos teóricos e práticos para as mulheres entre 2020 e 2021, dos quais alguns módulos foram adiados, até conseguirem de fato, finalizarem o curso:

Figura 22- Mulheres do Coletivo no curso de fitoterápicos na UNIFAL-MG



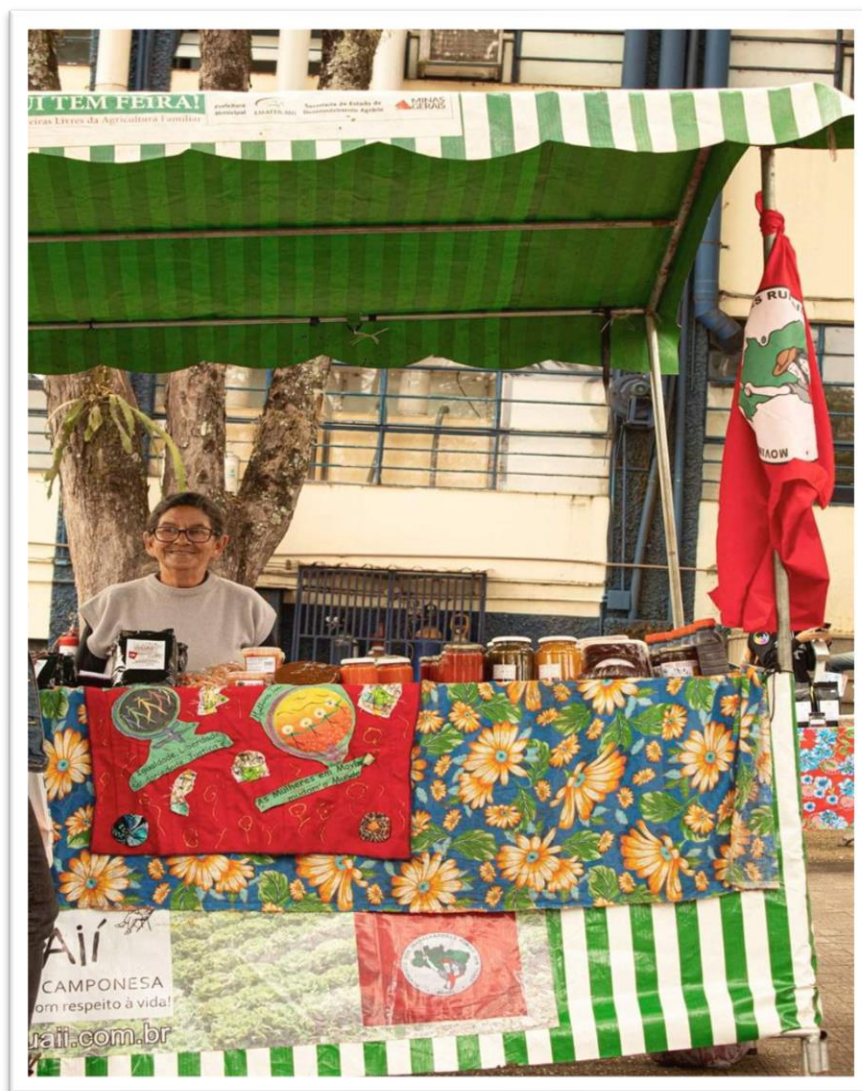
Fonte: Setor de comunicação do MST, 2021.

A construção dos módulos dos cursos em que tinha responsáveis os professores e graduandos do curso de Farmácia da UNIFAL-MG, foi também horizontal. No primeiro módulo do curso, os professores e graduandos conheceram a horta das mulheres, as plantas medicinais que obtinham, ouviram seus anseios e desejos e a partir disso, delimitaram alguns produtos mais rentáveis para incluir no curso, com as plantas medicinais que já eram produzidas no ecossistema presente, e que poderiam beneficiá-las. O curso foi finalizado em novembro de 2021, com 4 módulos presenciais, onde 2 deles foram no QCG e 2 na UNIFAL-MG, campus sede de Alfenas- MG.

A comercialização dos produtos do Coletivo de Mulheres Raízes da Terra ocorre pelas Cestas Agroecológicas do Quilombo Campo Grande²⁶ e também em feiras livres locais:

²⁶ As Cestas Agroecológicas foi uma estratégia que o MST adotou para continuar a venda de produtos, já que houve a impossibilidade de permanecerem a comercialização em feiras livres, pelos riscos ocasionados pela pandemia da Covid-19. O funcionamento se dá com a abertura de um formulário online, onde os consumidores escolhem os produtos disponíveis na semana e recebem os produtos em casa. Atendem 6 municípios da região de Alfenas-MG. Anteriormente, comercializam pela Feira Agroecológica da Unifal-MG (FACU) que ocorria dentro da Universidade Federal de Alfenas-MG.

Figura 23- Mulheres na comercialização na FACU (Alfenas-MG)



Fonte: Setor de comunicação do MST, 2021.

Dolores comercializando os produtos do Coletivo de Mulheres na feira livre de Campo do Meio-MG

Figura 24- Mulheres na comercialização em feira livre de Campo do Meio-MG



Fonte: Setor de comunicação do MST, 2021.

A comercialização é realizada pelas próprias mulheres que estão à frente das tomadas de decisões, negociações e preços. Nas Cestas, elas comercializam pelo Coletivo uma diversidade de produtos, entre eles, produtos frescos, beneficiados e mudas:

Quadro 6- Produtos do Coletivo de Mulheres Raízes da Terra nas CQC

(Continua)

Produtos frescos	
Alecrim do campo	Folha de louro
Alecrim	Folha de goiaba
Assa Peixe	Folha de laranja
Babosa	Folha de limão
Boldo do Chile	Folha de manga
Camomila fresca	Folha de maracujá
Camomila desidratada	Folha de eucalipto

Quadro 7- Produtos do Coletivo de Mulheres Raízes da Terra nas CQC

(Conclusão)

Produtos Frescos	
Poejo	Folha de amora
Tomilho	Folha de capebe
Capuchinha	Mil folhas
Peixinho da horta	
Capim cidreira desidratado	Penincilina
Capim cidreira fresco	Hortelã fresca
Menta fresca	Hortelã desidratado
Menta desidratada	Lavanda brasileira
Margaridão	Malva
Produtos beneficiados	
Sabonete barbatimão	Tintura Mil ramas
Sabonete de lavanda e gerânio	Tintura de lavanda
Xarope de guaco	Tintura Sete Sangria
Gotas digestivas (Composto de ervas amargas)	Tintura Mão de Deus
Escalda pés (ervas desidratadas e sal marinho)	Tintura Arnica
Extrato de própolis	Tintura Ipê Branco
Floral de Camomila	Tintura manjeriçã
Mudas	
Alecrim	Agrião d'água
Tomilho	Sálvia
Hortelã felpudo	Menta
Hortelã fresca	Mil ramas
Manjeriçã	Poejo
Capim cidreira	

Fonte: Cestas Agroecológicas do Quilombo Campo Grande. Elaboração da autora, 2021

Apesar da diversidade de produtos agroecológicos disponíveis semanalmente nas cestas, incluindo Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC), a venda e renda tirada dessa comercialização ainda é baixa. Isso pode ocorrer pela padronização alimentar promovida pelo capitalismo, tornando produtos *in natura* desconhecidos e produtos industrializados e ultra processados a base da alimentação da maior parte da população (McMICHAEL, 2016). Mas também porque um circuito curto de produção ainda em construção demandando tempo para se consolidar.

A geração de renda, a partir do escoamento da produção ainda é uma dificuldade das mulheres do Coletivo. Ela é fundamental para a mulher ter sua autonomia, como trouxe a coordenadora do Coletivo: “*Se você tem renda você pode escolher pra onde ir*”, mas as mulheres tem caminhado para isso, se profissionalizando, construindo, se certificando para inserção no mercado. Mas no combate à violência no campo, e na inserção política das mulheres, vem consolidando-se cada vez, para ela “*nós [coletivo] temos um saldo bem maior que a geração de renda*” (em entrevista, 2021)

Dorcelina, compreende que o trabalho exercido pelo Coletivo, promove:

Além do objetivo de gerar renda dessas mulheres e independência, é também a gente partilhar desse conhecimento, das dores e das angústias, superar juntas. Esse coletivo é uma renovação das mulheres. Jamais uma mulher quando ela é incluída é só com o objetivo de gerar renda, mas é de pensar a vida. É ver o quanto nosso trabalho é importante, o quanto a gente consegue pensar, enquanto a gente pode estar em qualquer espaço, seja ele de fala, seja ele de trabalho, seja ele de produção. E o direito de receber um recurso com isso, direito de fazer o que ela sonha com seu dinheiro. Isso é um direito da mulher (Em participação de aula, 2021).

Nos cursos em que estivemos presentes, os temas e diálogos variavam sobre: capitalismo, patriarcado, violências, feminismo, agroecologia, independência financeira, economia feminista, mensuração de renda invisível que produzem em seus quintais agroecológicos, etc.

Ao participar desses debates, as mulheres começam a se perceber enquanto sujeitos políticos e a compreender e valorizar o trabalho produtivo e reprodutivo que desenvolvem, refletindo em seu núcleo familiar e sua relação com a sociedade. Passam a se entenderem enquanto sujeitos políticos, a pensar em sua autonomia financeira e política, enquanto buscam compreender e enfrentar a sociedade capitalista-patriarcal.

Esse fato, faz com que alguns dos companheiros (maridos e homens no geral) não aprovelem a participação de suas companheiras no Coletivo e/ou que não

compreendam a necessidade do rompimento com essas relações. Isso pode ocorrer indiretamente, quando Dolores menciona que desde o início da elaboração, os companheiros viam o Coletivo como um espaço de “fofoca”, em que as mulheres se reuniam para falar mal de seus maridos, ocasionando na não participação da mulher para evitar conflitos, ou na sua participação e geração de conflitos diretos, como o caso relata por Dorcelina, em que o marido queria agredir a esposa que participava das reuniões e que elas precisaram interferir.

A gente mulher, quando a gente tem consciência do que somos nós, do onde quer chegar, a gente faz primeiro a apresentação do espaço. Porque pra nós não tem espaço. Eu lembro há uns 7 anos atrás que o Coletivo ainda estava se inserindo, que houve umas 2/3 reuniões onde as mulheres não foram convocadas, e aí a gente falou, vamos ocupar esse espaço, porque a gente te muito o que contribuir com a sociedade, e foi lá e ocupou esses espaços [...] ao longo desse tempo teve muitos casos de enfrentamento, a gente teve um caso, que estava no curso, e o marido da mulher arrancou ela de dentro da reunião, foi violento, nos se juntamos, chamamos a polícia. Escondemos ela. Hoje graças a deus ela é uma mulher libertada, quem viu ela antes, não conhece ela mais, do empoderamento dela. E a gente vem fazendo esse papel com os companheiros, chama pra conhecer. E não é fácil. A gente vem quebrando barreiras que ao longo dessa vida, que não é fácil, mas também não é impossível. E as mulheres leva esse conhecimento, esse diálogo com o companheiro, com os filhos pra casa, pra que a gente possa alcançar essa igualdade (Dorcelina, em participação na aula sobre Questão Agrária, Agroecologia e Soberania Alimentar, 2021).

Afirma ainda que

Tem companheira que não consegue chegar no curso porque tem que fazer comida pra levar pro marido, tem outras que não ir no espaço porque ela tem os afazeres da casa, porque não é dividido os trabalhos...mas não é da noite pro dia, é lutando, e levando consciência não só para as mulheres, mas familiar (Dorcelina, em participação na aula sobre Questão Agrária, Agroecologia e Soberania Alimentar, 2021).

A questão da “fofoca” mencionada por Dolores, também abordada em Federici (2018), onde destaca que desde os períodos pré-capitalistas, as mulheres que se envolviam coletivamente com outras mulheres, que mexiam com as ervas e eram curandeiras, eram desprezadas pelos homens e também por outras mulheres. Elas eram lidas como “bruxas” no passado, perseguidas e assassinadas quando se impunham frente ao poder patriarcal. Hoje, as mulheres do Coletivo com consciência dessa disputa ideológica de poder, se autodenominam com orgulho de “bruxas”.

Os temas que são discutidos nas reuniões do Coletivo visam levar a consciência para as mulheres e para o núcleo familiar. Consciência das relações

patriarcais-capitalistas de produção, de ideologia e de cultura, que afasta as mulheres da renda, e as impõem o trabalho produtivo invisível e o fardo de carregar sozinhas o trabalho reprodutivo/doméstico. Ao participarem desses debates e compreenderem essa relação, passam a levar para suas ações e modo de vida, influenciando diretamente no núcleo familiar. A mulher passa então, a não mais aceitar coisas que antes eram vistas como normais e tem uma rede de apoio para dialogar sobre seus problemas e sentimentos. Assim, quando se impõem frente ao poder patriarcal ocupando esses espaços políticos, exercem uma disputa de poder, de território material e imaterial, gerando conflitualidades e conflitos.

Também é comum que considerem o trabalho como uma atividade ocupacional, como descrito por Safiotti (2013). Algumas mulheres principalmente as que já tem filhos mais velhos e os maridos que trabalham no lote o dia todo fora, se sentem muito sozinhas e veem nesses momentos de partilha, um momento de lazer e distração. Para Dorcelina, os trabalhos desenvolvidos por elas rompem também com o individualismo e incentiva que as mulheres partilhem seus conhecimentos e anseios:

Nos mutirões a gente tira tanto conhecimento de vida, angustias, vontades, desejos sonhos e que coletivamente a gente pode contribuir. Para nós é enriquecedor. Por que na forma individual de viver a gente não para pra ouvir os sonhos, e as mulher sofre muito nesse sistema capitalista, onde o salário maior é do homem, mas quanta coisa a mulher não pode fazer? Educação, alimento... e isso não é reconhecido como trabalho, ou como conhecimento. isso não é nada, o trabalho é pegar um transporte, ir pra rua, pegar fila... isso é tido como trabalho.

Entende-se, portanto, o Coletivo de Mulheres “Raízes da Terra” no Quilombo Campo Grande, como uma unidade/ação política que desde sua formação já tinha o viés “além do monetário” termo esse, sempre ressaltado pelas coordenadoras em reuniões e encontros em que vivenciamos. É não só um espaço político, uma territorialidade, mas também, um espaço de socialização e de lazer no qual elas se encontram enquanto agentes de sua classe, ligadas e envolvidas pelo mesmo tema, isto é: a luta pela terra, passa a inseri-las politicamente nos espaços coletivos e em seus lotes, sua família e seu meio social.

Figura 25- Trabalho ocupacional e de partilha desenvolvido pelas mulheres do Coletivo



Fonte: Gabriela Xavier, 2021

Ao se propor continuamente a esse debate político e de partilha de conhecimentos, o Coletivo já cumpre com dois de seus objetivos, que são a participação das mulheres, sua formação militante e a conscientização do capitalismo-patriarcado, bem como, outras formas de produzir e agir.

Assim, as mulheres do Coletivo exercem uma espacialização e uma territorialização. Se espacializam ao delimitar seus espaços políticos, e se territorializam quando se colocam no enfrentamento com as ideologias e cultura patriarcal-capitalista, propondo e agindo para seu rompimento, em que exercem também constantes conflitualidades.

O MST enquanto um movimento político que atua no campo, sendo um movimento misto, maior do Brasil, ao se propor romper com essas violências, dá um grande passo não somente contra o capital, mas também contra o patriarcado, buscando

findar a exploração e violência contra a mulher e a inseri-la enquanto sujeito político na luta pela terra e por sua autonomia.

Para finalizar esse tópico, deixamos um registro da “matriarca” do Coletivo com a análise política do que o Coletivo de Mulheres representa, bem como, alguns registros das mulheres que participam atualmente do Coletivo, seus desejos, experiências e motivações.

Em seguida, buscaremos abordar como a agroecologia está presente no Acampamento Quilombo Campo Grande e o papel que esse modelo de desenvolvimento representa para as mulheres.

Figura 26- Dolores e sua análise sobre o Coletivo de Mulheres Raízes da Terra



Dolores

O Coletivo ajuda melhorar a participação das mulheres porque quando nós temos as aulas, com os temas, sempre ali intercalado vai ter a política. Política social. Política econômica. Então de pouco a pouco, essa mulher vai tomando posse da cidadania dela.. Ela vai entendendo porque ela nunca soube. Vai se politizando, tendo consciência, tendo posse de cidadania.

O coletivo tem esse papel, do conhecimento, da renda, da partilha e da libertação do direito, porque nosso sistema nos criou pra ser cego surdo e mudo. Hoje nós temos muitas mulheres que infelizmente não tem estudo só sabe ouvir e não tem uma opinião própria... (Dorcelina, em entrevista, 2021)

O que eu mais gostava foi o conhecimento das ervas... antigamente meus meninos viviam cheio de problema de saúde, gripado... minha casa parecia uma farmácia... agora não, depois que a gente veio, meus meninos nunca mais adoeceram... quando fica, eu dou um xarope caseiro, que a gente faz lá com as coisas da horta (Célia, em entrevista, 2021)

A terra é a vida, você colhe, planta, eu gosto. Você esquece os problemas, tanto de participar do Coletivo e bater papo, quanto de mexer com a terra. (Laudelina, em entrevista, 2021)

Minha terapia é a horta! Eu sou uma pessoa muito fechada, agora, junto com as mulheres que elas tão me colocando pra frente, pra eu conversar, pra mim se abrir [...] (Soledad, em entrevista, 2021)

As mulheres daqui, não dá pra explicar... eu já tive em vários acampamentos, nunca chegou nem na metade das mulheres daqui... porque elas são unidas, sabe? Elas sabem que uma tá com problema, elas vão acompanhar, ajuda no que é necessário. Então aqui pra mim é uma família. E assim... eu tenho mudado bastante, tenho conseguido me abrir... [...] então é assim, uma ajudando a outra, e as meninas me ajudam demais da conta... por isso eu não penso em sair daqui de forma nenhuma. [...] aqui é meu lar, aqui é minha raiz, aqui eu plantei minha estaca e não saio de jeito nenhum (Soledad, em entrevista, 2021)

6.6 POR UMA NOVA SOCIEDADE: A RELAÇÃO DA AGROECOLOGIA NO ACAMPAMENTO QUILOMBO CAMPO GRANDE

Se voltarmos na literatura, tanto Engels (2019), quanto Federici (2017) e Safiotti (2013) apontam que as mulheres historicamente eram as principais responsáveis pelos cuidados domésticos e que incluíam a alimentação. Mesmo com o avanço do processo de acumulação primitiva do capital, com os cercamentos e privatização da terra, a mulher continua exercendo essa função. Os homens, devido a ideologia patriarcal-capitalista voltam-se às grandes culturas e criação de animais de grande porte.

As mulheres destinadas aos serviços domésticos, que se estendem também em alimentar sua própria família, cultivam hortas e animais de pequeno porte ao redor da casa.

Rosset e Altieri (2019) apontam, como após a Revolução Verde, o modo de produção capitalista baseado na monocultura, insumos químicos e mecanização intensiva, passa ser cada vez mais centrado no homem. É o homem quem maneja os maquinários, que planeja o que produzir, que faz as compras e aplica os insumos químicos e quem recebe os lucros da produção.

Assim, a agroecologia, prática que retorna principalmente no meio acadêmico, quando sentido os impactos da Revolução Verde, e passam a resgatar e a valorizar os conhecimentos tradicionais exercidos pelos camponeses, indígenas e quilombolas, sobre solo, água, sementes, adubação, técnicas de cultivo, valorização da fauna e flora local. Nesse sentido, o modo de produção agroecológico, valoriza o saber ancestral, a natureza local e insumos internos, promovendo a soberania alimentar e autonomia camponesa (PLOEG, 2008; ROSSET, ALTIERI, 2019, MOLINA et. al. 2021; ALTIERI, 1998).

A defesa do modelo de desenvolvimento agroecológico, que valoriza a proteção, preservação e produção desenvolvida milenarmente pelos povos indígenas, camponeses e quilombolas, portanto, retorna como um enfrentamento ao modelo de desenvolvimento capitalista e passa a disputar também um campo político. Assim, a agroecologia não é considerada apenas um conjunto de técnicas, mas como Ciência, Prática e Movimento (WEZEL et. al., 2009)

A aplicação da agroecologia enquanto modo alternativo de produção, se propõe os seguintes práticas: a) valorização de insumos locais (solo, adubo, plantas nativas, etc), evitando a dependência de insumos externos; b) preservação e regeneração dos recursos naturais (água e solo); c) aumento da diversidade de fauna e flora enriquecendo a dieta alimentar das famílias; d) resgate e preservação dos cultivares genéticos de sementes crioulas, exercendo importante tarefa para a humanidade e) fortalecimento não somente a família, mas a comunidade, incentivando a relação com mercado e movimento (ALTIERI, 1992)

Se no modo de produção capitalista-patriarcal, o trabalho feminino tanto produtivo quanto reprodutivo é invisibilizado e desvalorizado, na agroecologia, abrangendo a família como uma unidade econômica, há essa valorização e proposição do rompimento com a hierarquia familiar, onde o homem é centrado na produção e a mulher na reprodução. É o reconhecimento de que historicamente as mulheres estiveram à frente da produção, coletando sementes, plantando, colhendo e alimentando. A

agroecologia além de valorizar o trabalho ancestral feminino, é a possibilidade de promover uma produção diversificada, envolvendo a responsabilidade e tomada de decisões de todos os membros da família (ROSSET, ALTIERI, 2019)

Como apontado por Molina et al. (2021):

La perspectiva de genero es imprescindible para poder avanzar en la transicion hacia un nuevo regimen alimentario. La division sexual del trabajo, propia del patriarcado, constituye una de las formas mas primitivas de desigualdad. En las sociedades de metabolismo industrial se ha reformulado sobre la escision radical entre el trabajo productivo y el reproductivo (p. 170, 2021)

É compreendendo essa relação da agroecologia com a perspectiva de gênero, que o MST vem assumindo enquanto um modo de produção e uma estratégia de existência desde a década de 1990, por influência também da *La Via Campesina* que compreende o modo de produção agroecológico como enfrentamento direto ao capital, e o rompimento com as relações capitalistas-patriarcais, promovendo a soberania alimentar dos povos e um modelo de desenvolvimento que valoriza o trabalho produtivo e reprodutivo feminino.

A rede agroecológica consiste também na luta por mercados e preços justos, papel que a nível nacional o MST desempenha, e a *La Via Campesina* a nível internacional, lutando principalmente pela soberania dos povos, garantia de bem-estar social e ambiental, e de alimentação saudável do campo e da cidade.

É através da agroecologia também, que durante a pandemia da Covid-19, o MST aumentou suas hortas para doações de alimentos em Ações de Solidariedade que já se somam mais de 5 mil toneladas de alimentos doados em ações de solidariedade no território brasileiro (BRASIL DE FATO, 2021).

O Quilombo Campo Grande, também realizou ações de solidariedade durante a pandemia da COVID-19, realizando doações de alimentos agroecológicos para a cidade:

Figura 27- Ações de solidariedade durante a pandemia no Quilombo Campo Grande



Fonte: Setor de comunicação do MST, 2021.

É fato que romper com o modo de produção capitalista-patriarcal, através da agroecologia e do feminismo camponês popular, é um dos objetivos do MST. Todavia, ainda é uma realidade que leva tempo e conscientização para se consolidar.

O modo hegemônico de produção capitalista é permeado pelo poder ideológico, e isso reflete em toda sociedade, inclusive nos movimentos socioterritoriais. Assim, dentro do MST, que reflete uma sociedade capitalista, ainda existe essa relação de hierarquia e de distanciamento da mulher na tomada de decisões e na produção econômica. A Dirigente Nacional aponta, que:

No setor de produção as mulheres organizam muito a produção agroecológica, se preocupam com o alimento, com a alimentação da família, mas quando a gente vai pra direção das cooperativas, tem pouquíssimas mulheres na direção [nacionalmente]. Isso ainda é um desafio. Porque quando a produção é pra alimentação, pra subsistência, a mulher está sempre mais a frente, mas quando cai no econômico: do arroz, da cana do café, por exemplo, a gente ainda tem o desafio das companheiras dirigir de fato (Direção Nacional do MST, em entrevista 21/07/2021).

Essas informações refletem também os dados do Censo Agropecuário (2017), apresentados anteriormente, que apontam maior presença das mulheres na produção para autoconsumo, e o que certamente está subnotificado, já que o trabalho desenvolvido pelas mulheres nos quintais produtivos raramente é considerado.

Por isso, a centralidade na agroecologia, além de ser essencial para cuidado com sementes, solo, água, preservação de florestas, reflorestamento, etc; ela é importante ao inserir toda a família no trabalho e economia. Assim, a coordenadora do Coletivo,²⁷, destaca que:

[...] foi importante quando o Movimento reformulou nossa tática, e colocou a luta pela terra e pelo desenvolvimento através da agroecologia. A partir da centralidade da nossa luta através agroecologia, que a gente reconhece também nosso papel enquanto mulheres na produção. A agroecologia pra nós mulheres é um reconhecimento desse trabalho que a gente faz. Primeiro na produção de subsistência. Segundo pela própria diversificação da produção no nosso território. São elementos que traz o papel que nós mulheres temos na agroecologia (Coordenação do Coletivo em entrevista, 21/07/2021).

Longe de ser uma responsabilização da mulher sobre a soberania alimentar, sobre os cuidados com a natureza e com a vida, a agroecologia visa descentralizar as terras, o poder do homem e distribuir a responsabilidade e tomada de decisões na família:

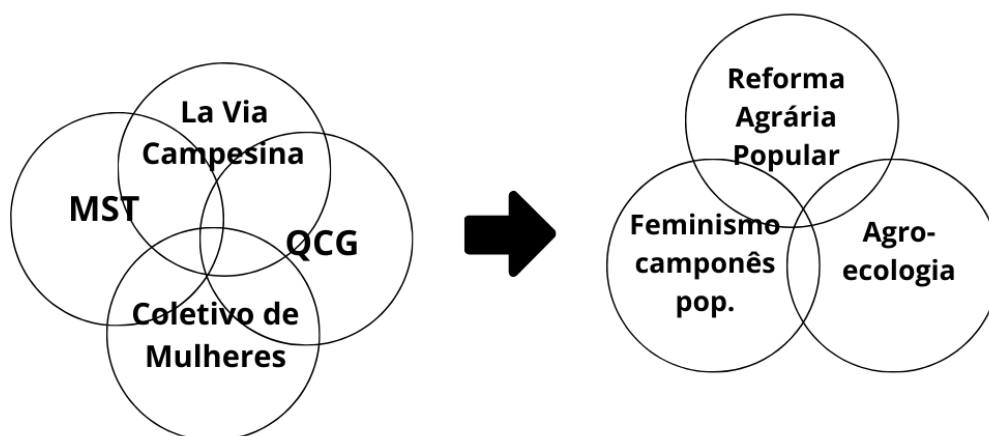
A agroecologia é o desmonte do modelo do agronegócio, justamente porque coloca a família, não nós mulheres. Ela coloca a família no centro de desenvolvimento da própria produção e não o homem, como é no agronegócio. Descentraliza esse papel do homem e consegue colocar o papel que o homem, a mulher e a criança têm no desenvolvimento da produção (Coordenação do Coletivo em entrevista 21/07/2021).

Dessa forma, além de propor o rompimento com o modelo capitalista de produção, garantir a soberania alimentar e a biodiversidade, a agroecologia se coloca enquanto uma grande aliada para findar as desigualdades no campo, trazendo reconhecimento para o trabalho que a mulher desempenha historicamente no ambiente familiar, e social e que economicamente é invisível, apesar de garantir a soberania alimentar da família.

²⁷A entrevista foi realizada em 21/07/2021 virtualmente pela plataforma Google Meet.

É fato que a agroecologia, assim como o feminismo camponês e popular precisa ser massificado no campo e nesse sentido os movimentos socioespaciais e socioterritoriais, como a *La Via Campesina* em escala internacional, o MST em escala nacional, o Quilombo Campo Grande em escala regional e o Coletivo Raízes da terra em escala local, também vem caminhando no mesmo sentido para expansão dos assuntos e ações:

Figura 28- Interação dos movimentos, construções e temáticas:



Fonte: da autora, 2022.

As temáticas que unem em escala local, regional, nacional e internacional como a Agroecologia, Feminismo Camponês Popular em consonância com a Reforma Agrária Popular, demonstram que há um modelo de desenvolvimento que parte dos camponeses e camponesas envolvidos com a transformação social.

As contradições aqui levantadas, fazem parte também de uma análise crítica da realidade. O modelo de desenvolvimento proposto pelos movimentos socioterritoriais, é um modelo contra hegemônico. O modo de produção capitalista e patriarcal ainda é hegemônico, permanece concentrando terras, riqueza, poder e informação que culmina na ideologia dominante de hierarquização, promovendo desigualdades no acesso à terra, a recursos, principalmente à mulher camponesa. Ambos modelos de desenvolvimento (capitalista e não capitalista) disputam poder, territórios materiais e imateriais, espaços políticos e assim, permanecem em constantes conflitualidades.

Os movimentos socioterritoriais, que são parte da sociedade e não uma bolha fora dela, também refletem essa ideologia e modo de produção patriarcal-capitalista. Todavia, vêm buscando superar tais contradições, caminhando, no trabalho de “formiguinha”, e disseminando a agroecologia, a solidariedade, a família enquanto unidade produtiva e econômica, a emancipação política e financeira feminina. Unidos com essa escalaridade de objetivos nacionais e internacionais, desenvolvem metodologias e estratégias para a ampliação de seus objetivos.

A seguir, pontuaremos duas experiências realizadas no sentido de construir e fortalecer esses debates do feminismo e da agroecologia, no Quilombo Campo Grande: a aplicação da metodologia da Caderneta Agroecológica, desenvolvida por mulheres camponesas e que foi experienciada pelas mulheres participantes do Coletivo, e a experiência da comercialização nas Cestas Agroecológicas do Quilombo Campo Grande, que é também uma estratégia política desenvolvida pelo movimento em escala nacional.

6.6.1 Cadernetas agroecológicas

Na tentativa de dar visibilidade ao trabalho desenvolvido pelas mulheres nos quintais produtivos, recentemente as mulheres camponesas do Centro de Tecnologias Alternativas (CTA) Zona da Mata, desenvolveram uma metodologia chamada “Cadernetas Agroecológicas”. Como um instrumento político-pedagógico, as cadernetas funcionam com um acompanhamento técnico para anotações diárias dos quintais que essas mulheres cuidam. Elas devem anotar o que foi: 1) consumido; 2) trocado; 3) vendido ou 4) doado. A partir dessa periodicidade, de pelo menos 1 ano de anotações rigorosas, temos a contabilização do que é chamado “renda invisível”, essa renda que é obtida pelas mulheres a partir do que não se compra porque é produzido, mas são invisibilizadas pela ideologia patriarcal-capitalista (TELLES, et. al, 2021).

A partir do conhecimento dessa metodologia, surgiu o desejo em experienciar e contabilizar a renda invisível das mulheres, visto que a economia feminista e solidária é também um dos objetivos do feminismo camponês e popular, e que esse já vem sendo debatido pelas mulheres do MST, incluindo as mulheres do Quilombo Campo Grande.

A metodologia das cadernetas foi produzida pelo CTA e é uma experiência que vem sendo expandida em diversas regiões do país. Todavia, não teríamos tempo hábil, já que o tempo do levantamento leva 1 ano, além do contato com o CTA para disponibilizar as cadernetas originais, formação e acompanhamento técnico para

As coordenadoras do Coletivo, já vinham trabalhando com a temática e introduzindo no conhecimento das mulheres a existência dessa metodologia, bem como, formações e reuniões onde eram trabalhadas a temática da economia feminista e solidária, juntamente com os diálogos sobre o feminismo camponês e popular.

Em um dos trabalhos de campo realizado em 2021, nos propusemos a levar as folhas impressas elaboradas a partir das cadernetas agroecológicas para as mulheres do Coletivo e realizar uma formação sobre a origem da metodologia, seus objetivos e forma de anotação. Passamos um vídeo²⁸ explicativo elaborado também pelas mulheres do CTA e dialogamos com as mulheres sobre a importância das anotações diárias.

Todavia, identificamos nessa experiência os nossos limites no acompanhamento técnico das mulheres que iriam participar dessa experiência, bem como outras problemáticas.

O primeiro desafio identificado, foi na aceitação da caderneta: de cerca de 15 mulheres a quem entregamos as cadernetas, somente 2 mulheres anotaram pelo período de 3 meses.

As coordenadoras envolvidas na aplicação, relataram quando participaram da aula sobre Questão Agrária e Agroecologia e Soberania Alimentar, em 2021 que:

A caderneta serve pra conseguir visualizar a contribuição das mulheres dentro de suas casas, dos seus quintais. E nisso a gente consegue introduzir os cursos de capacitação. As dificuldades é que são diferentes mulheres, desde mulheres que tem conhecimento de números e letras até as mulheres que tem dificuldade em escrever. E pra isso dar certo [metodologia] tem que ter essa sistematização. Então, um pé de alface, por exemplo.... essas mulheres fazem essa vida cotidiana e muito naturalmente, então lembrar que tem que anotar a cebolinha que pegou do quintal... é algo que não é fácil. Como as trocas, é muito comum e cotidiano. Então conseguir sistematizar isso, é uma dificuldade.

Outra coordenadora que também acompanhou a aplicação da caderneta relata sobre as dificuldades das mulheres em anotar:

A dificuldade eu falo pela experiência da minha mãe, por exemplo, ela tem leitura sabe escrever, mas quando a gente vai fala pra ela que tem que ter esse acompanhamento, é uma coisa nova, principalmente pra quem é camponês desde que nasceu, mas é também uma coisa que tem que aprender.

Assim, em leituras, diálogos e reflexões identificamos alguns desafios a serem superados para a aplicação concreta da metodologia das cadernetas agroecológicas:

²⁸ [COMO UTILIZAR A CADERNETA AGROECOLÓGICA? - YouTube](#)

- 1) Nem todas mulheres são alfabetizadas, o que demandaria ajuda de algum familiar alfabetizado para a anotação, que contribuiria também ao letramento da mulher, ou outra forma de anotação, utilizando símbolos, cores, etc;
- 2) As mulheres possuem dificuldades em “dar preço” aos produtos, já que é muito comum essa relação da doação e troca de alimentos no campo, assim, precisaria de uma pesquisa em que considerasse os produtos disponíveis nos quintais e os preços que seriam comercializados no mercado, além de uma formação ou construção de uma tabela de padronização em que as mulheres pudessem consultar em caso de dúvidas;
- 3) É cotidiano do campo doar, trocar e consumir o que dificulta na criação do hábito, levando tempo até se consolidar e romper com esse estranhamento em anotar cotidianamente os produtos;
- 4) É necessário para um levantamento real dessa renda invisível o rigor na anotação, exigindo, portanto, um acompanhamento técnico periódico, semanal ou mensal para que dúvidas fossem tiradas e para que as mulheres fossem estimuladas a anotar.

Compreendemos que essa experiência foi positiva, pois apesar de não resultar em dados tão consolidados, identificou os desafios a serem superados para próximas experiências. Além disso, apresentar à metodologia, realizando as formações, permitiu não somente na reflexão do quão invisibilizado é a produção delas, que por vezes é invisível até para a própria mulher, mas também a reflexão da necessidade de valorar seu trabalho, e no quão diversa é a sua produção, e que é essa, que garante a soberania alimentar de sua família.

Dessa forma, apresentaremos os dados no formato de nuvem de palavras apenas para demonstrar a diversidade que foi produzida por algumas mulheres nesse tempo, não conseguindo mensurar exatamente a renda invisível de todas mulheres que compõe o Coletivo, que era o objetivo inicial da aplicação da caderneta. Todavia, foi um início de uma jornada de trabalhar a renda invisível e o papel que desempenham na produção agroecológica de seus quintais.

Nas figuras (figura 31 e 32) constam as nuvens de palavras com a diversidade produzida por essas 2 mulheres a quem obtivemos acesso em 3 meses de anotações (janeiro, fevereiro, março). A renda média mensal foi de R\$180,00 à R\$350,00. O total

de produtos que constaram nos registros são referentes aos produtos consumidos. Não constaram nos registros os produtos doados, vendidos ou trocados.

Figura 31- Diversidade de produtos do quintal agroecológico de Catarina



Fonte: da autora, 2021.

Figura 32- Diversidade de produtos dos quintais agroecológicos Karolina



Fonte: da autora, 2021.

6.6.2 Cestas agroecológicas Quilombo Campo Grande

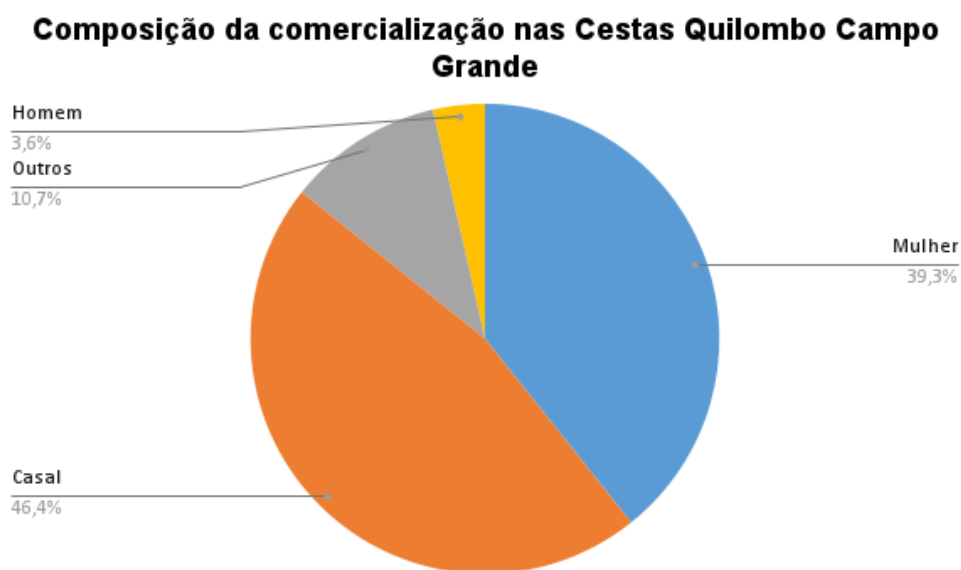
As Cestas Agroecológicas do Quilombo Campo Grande compõem uma experiência de comercialização que nasceu na pandemia da COVID-19 e que o MST nacionalmente vem incentivando. Seu funcionamento se dá através de redes sociais e formulários onde o consumidor pode escolher os produtos que deseja e receber à domicílio. Atendem alguns municípios da região promovendo além da geração de renda através dos circuitos curtos de produção, a soberania alimentar do campo e da cidade.

Todas famílias que comercializam na Cesta possuem certificação pela associação Orgânicos Sul de Minas ou estão em transição agroecológica (SALVATERRA, 2021).

É por aqui também que o Coletivo de Mulheres Raízes da Terra comercializa seus produtos. Mas a contribuição das mulheres não permanece apenas na produção dos fitoterápicos. Seus conhecimentos ancestrais, partilhados e aprendidos nos cursos, formações e mutirões do Coletivo, incentivam a aplicar as técnicas agroecológicas e as estimulam a comercializar os produtos de seu núcleo familiar.

Os dados da composição dos camponeses e camponesas que comercializam seus produtos nas Cestas Agroecológicas demonstram que há, internamente o anseio do MST e do Quilombo Campo Grande em inserir a família enquanto uma unidade de produção econômica:

Figura 33- Distribuição da comercialização das Cestas do Quilombo Campo Grande



Fonte: ²⁹Planilha de comercialização Cestas Agroecológicas, 2022. Elaboração: da autora

Sendo boa parte dessa comercialização (39,3%) somente realizada por mulheres. Enquanto casais compõem 46,4% da comercialização e homens apenas 3,6%. Incentivar as famílias e mulheres, auxilia que essas, percebam o trabalho desenvolvido por elas enquanto nos quintais agroflorestais e agroecológicos, enquanto um trabalho.

²⁹ Planilha sobre produtores e produtoras que comercializam nas Cestas Agroecológicas. Acesso cedido pela agrônoma responsável pelas visitas técnicas às famílias.

Soledad, uma das mulheres camponesas entrevistadas que participa do Coletivo e comercializa seus produtos pela Cesta, é uma dessas mulheres que aprendeu a cultivar com o MST:

Foi aqui [Movimento] que eu aprendi tudo [...] foi muito interessante... dali eu já percebi que eu podia tirar meu sustento da terra” [tinha uma terra menor e coletiva] “quando cheguei aqui e vi esse mundão de terra, falei meu deus!” (Soledad, em entrevista, 2021)

Ela veio das periferias urbanas, sem saber produzir e chegou até o Movimento. Hoje, todo o seu quintal é produtivo e agroecológico. Com adubação orgânica, sementes selecionadas por ela mesmo, há produção de milho, feijão, amendoim, legumes, tubérculos, hortaliças, frutas e uma infinidade de diversidade. Apesar de ter um companheiro que a ajuda as vezes, a maior parte do tempo, é ela que exerce todas as funções:

Figura 35- Soledad e seu quintal produtivo



Fonte: Gabriela Xavier, 2021

Outra mulher que veio do urbano e não tinha tido nenhuma relação com a terra, foi Célia. Exercendo trabalhos domésticos e de cuidado também nas periferias urbanas, Célia chegou ao Movimento. Nos cursos, capacitações e mutirões realizados pelas mulheres do Coletivo, foi aprendendo e se desafiando a produzir. Hoje, com sua família, Célia também comercializa produtos na Cesta e na feira livre de Campo do Meio. Em

conjunto com sua mãe, elas estão à frente das tomadas de decisões, na comercialização e negociações.

Figura 36- Célia e seu quintal produtivo



Fonte: Gabriela Xavier, 2021

La na horta são todas minhas sementes, algumas eu comprei, outras ganhei dos meus amigos que compartilharam as sementes comigo e eu cultivei, deixei algumas pra poder tirar as sementes, e a minha horta hoje, é produzida com a minha semente, que eu fui juntando e criando (Célia, em entrevista, 2021).

Antes eu gastava bastante com verdura, hoje eu já não gasto mais... quando dá eu aproveito, eu vendo, eu doo, eu dou pros meus bichos, eu troco com a minha mãe, com a minha vizinha (Célia, em entrevista, 2021)

Nem tudo são flores, ainda sem conquistar o território material e acessar as políticas públicas, os acampados correm riscos ao investir suas economias e não terão nenhuma garantia ou segurança por parte do Estado. Suas únicas chances são continuar na luta, tentando. Célia, já havia chegado com seu marido e seus 4 filhos no período da reintegração de posse. Passou por um traumático despejo de sua casa e ao conseguir junto com sua família novamente um lote, investiram suas economias no café. Todavia, em julho de 2021, houve uma forte geada que atingiu o Sul de Minas Gerais, e muitos camponeses perderem suas produções, inclusive Célia e sua família, que nos relatou plantaram 8 mil pés de café e a geada matou:

Toda a economiazinha que a gente tinha a gente investiu nessa casinha e no café, e a geada matou... ele [o marido] chorou muito... ele trabalhava demais, trabalhava pra fora e chegava e ia cuidar dos pés de café. Comprou vários adubos orgânicos, tudo orgânico, gastamos muito, e a geada levou” [fala que ela queria que tivesse cercado e comprado 2 vaquinhas, mas ele quis investir no café] – se a gente tratar bem esse café, em 4 ou 5 anos, a primeira colheita a gente não tira muito [dinheiro] mas na segunda tira. [fala do marido, relada por ela].

Célia relata que após a perda dos cafés pela geada, desanimaram e começaram a plantar milho: *“todo mundo ajudou! Os pequenininhos iam arrastando os sacos os grandes cavando e fomos plantando”*. Os milhos que produzem, são para alimentação de aves. Além da horta agroecológica, Célia e sua família comercializam as aves e ela também beneficia os produtos, como pimentas em conserva, temperos, etc.

Laudelina,³⁰ outra de nossas mulheres entrevistadas, também participa do Coletivo e comercializa com seu companheiro nas Cestas. Ela veio do espaço urbano, mas aprendeu a plantar desde criança e retornando ao campo, colocou em prática seus conhecimentos. Aprendeu sobre as técnicas também nos cursos e mutirões e junto com seu companheiro não produzem culturas grandes, somente a horta. Possuem uma diversidade enorme de hortaliças, frutas e legume e comercializam também na feira livre

³⁰ O pseudônimo é em referência à Laudelina de Campos Mello, líder do movimento sindical de Santos na década de 1930, foi pioneira na luta pelos direitos das mulheres empregadas domésticas. Fonte: <https://asminanahistoria.wordpress.com/>

A entrevista foi realizada em 18/11/2021 presencialmente no acampamento Quilombo Campo Grande.

de Campo do Meio, onde ambos participam das tomadas de decisões compartilham a renda.

Laudelina relata o que sente ao retornar ao campo:

Felicidade! Na cidade a gente come as coisas tudo com veneno... aqui não, você planta, colhe sem nenhum veneno... o gosto é outro. Me alimento muito melhor aqui do que na cidade.

Figura 37- Laudelina e seu quintal produtivo



Fonte: Gabriela Xavier, 2021

Um fato interessante relatado por Laudelina, é que ela diz que não sabia sobre os malefícios dos agrotóxicos e que foi aprender, com o “pessoal da saúde” se referindo as mulheres do setor de saúde do MST. Isso demonstra o caráter político exercido pelo Movimento, e sua intencionalidade ao trabalhar essas temáticas com os acampados e em inserir a agroecologia enquanto um modelo de desenvolvimento e de produção.

Outro fator que notamos ao aplicar os questionários no laudo socioeconômico, é como as pessoas sabem que faz mal o uso dos agrotóxicos, a aplicação e consumo de alimentos, só inserem nos lotes e nas culturas que são mais distantes da casa e que geralmente serão destinadas a comercialização. E que, inclusive, a mulher geralmente não participa da tomada de decisões sobre como e o que plantar. Por outro lado, nos quintais, a maioria das pessoas e lugares que tivemos contato, tem a cultura de somente realizar a adubação orgânica, com esterco, ou seja, ao redor da casa, prevalecem os quintais florestais produtivos e agroecológicos, dos quais, geralmente são as mulheres que realizam a manutenção e cuidado diário.

Outro fator que observamos nas vivências e também na aplicação das entrevistas, é que geralmente quando é um casal, é o homem quem deseja ir para o campo, e por vezes, sem condições de comprar uma terra, conhecem e passam a incorporar os sem-terra. Ao adentrar, reconhecem a luta, suas esposas tem a horta e esses espaços políticos como uma atividade também ocupacional e há essa relação para além do território, mas com o lugar, como é o caso de Maria ³¹, em que relata como foi seu companheiro que desejava vir pro campo, e ela “precisava” acompanhar o marido, mas hoje, não se vê fora dali.

Maria é uma mulher de 54 anos, nasceu no Acre e viveu em constante migração. A maior parte dos trabalhos desenvolvidos por ela na cidade, foram como empregada doméstica. Está há 10 anos no Quilombo Campo Grande, participa do Coletivo, comercializa com o seu companheiro nas Cestas e através do seu relato, podemos perceber que apesar dessa dicotomia entre a saudade, ainda há uma forte relação com o lugar:

Aqui é muito bom pra criar filho, tem muita fartura, a gente come uma comida muito pura. Mas eu não me acostumo aqui, por morar longe da minha filha [sua filha mora em Campinas/SP]. Mas eu gosto e agora que está perto de ir viajar pra visitar ela, eu já fico com saudade daqui.

³¹ O pseudônimo é em referência à Maria Cano, pioneira liderança feminina na Colômbia, grevista e operária. Fonte: <https://asminanahistoria.wordpress.com/>
A entrevista foi realizada em 17/11/2021 presencialmente no Quilombo Campo Grande

Figura 38- Maria com seu companheiro em sua casa



Fonte: Mariana Jaimes, 2021.

As falas de Maria também trazem bastante essa insegurança e incerteza da não conquista material e permanente do território:

Ao mesmo tempo que você está feliz e empolgada, você tá sempre com um pé atrás com qualquer coisa que pode acontecer. Ao mesmo tempo que a gente tá feliz aqui, a gente tem esse receio, de perder tudo... as vezes você pensa em construir uma coisa melhor e gasta e pensa né, que vem o trator aí e destrói tudo, e taca fogo [fala da casa da Helen e da escola que foi derrubada]. A gente vai vivendo em cima de uma terra assim, pela fé, porque enquanto eles não falar assim: você foi assentado, você vive pela fé (Maria, em entrevista, 2021)

Apesar de já estarem há 20 anos em uma casa e produzindo na terra, a insegurança e incerteza é um fato recorrente entre os acampados, pois sabem que podem ver suas casas serem derrubadas, suas economias devastadas e suas produções destruídas. Como ocorreu no último despejo de 2020.

Essa relação para as mulheres, que ainda são as que mais exercem o trabalho do cuidado, como saúde, alimentação, higiene, etc; que dão banho nas crianças, que levam

para a escola, que preparam as refeições, ficar sem um teto, talvez seja ainda pior, mais desafiador e mais dolorido, por isso se compadecem com as companheiras que perderam seus lares, e ninguém nunca fica desabrigado. A compaixão e a solidariedade nesses momentos, também são afloradas, assim como a sede pela conquista pela terra e por mostrarem ao campo e à cidade que produzem alimentos saudáveis, agroecológicos e familiares.

Entende-se, portanto, que a experiência das Cestas Agroecológicas proporciona a soberania alimentar do campo e da cidade pois alimento é também político, como apontado por Salvaterra (2021) e além disso, estão alinhados com a perspectiva de gênero, introduzindo famílias e mulheres na comercialização justa e igualitária, buscando promover a autonomia política e financeira dessas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos ao longo do texto, além de teorias, transpor as experiências, vivências e leituras que formaram uma visão de mundo e fizeram com que a pesquisa fosse gerada com horizontalidade entre sujeitos e pesquisadora. A partir da *práxis*, buscou-se construir ao longo de dois anos, uma pesquisa horizontal com as mulheres camponesas a quem dedicamos a dissertação. Com a participação em mutirões, reuniões realização de trabalhos de campo com duração de uma semana e principalmente, após vivenciar um despejo das famílias acampadas, pôde-se compreender enquanto ser político e coletivo.

As reflexões aqui apresentadas, portanto, partem de uma visão de mundo, que é também uma escolha política exercida através da pesquisa militante. Quando escolhemos introduzir no primeiro capítulo a questão histórica da opressão das mulheres, já assumimos a perspectiva política que esse buscaria ter. Trabalhar com o conceito de patriarcado, pesquisar e propaga-lo nada mais é do que encarar as algemas que nos oprimem, e encarando-as de perto, facilita seu rompimento. O conceito de gênero, por sua vez, é amplo e poderia não dar essa conotação política ao campo de nosso estudo.

Cabe destacar que a amplitude do conceito e da questão de gênero não foi enfatizada no presente trabalho pois partimos da realidade do nosso estudo local, onde todas as mulheres participantes são cisgênero, ou seja, nasceram e se identificam enquanto mulheres. Assim, entendemos que não caberia na presente pesquisa nos aprofundar em demais assuntos. Todavia, compreendemos que a origem da exploração é a mesma, aquela que privilegia e centraliza o poder sob o homem-branco e que explora e oprime os outros corpos que não se encaixam nesse campo ideal.

Ainda no início da pesquisa, buscamos compreender como a família e a religião foram modificadas e construídas para auxiliar na consolidação do sistema patriarcal capitalista-, o que parecia até então ter como solução para acabar com a opressão da mulher, acabar com a família e criminalizar a religião. Todavia, ao compreender que é possível disputar um outro modelo de desenvolvimento, contrário ao patriarcal-capitalista, entendemos que nem família, tão pouco a religião precisaria ser rompida, mas modificada para um modelo de desenvolvimento que buscasse romper com as opressões e explorações. Experiências cubanas ³², que introduziram a agroecologia

³² Vide, por exemplo, o método de Camponês a Camponês (ROSSET, ALTIERI, 2019).

como modelo central de produção, obtiveram modificações positivas na descentralização do poder sobre o homem, já que a família, compreendida como uma unidade econômica produtiva permite a participação de onde homens, mulheres, crianças, jovens e idosos participam no processo produtivo e tomada de decisões. Por meio da agroecologia, há essa descentralização do poder sobre o homem e há a inserção do núcleo familiar no processo produtivo, social e econômico.

O mesmo ocorre com a religião, quantos sem-terra e sem teto se organizam em movimentos a partir da teologia da libertação? No nosso território de estudo, por exemplo, diversas mulheres relataram como conheceram o MST pela igreja. Então, mesmo que haja as problemáticas sobre a religião, é a partir dela que muitas famílias chegam aos acampamentos e inserem-se na luta pela reforma agrária e pela vida digna.

Os fatos históricos da luta das mulheres no espaço urbano brasileiro, demonstrou como em um mundo globalizado, os eventos as refletem se espalham como ondas. Se as mobilizações das mulheres foram marcadas inicialmente pelo direito ao voto, com a intencionalidade da classe burguesa, essas, unidas com sua classe, sendo exploradas nos chãos das fábricas, compreendem ao longo do tempo que havia diferenças de opressões e explorações. Não bastava, portanto, ter direito ao voto, se continuavam a ter subempregos, receber menos que os homens, com dupla e tripla jornada, o que a mulher da classe burguesa não entenderia, tão pouco lutaria, já que ela também se beneficiava. Precisariam, portanto, as mulheres da classe trabalhadora estarem unidas e organizadas com sua classe e para além dela, que precisariam lutar pelos seus direitos, pois apesar de compor essa mesma classe, seus companheiros de luta não sofriam as opressões, ao contrário, se beneficiavam também do patriarcado. Assim, as mulheres conquistam pouco a pouco seus espaços políticos e travam lutas contra o modelo patriarcal e capitalista de desenvolvimento.

O que percebemos ao longo da pesquisa, é que as lutas das mulheres trabalhadoras tardaram a chegar no campo e além disso, a luta das mulheres camponesas foram historicamente apagadas. De Dandara dos Palmares à Elisabeth Teixeira percebemos que as mulheres quilombolas, indígenas e camponesas estavam sim a frente das lutas. Desde a luta contra a escravização do povo negro até a luta contra os latifundiários modernos. Todavia, apenas no século XXI³³, as mulheres camponesas

³³ Há a corrente do Ecofeminismo que teve como pioneira a indiana Vandana Shiva e que foi massificado a partir da década de 1970. Todavia, consideramos que ao trabalhar com um movimento socioterritorial que une mulheres principalmente envolta da luta pelo território e pela soberania

elaboram uma corrente do feminismo que as envolva, com o feminismo camponês popular, os movimentos se organizam na luta contra as explorações e opressões da mulher e da classe camponesa. Em uma luta anticapitalista, antirracista e antipatriarcal, o feminismo camponês popular busca envolver as mulheres indígenas, quilombolas e camponesas em uma luta por outro modelo de desenvolvimento, que envolvendo a família na produção, da visibilidade ao trabalho desenvolvido por elas no campo, promove outro tipo de relação com a natureza e com a sociedade, e assim, permite sua inserção política, social e econômica.

As especificidades da luta da mulher camponesa, é que além de lutar contra as opressões e explorações, ainda precisam lutar pelo seu território. Seu território, significa o teto e o sustento de sua família. É o chão que os dá alimento, água e moradia. Assim, para travar essa batalha precisam estar unidas com a sua classe. Os movimentos socioterritoriais mistos, envolvendo homens, mulheres, crianças, jovens e idosos, como MST, exigem que a mulher esteja inserida para massificar a luta comum, que é a reforma agrária popular. Mas, de nada adianta se inserirem na linha de frente dos conflitos com seus filhos, se colocando em risco, se a sua classe não compreende a invisibilidade de seu trabalho, se seus companheiros ainda consideram os trabalhos historicamente realizados por essas, como um mero auxílio e se elas não estão inseridas nas tomadas de decisões e não participam politicamente das propostas. Ao compreender isso, as mulheres camponesas travam outra luta: a do território imaterial, aquele que estará em disputa com a ideologia hegemônica patriarcal-capitalista propagada também dentro dos movimentos. Assim, passam a “lutar dentro da luta” para inserirem suas pautas.

As mulheres camponesas conquistaram seus espaços políticos travando batalhas dentro de sua própria classe. No MST, por exemplo, lutaram pela paridade de gênero nas lideranças, e as conquistaram. Ocuparam as ruas e estradas em marchas e manifestações, se inserindo politicamente nos espaços e construindo territórios feministas. O acampamento Quilombo Campo Grande, é o exemplo dessa batalha contínua, onde há dirigentes mulheres organizando o território e pensando estratégias para combater os inimigos. O Coletivo de Mulheres Raízes da Terra, por sua vez, exerce essa territorialidade, construída e em permanente disputa dos territórios imateriais.

alimentar, essa não seria uma corrente que se encaixaria muito bem em nosso estudo. Claramente as análises do ecofeminismo foram importantes para o desenvolvimento do feminismo camponês e popular, em que os movimentos socioterritoriais buscavam construir coletivamente.

Se a classe camponesa já vive em conflitualidade constante com o agronegócio, a mulher camponesa além de vivenciar as inseguranças e ameaças de seu território, ainda vivenciam as conflitualidades ideológicas do modelo patriarcal-capitalista, que as subentendem. São as mais vulneráveis a fome, a miséria, a violência física e psicológica, a dependência financeira e emocional. Os trabalhos domésticos dessas mulheres se estendem aos quintais produtivos, ou seja, é delas que depende a soberania alimentar de sua família. É principalmente elas quem plantam, cuidam e colhem o alimento que vai para a mesa de sua família. Os pequenos-grandes trabalhos considerados “trabalho leve” e “ajuda” em comparação ao trabalho do homem.

Assim, a conquista dos espaços políticos das mulheres se faz não somente necessário, mas urgente. Urgente para que as próprias mulheres unidas com sua classe, em reuniões, formações, e debates, compreendam que essa é também uma das facetas do capitalismo, que o patriarcado nos aprisiona e a inserção política nos emancipa. Rompe com a dependência e com a violência. Faz com que nos coloquemos contrários ao modelo patriarcal-capitalista. Os debates desenvolvidos nesses espaços políticos femininos, se expandem ao núcleo familiar e assim, atingem a comunidade e sociedade. Possibilitando a compreensão de que qualquer modelo de desenvolvimento que almejam, necessita envolver as mulheres politicamente, economicamente e socialmente ou não sairemos do lugar.

Dentro do Coletivo de Mulheres Raízes da Terra, há essa clara ação para o rompimento com o modelo de desenvolvimento patriarcal-capitalista. As parcerias com Universidades para realização de cursos, como o de produção de fitoterápicos pela UNIFAL-MG, ou de tratorista e vaqueiras, que já foram mencionados pelas mulheres, qualificam e dão a materialidade que necessitam para romper com as opressões sofridas historicamente pelas mulheres camponesas. As tarefas e ações, trazem sempre essa conotação política. Ao trabalhar temáticas da economia feminista e solidária, a renda invisível com as cadernetas agroecológicas em cursos e reuniões, ou no trabalho cotidiano quando se reúnem com outras mulheres na horta, e conversam sobre seus sonhos, desejos, inseguranças, e que dali, pode por exemplo, como vimos ocorrer, ser identificado uma violência em que a companheira ainda nem havia percebido, e as mulheres juntas, as auxiliam a romper, dando apoio emocional.

Contudo, a emancipação financeira, necessária também para o rompimento com as opressões e explorações, ainda é uma realidade em construção no Coletivo. Entendemos que é próprio do campesinato pobre viver sem lucro e sem renda fixa. Por

vezes, produzem para o autoconsumo, realizam trocas e doações, então não veem uma renda, principalmente, se a mulher não é inserida na tomada de decisões e se a agricultura ou pecuária que gera renda, é voltada ao homem. Essa é uma problemática grave, porque para as mulheres, ter renda é “ter para onde ir”. É poder pegar seus filhos e sair de uma situação de violência, por exemplo. É sentir saudade de sua família, pegar um ônibus e ir visita-los. É ir ao mercado e comprar o que deseja.... Enfim, é a possibilidade de fazer o que anseia.

Nesse sentido, acreditamos que além dos cursos e produção de fitoterápicos voltados às mulheres do Coletivo, a Cestas Agroecológicas do Quilombo Campo Grande, vem exercendo essa função, de envolver mulheres e família na comercialização, representando a valorização do trabalho desenvolvido pelas mulheres nos quintais agroecológicos, a diversidade dos alimentos produzidos, das sementes coletadas e do cuidado diário exercido, permitindo que a partir disso, tirem uma renda. Além disso, a comercialização na Cestas também pode estimular a família a implementar mais canteiros agroecológicos e diversos, sendo benéfico para o solo, água e biodiversidade.

Por fim, destacamos que a realidade observada no acampamento Quilombo Campo Grande, é que mulheres vem construindo seus espaços políticos, de luta pela terra e pela autonomia política e financeira. Representando a potencialidade revolucionária para a classe camponesa, já que através do feminismo camponês popular e da agroecologia enquanto modelo de desenvolvimento, essas não serão somente incorporadas à mão-obra remunerada resultando na sua emancipação apenas financeira, como defendida por correntes do feminismo liberal, mas na emancipação e autonomia da classe camponesa como um todo.

Essa afirmação parte também de uma visão de mundo, pois defendemos através da compreensão da questão agrária e das conflitualidades, que a classe camponesa é potencialmente revolucionária. Quando abordamos os paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário, percebemos que não é possível a emancipação e autonomia da mulher camponesa, se essas não estiveram aliadas com a luta de classes e os eminentes conflitos e contradições que esses envolvem. Assim, a geografia, através dos estudos agrários críticos, tem potencialidade para abranger as “questões agrárias” que perpassam para além da conquista de um pedaço de chão, mas da disputa por um modelo de desenvolvimento contrário ao do patriarcado-capitalismo e que abrange a questão de gênero-raça-classe.

Por meio das teorias, conceitos e metodologias explicitadas, conseguimos compreender os conflitos da classe camponesa no acampamento Quilombo Campo Grande. Um território ancorado no latifúndio que carrega em seu nome a luta histórica dos povos oprimidos e explorados. De trabalhadores que sem vida digna do campo e da cidade, passam a ver na terra, a sua sobrevivência e o modo de vida digna. Porque todas entrevistadas preferem o campo a cidade? Porque “na cidade era muito pior”? Porque fomos distanciados da natureza. Expulsos e obrigados a aceitar subempregos e péssima qualidade de vida e que afeta duplamente as mulheres. Mas, os movimentos e organizações em escala local regional, nacional e global demonstram historicamente que não vamos aceitar as misérias do capitalismo. Que construiremos e lutaremos por um outro modelo de desenvolvimento, que romperemos com as relações capitalistas e também patriarcais. É por meio da agroecologia e do feminismo camponês e popular há que construiremos não hierarquias, mas horizontalidades. Não centralização, mas distribuição. Não individualismo, mas coletividade. Toda e qualquer emancipação política social e econômica precisar perpassar por um modelo ético, sustentável que envolva a igualdade respeito pelos seres e baseado na solidariedade em uma luta antirracista, antipatriarcal e anticapitalista.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2. ed. São Paulo: EdUSP, 1998.
- ALAMBERT, Zuleika. **Feminismo: o ponto de vista marxista**. Barueri: Nobel, 1996.
- ALVES, Flamarion Dutra. LINDNER, Michele. Agronegócio do café no sul de Minas Gerais: Territorialização, mundialização e contradições. **Okara. Geografia em debate (UFPB)**, v. 14, p. 433-451, 2020.
- AMARAL, Jéssica Danielle Ferreira do. **As relações de gênero nos acampamentos e assentamentos do município de Campo do Meio-MG**. 2019. 82f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Faculdade de Geografia, Universidade Federal de Alfenas, 2019. Disponível em: TCC 2019 | GEOGRAFIA (unifal-mg.edu.br) Acesso em: 15 de jan. de 2022.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 1986, 304 p.
- BHATTACHARYA, Tithi. **O que é a teoria da reprodução social?** [S. l.:s. n.], 2019 Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2019/03/08/tithi-bhattacharya-o-que-e-a-teoria-da-reproducao-social/>. Acesso em: 05 fev. 2022.
- BOMBARDI, Larissa Mies. A dialética e a geografia agrária na obra de Ariovaldo Umbelino de Oliveira. *In*: FERNANDES, Bernardo Mançano. MARQUES, Marta Inêz; SUZUKI, Júlio César (Org.). **Geografia agrária: teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 315-339.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A pesquisa participante e a participação da pesquisa: um olhar entre tempos e espaços a partir da América Latina. *In*: BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo (Org.). **Pesquisa participante: a partilha do saber**. Aparecida: Ideias & Letras, 2006. p. 21-54.
- BRASIL, Ministério da Saúde. Instituto Nacional de câncer. Agrotóxicos: Exposição no trabalho e ambiente, 2021. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/exposicao-no-trabalho-e-no-ambiente>. Acesso em: 05 fev. 2022.
- BRASIL DE FATO. MST doa 1 milhão de marmitas e 5 mil toneladas de alimentos durante a pandemia. [S.l.], 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/07/08/mst-doa-1-milhao-de-marmitas-e-5-mil-toneladas-de-alimentos-durante-a-pandemia>. Acesso em: 05 fev. 2022.
- BRINGEL, Breno; VARELLA, Renata. Versiani Scott. A pesquisa militante na América Latina hoje: reflexões sobre as desigualdades e as possibilidades de produção de conhecimentos. **Revista Digital de Direito Administrativo**, v. 3, n. 3, p. 474-489, 18 ago. 2016.
- BRINGEL, Breno; MALDONADO, Emiliano. Pensamento Crítico Latino-Americano e Pesquisa Militante em Orlando Fals Borda: práxis, subversão e libertação. **Revista Direito e Práxis**, [S.l.], v. 7, n. 1, p. 389-413, 2016. Disponível em: <https://www.e>

publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/21832. Acesso em: 30 jan. 2022.

CAMPOS, Janaina Francisca de Souza. **Leituras dos territórios paradigmáticos da Geografia Agrária**: análise dos grupos de pesquisa do estado de São Paulo. 2012. 389f. Tese. (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2012.

CANO, Wilson. **Raízes da Concentração Industrial em São Paulo**. 5. ed. Campinas: Unicamp, 2007.

CARNEIRO, Maria José Teixeira. Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica. *In*: SCHNEIDER, Sergio. (Org.). **A Diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2006. p. 165-185.

CHAYANOV, Alexander V. **La Organización de La Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. *et al.* A luta pela/na terra em tempos de instabilidade institucional: o Acampamento Quilombo Campo Grande em Campo do Meio-MG. **Boletim Dataluta**, Presidente Prudente, 2018.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. BEZERRA, Cristina. CAPUCHINHO, Michelle Neves. **Dossiê Quilombo Campo Grande: Aspectos históricos, sociais, econômicos e políticos para implantação definitiva do Assentamento Quilombo Campo Grande, antiga fazenda Ariadópolis**. Campo do Meio-MG, 2018.

CONTE, Isaura *et al.* **Feminismo Camponês Popular. Reflexões a partir de experiências do Movimento de Mulheres Camponesas**. São Paulo: Outras Expressões. 2020.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016. 244p.

DEERE, Carmen Diana; LEÓN, Magdalena. **O Empoderamento das Mulheres: Terra e Direitos da Propriedade na América Latina**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2002.

DEERE, Carmen Diana. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, jan./abr. p. 175-204, 2004.

DESMARAIS, Annete Aurélie. **A Via Campesina: a globalização e o poder do campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

EDELMAN, Marc, WOLFORD, Wendy. Introduction: Critical Agrarian Studies in Theory and Practice. **Antipode**, v. 49, n. 4, p. 959-976, 2017.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Boitempo, 2019. 188p.

FALS BORDA, Orlando. Orígenes universales y retos actuales de la IAP. **Análisis Político**, n. 38, p. 73–90, 1999.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

FELÍCIO, Munir Jorge. **Contribuição ao debate paradigmático da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário**. 2011. 214 f. Tese. (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Pétopolis-RJ: Vozes. 2000.

_____. Conflitualidade e desenvolvimento territorial. *In*: BUAINAIN, Antônio Márcio (Org.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2008b.

_____. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera**, n. 6. jan. jun. 2005.

_____. Sobre a tipologia dos territórios. *In*: SAQUET, Marcos Aurelio. SPOSITO, Eliseu Savério (Org). **Territórios e territorialidades. Teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 197-217.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2014.

GANDHI, Aruradha. **Sobre as correntes filosóficas dentro do movimento feminista**. 2. ed., 2018. São Paulo: Edições Nova Cultura.

GARCIA, Maria Franco. A luta pela terra sob o enfoque de gênero: os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema. 2004. 227f. Tese. (Doutorado em Geografia) Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

IBGE. **Censo Agropecuário 2017**. Resultados Definitivos. 2017. Disponível: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em: 13 ago. 2021.

_____. **Censo Agropecuário 2006**. Brasil, grandes regiões e Unidades de Federação. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf. Acesso em: 13 ago. 2021.

_____. Pretos e pardos são minorias na direção de grandes estabelecimentos agrícolas, 2019. Disponível em: [https://censos.ibge.gov.br/2012-agencia-de-noticias/noticias/26139-pretos-ou-pardos-sao-minoria-na-direcao-de-grandes-estabelecimentos-agricolas.html#:~:text=Nos%20estabelecimentos%20agropecu%C3%A1rios%20de%20050,pardos%20\(23%2C8%25\)](https://censos.ibge.gov.br/2012-agencia-de-noticias/noticias/26139-pretos-ou-pardos-sao-minoria-na-direcao-de-grandes-estabelecimentos-agricolas.html#:~:text=Nos%20estabelecimentos%20agropecu%C3%A1rios%20de%20050,pardos%20(23%2C8%25)). Acesso em: 05 fev. 2022.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

LÊNIN, Vladimir. Ilyich. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Nova cultural, 1989.

LERNER, Gerda. **A Criação do Patriarcado: História da opressão das mulheres pelos homens**. São Paulo: Cultrix, 2019.

MARTINS, José de Souza. **O Cativo da Terra**. São Paulo: Editora Contexto, 2013.

MARTINS, Tarcísio José. **Quilombo do Campo Grande: A História de Minas que se Devolve ao Povo**. São Paulo: Editora Ltda, 2017.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2011. 894p.

McMICHAEL, P. **Regimes alimentares e questões agrárias**. São Paulo: Unesp, 2016.

MOLINA, Manuel González. *et al.* **Introducción a la agroecología política**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires CLACSO, 2021.

MOREIRA, Gilvander Luís. **A luta pela terra em contexto de injustiça agrária: pedagogia de emancipação humana? Experiências de luta pela CPT e do MST**. 2017. 556f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

MOREIRA, Ruy. **A formação do espaço agrário brasileiro**. São Paulo: Editora brasiliense, 1990.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (Brasil). **A questão da mulher no MST**. Plano de Trabalho e os encaminhamentos que tiramos no Encontro Nacional das Mulheres Militantes do MST, realizados de 25 a 28 de maio de 1996. Coletivo Nacional de Mulheres do MST. São Paulo, junho de 1996.

_____. **Apresentação, 2021**. Disponível em: <https://mst.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 05 fev. 2022.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A geografia das lutas no campo**. São Paulo Contexto, 2002.

_____. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 185-206, 2001.

_____. **As geografias das lutas do campo**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1989.

_____. **Contribuição para o estudo da geografia agrária: crítica ao ‘Estado Isolado’ de Von Thünen**. 1978. 486f. Tese (Doutorado em Geografia Humana). - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1978.

_____. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária.** São Paulo: Labur Edições, 2007.

OLIVEIRA, Francisco de. A questão regional: a hegemonia inacabada. **Revista Estudos Avançados**, v. 7, n. 18, p. 43-63, 1993.

_____. **Elegia Para uma Re(li)gião. Sudene, Nordeste. Planejamento e conflitos de classe.** 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PEREZ Olívia, RICOLDI, Arlene. A quarta onda do feminismo? Reflexões sobre movimentos feministas contemporâneos, 42º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. GT 8, Democracia e desigualdades, 2018.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Revista Sociologia Política.** Curitiba, v. 18, n. 36. P. 15-23, jun., 2010.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e a arte da agricultura: um manifesto Chayanoviano.** Porto Alegre: Editora Unesp; Editora UFRGS, 2016.

_____. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização.** Porto Alegre: UFRGS, 2008.

_____. Sete teses sobre a agricultura camponesa. *In*: PETERSEN, PAUTO. **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro.** (Org.) Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. p. 17-31.

QUARESMA, Amanda Paiva. Mulheres e florestais: a “ajuda invisível” aos olhos que garante a reprodução da agricultura familiar camponesa amazônica. *In*: HORA, Carla. REZENDE; Marcela. MACEDO, Gustavo. (org). **Coletânea sobre estudos rurais e gênero.** Brasil: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2015.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Editora Ática, 1993.

REIS, Maíra Lopes. Estudos de gênero na geografia: uma análise feminista da produção do espaço. **Espaço e Cultura**, [S.l.], n. 38, p. 11-34, dez. 2015. ISSN 2317-4161.

REDE PENSSAN. Relatório do Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. 2020. Disponível em: <https://pesquisassan.net.br/olheparaafome/>. Acesso em: 05 fev. 2022.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro.** São Paulo: Companhia de Bolso, 2006.

ROSSET, Peter. ALTIERI, Miguel. **Agroecología: ciencia y política.** Zacatecas, Zac: Universidad Autónoma de Zacatecas. Red Internacional de Migración y Desarrollo; Ciudad de México: Miguel Ángel Porrúa, 2019. 196 p.

ROSSET, Peter. BARBOSA, Lia Pinheiro. Territorialização da agroecologia na Via Campesina. **Revista Agro Ecologia.** Boletim n. 39/eoeco, 2019.

ROSSINI, Rosa Ester. Geografia e gênero: a mulher como força de trabalho no campo. **Informações Econômicas**. SP, v. 23 (Supl. 1), 1-58, 1993.

SAFIOTTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo: Expressão popular. 2013. 528p.

_____. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna. 1987. 134p.

SALVATERRA, José Roberto. Luta pela terra e soberania alimentar: o caso do quilombo campo grande, no sul de minas gerais. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Três Lagoas**, v. 1, n. 35, 2021, p. 390-414.

SILIPRANDI, Emma. Mujeres y agroecología. Nuevos sujetos políticos en la agricultura familiar. **Investigaciones Feministas**. [s.l.] v. 1, p. 125 - 137, 30 mai. 2010.

SILVA, José Graziano da. **O Novo Rural Brasileiro**. Campinas: Unicamp, 1999.

SOUZA, Terezinha Martins dos Santos. Patriarcado e capitalismo: uma relação simbiótica. **Temporalis**. Brasília (DF), ano 15, n. 30, jul./dez. 2015 p. 475-494.

STEDILLE, João Pedro. **Experiências históricas de reforma agrária no mundo**. Volume 1. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora brasiliense, 2003.

_____. Violação dos direitos humanos das mulheres na ditadura. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 23, n. 3., set./dez. 2015 p. 1001-1022.

TELLES, Liliam. CASTRO, Nayara Lopes de. FREITAS, Alair Ferreira de. **As cadernetas agroecológicas e o protagonismo econômico das mulheres agricultoras**. Viçosa, MG: Editora Asa Pequena, 2021.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a Pesquisa Qualitativa em Educação – O Positivismo, A Fenomenologia, O Marxismo**”. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2009. 175p.

VEIGA, José Eli. **O Desenvolvimento Agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: EdUSP, 2012.

VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos. FERNANDES, Bernardo Mançano. Territórios paradigmáticos na construção do pensamento geográfico agrário brasileiro. **Terra Livre**, v. 1, n. 52, p. 163-189, 2019.

VINHA, Janaína Francisca de Souza Campos. **Leitura dos territórios paradigmáticos da Geografia Agrária**. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

VINHA, Janaina Francisca de Souza. *et al.* Os territórios paradigmáticos na construção do pensamento geográfico agrário brasileiro. *In: V Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico e III Encontro Nacional de Geografia Histórica*, 2018, Viçosa. *V Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico e III Encontro Nacional de Geografia Histórica*. Viçosa: UFV, 2018. v. 1. p. 1-25.

WEZEL, A. *et al.* Review article Agroecology as a science, a movement and a practice. **A review. Agronomy for Sustainable Development**, v. 29, p. 503–515, 2009.

APÊNDICES

APÊNDICE A

1. Mulheres assentadas e acampadas que participam do Coletivo (5 mulheres)

Objetivos:

- Analisar quem são e de onde vieram essas mulheres, e o envolvimento na luta camponesa;
- Analisar a produção que desenvolvem, e o trabalho doméstico e de cuidado;
- Analisar o porquê do envolvimento com o Coletivo e o que ele representa para elas;
- Analisar os relatos de despejo e o papel das mulheres na luta pela terra;
- Refletir sobre as dificuldades em anotar caderneta agroecológica;

Perguntas

1. Nome, idade, estado civil, ocupação (trabalho fora, em casa, aposentada, etc)
2. Onde nasceu e como chegou até aqui? Já participou de outros movimentos sociais?
3. Onde você mora e há quanto tempo? Já morou em outros lugares?
4. É responsável por algum setor dentro do MST? Qual? Há quanto tempo?
5. Como conheceu o MST?
6. Qual era o trabalho que você tinha antes de vir pra Campo do Meio? (explorar se elas trabalhavam com serviços domésticos antes de ir pro campo e onde moravam)
7. Você produz em hortas/alimentos próximos da casa? De quem foi a iniciativa? Quem cuida?
8. Como você aprendeu a cultivar alimentos? (explorar se cultivava ou se aprendeu com o MST)

9. Você se alimenta melhor aqui no campo ou quando morava na cidade?
10. Conhece a agroecologia, planta ou tenta plantar aplicando métodos naturais (adubos, fertilizantes, sementes crioulas, etc)?
11. Você vende, consome, troca ou doa os alimentos produzidos?
12. Se vender, quem negocia, quem vai para a rua/feira?
13. A renda da venda é compartilhada?
14. Você tem conhecimento do que é a caderneta agroecológica? Tentou anotar? Quais os desafios que encontrou?
15. Se tiver maridos: ele cultiva culturas destinadas a venda (café, milho, etc)? Você participa dessa produção? (trabalho, opinião, conhecimento de valores e investimentos, etc)?
16. E os serviços da casa e cuidado com as crianças? É dividido? Aumentou na pandemia?
17. Participar do Coletivo, as formações e reuniões, mudou a forma de você ver o trabalho que você faz dentro de casa e no lote?
18. Como é a relação de estar em um Movimento político de luta pela terra e ser mulher?
19. Você esteve no despejo de 2020, foi afetada por ele ou por outros (inclui ameaças, fogo no lote)?
20. O que a terra representa para você?
21. E o MST, o que representa para você?
22. Qual seu maior desejo/sonho em relação ao Coletivo? Como você imagina ele daqui há 10 anos?

2. Coordenação do Coletivo de Mulheres Raízes da Terra:

Objetivos:

- Analisar a formação do Coletivo de Mulheres Raízes da terra a nível local e suas influências do MST nacional;
- Compreender os objetivos que já realizaram e os próximos objetivos a serem alcançados;
- Refletir sobre o setor de produção e a circulação dos produtos do Coletivo por meio de uma economia feminista e anticapitalista;

- Relatar experiências dos cursos já aplicados e o como o Coletivo já beneficiou na vida das participantes;

Perguntas

1. Como se deu a formação do Coletivo?
2. Quais os objetivos hoje do Coletivo?
3. Quantas mulheres participam atualmente?
4. Como acontece a organização do Coletivo atualmente?
5. Como ocorre o convite para a participação?
6. Quais os maiores desafios encontrados para atrair mais mulheres ao Coletivo?
7. Como ampliar o acesso ao Coletivo pelas mulheres do Quilombo como um todo?
8. Quais objetivos já foram alcançados com a formação do Coletivo?
9. Quais ainda desejam alcançar?
10. A geração de renda seria um chamativo a participação de mais mulheres? E quando não gera renda, como o Coletivo se sustenta?
11. A agroecologia é uma das premissas do Movimento. Como isso é trabalhado dentro dos cursos e reuniões com as mulheres? Tem acompanhamento técnico? É mais presente com as mulheres?
12. Já houveram relatos de mulheres que através de discussões feitas no Coletivo perceberam viver um relacionamento abusivo ou violento e conseguiram se livrar disso?
13. Como ocorre as escolhas dos temas dos cursos e formações do Coletivo? É uma escolha da necessidade local, ou é nacional?
14. Quais os maiores desejos ou incentivos relatados pelas mulheres para a participação no Coletivo?
15. Qual o seu maior sonho e ou desejo para o Coletivo daqui há 10 anos?

3. Coordenação Nacional do MST

Objetivos:

- Compreender a formação do setor de gênero no MST e suas influências na formação do Coletivo a nível local;

- Compreender o protagonismo de mulheres na liderança das lutas a nível nacional e local;
- Compreender possíveis dificuldades na formação de mulheres militantes;
- Compreender os objetivos que almejam com o Coletivo e os que já foram conquistados;

Perguntas

1. Qual o objetivo da criação de um Coletivo de Mulheres dentro de um Movimento de luta pela terra?
2. O MST a nível nacional, desde sua criação reconhece o papel essencial que as mulheres desenvolvem na luta pela terra e na produção. A formação de coletivos geralmente parte das mulheres a nível local ou o movimento a nível nacional que as influenciam?
3. A criação de coletivos representa também uma forma ao combate à violência de gênero no campo? Como isso é trabalhado com as mulheres?
4. A pauta da agroecologia como modo de produção, também é algo incentivado pelo MST nacional? Quais as formas de passarem essas diretrizes e há quanto tempo ela ocorre?
5. Quais as tarefas que as mulheres tem nas reintegrações de posse?
6. Como são feitos os convites/formação das mulheres para ser militantes no setor de frente de massas?
7. Há uma resistência das mulheres em participar de Coletivos e papéis de liderança ou são outras tarefas destinadas as mulheres que dificultam sua participação?
8. Sobre a participação ativa das mulheres na luta: qual o papel delas nas reuniões, manifestações e despejos? Que lugares que essas mulheres ocupam no Quilombo?
9. O fato do setor de gênero a nível nacional 2000 e o Coletivo ser de 2010, tem alguma relação com a maior parte dos territórios ainda não ser conquistada?
10. A conquista da terra é primordial, e posteriormente que ocorre as próximas ações de afirmação e formação de coletivos/setores?

11. Sobre o feminismo camponês e popular criado pelo MMC: é uma corrente do feminismo que abarca as mulheres do MST? Há essa troca e construção conjunta da teoria e prática entre outros movimentos camponeses?
12. O que a terra representa para você?
13. O que o MST representa para você em relação a construção de uma nova sociedade?

4) Pioneira na construção do Coletivo de Mulheres Raízes da Terra

Objetivos:

- Compreender as mulheres na luta urbana sindical e na luta camponesa;
- Compreender como se deu sua militância no MST e como surge a ideia de um Coletivo;
- Compreender se há um aumento das mulheres militantes dentro do MST a nível nacional e no QCG;
- Compreender se o Coletivo contribuiu para que hoje haja um número grande de mulheres militantes no QCG

Perguntas:

- 1) Nome, idade, estado civil, ocupação
- 2) Onde nasceu e como chegou até aqui?
- 3) Você identifica alguma diferença entre a luta feminina urbana e a luta feminina camponesa? Quais?
- 4) Como se envolveu na militância do MST?
- 5) Desde que chegou ao MST, a organização das mulheres é a mesma? Porque?
- 6) Porque será que se deu a presença de lideranças femininas tão fortes aqui no Quilombo?
- 7) Você identifica uma atuação política forte após a construção do Coletivo de Mulheres?
- 8) Desde que chegou no Quilombo, você identificou, com o passar dos anos um aumento ou uma diminuição na presença das mulheres na atuação política?
- 9) O que o MST representa pra você enquanto mulher, e enquanto camponesa?
- 10) O que o Coletivo contribui para o território do Quilombo?